



INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS OURO BRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

PATRÍCIA REGINA COSTA SANTOS

MATERNIDADE ESTUDANTIL NA EPT: VIVÊNCIAS DE ALUNAS GESTANTES
DO IFMG *CAMPUS* CONGONHAS (2015-2023)

Ouro Branco (MG)

2025

PATRÍCIA REGINA COSTA SANTOS

**MATERNIDADE ESTUDANTIL NA EPT: VIVÊNCIAS DE ALUNAS GESTANTES
DO IFMG *CAMPUS* CONGONHAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Ouro Branco do Instituto Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva.

Ouro Branco (MG)

2025

S237m Santos, Patrícia Regina Costa.

Maternidade estudantil na EPT: vivências de alunas gestantes do IFMG *Campus* Congonhas/ Patrícia Regina Costa Santos. – 2025.

122f.il.col.

Orientador: Matheus Faleiros Silva.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

1. Maternidade Estudantil. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. IFMG. 4. Gênero.
I. Silva, Matheus Faleiros. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. III. Título.

CDD: 306.8743

Catálogo: Márcia Margarida Vilaça - CRB6-MG/2235
Biblioteca do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Ouro Branco



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Branco
Diretoria de Ensino

Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco
Avenida Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco - MG
- www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IFMG

Realizou-se, no dia 07 (sete) de julho de 2025, com início às 09h30 (nove horas e trinta minutos), por videoconferência pelo Google Meet, a **defesa de dissertação** da Mestranda **PATRÍCIA REGINA COSTA SANTOS** no **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestra. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se "**MATERNIDADE ESTUDANTIL NA EPT: Vivências de Alunas Gestantes do IFMG Campus Congonhas**". A **dissertação** foi considerada APROVADA.

O **produto educacional**, cartilha: "Com você em cada etapa: Guia para estudantes gestantes/lactantes do IFMG Campus Congonhas" foi VALIDADO pela Banca Examinadora e considerado APROVADO.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Matheus Faleiros Silva (IFMG - Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Marluse Castro Maciel (IFSC)

Prof^ª. Dr^ª. Marie Luce Tavares (IFMG)

Prof^ª. Dr^ª. Heleniara Amorim Moura (IFMG - Suplente)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência dos membros Prof^ª. Dr^ª. Marluse Castro Maciel e Prof^ª. Dr^ª. Marie Luce Tavares, e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pelo orientador, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT - IFMG para registro acadêmico na documentação da mestranda.

Ouro Branco, 07 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Faleiros Silva, Professor**, em 07/07/2025, às 12:05, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2364324** e o código CRC **2DFD8103**.

23712.001059/2024-70

2364324v1

Dedico esta pesquisa ao meu filho, Daniel, que me fez experienciar o mais profundo amor, e aos meus pais, que sempre foram meu alicerce e não mediram esforços para me apoiar em cada etapa da minha caminhada. Sem vocês, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus por todas as bênçãos recebidas e pela graça de concluir este trabalho. Ao longo desta pesquisa, enfrentei inúmeras dificuldades - doenças na família, mudanças significativas em minha vida - e, com isso, amadureci muito. As bases teóricas estudadas levaram-me à reflexão e à reavaliação de alguns caminhos que vinha trilhando. Apesar dos desafios, Deus foi meu sustento, e, com fé e perseverança, a vitória foi alcançada.

Ao meu filho, Daniel, expressei minha profunda gratidão pelo amor e pela compreensão demonstrados durante os períodos de ausência dedicados aos estudos e ao trabalho. Sua presença tem sido uma fonte constante de inspiração, tanto na elaboração desta dissertação quanto em minha trajetória de vida.

Aos meus pais, Edson e Maria, sou grata pelo dom da vida, pela dedicação diária, pelo amor e pelo incentivo à minha formação, por terem me mostrado que a educação é uma ponte para a liberdade e a independência.

Ao meu irmão, Edilson, agradeço por estar ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu namorado, Antônio Guilherme, sou grata pelo constante incentivo e pelo cuidado zeloso que sempre demonstra por mim.

Aos professores que lecionaram para a turma Profept 2023, especialmente ao meu estimado amigo e orientador, Matheus Faleiros, agradeço todo o apoio, compreensão e incentivo.

Aos servidores do IFMG *Campus* Ouro Branco, agradeço a prontidão sempre que solicitados.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, *Campus* Congonhas, sou grata pelo incentivo à qualificação por meio do afastamento e pela autorização para a realização das entrevistas que compõem o desenvolvimento deste estudo. Agradeço, de maneira especial, aos colegas das seções de Planejamento de Ensino e de Controle e Registro Acadêmico pelo entendimento de minha ausência; aos demais colegas servidores que sempre me incentivaram na continuidade dos estudos e aos que contribuíram com a pesquisa com o aceite para serem entrevistados.

A todos os colegas de turma que compartilharam conhecimentos nestes dois anos, em especial ao querido Marcos Cristhyam, que se tornou um amigo com quem

troquei muitas ideias ao longo das disciplinas e da escrita da dissertação, expressei minha profunda gratidão. Agradeço às mães estudantes que participaram das entrevistas, e que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

E, por fim, às mulheres que abriram caminho para os estudos feministas e de gênero e a todos os leitores e pesquisadores que buscam nessas páginas um caminho para contribuírem com a superação dos obstáculos que as mulheres vivem no espaço acadêmico e no mundo.

Se éramos mulheres, profissionais, acadêmicas ou qualquer outra coisa antes dos nossos filhos, deixar de sê-los a partir deles, parece ser uma expectativa social. Quando não deixamos de sê-los, e, ainda assim, desejamos conciliá-los com a função da maternidade, percebemos que nosso caminhar se torna um tanto mais extenuante. Parece que a caminhada, que antes fazíamos com disposição e ténis de corrida, passa a ser feita descalça, numa estrada pedregosa, íngreme e por onde ainda arrastamos bolas de ferro. Daí, com dificuldades maiores para nos mantermos e/ou adentrarmos em espaços outros, muitas de nós começam a compreender a existência de uma ideia de não-lugar (Barbosa, 2023).

RESUMO

Esta pesquisa teve como fenômeno de estudo a “Maternidade Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica”, apresentando como objetivo geral analisar os desafios educacionais e institucionais enfrentados por alunas gestantes matriculadas no IFMG - *Campus* Congonhas. Foram elencados como objetivos específicos do trabalho: (i) identificar a necessidade de possíveis ações no IFMG *Campus* Congonhas em relação às demandas de estudantes gestantes matriculadas nos cursos técnicos e superiores; (ii) registrar as experiências das estudantes quanto à maternidade estudantil nos âmbitos pessoal, acadêmico e profissional; e (iii) desenvolver e aplicar um produto educacional, no formato de cartilha para o IFMG, com o intuito de auxiliar estudantes que se tornam mães no percurso acadêmico. Para o desenvolvimento desta investigação, que é aplicada, exploratória e qualitativa, fez-se o uso das seguintes técnicas: bibliográfica, documental e estudo de caso. Assim sendo, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com dez discentes que vivenciaram a gestação enquanto estavam matriculadas em cursos do *locus* de pesquisa, bem como com três servidores da mesma instituição. Os relatos obtidos foram interpretados por intermédio da Análise de Conteúdo Temática. Em linhas gerais, constatou-se que a jornada das mães estudantes entrevistadas foi atravessada por múltiplas barreiras sociais e institucionais, tais como dificuldades na conciliação entre maternidade e vida acadêmica e falta de informação sobre os apoios institucionais disponíveis. Com base nesse cenário, a partir das necessidades identificadas pelos participantes, foi produzida uma cartilha, com o intuito de oferecer suporte às alunas que se tornam mães durante o percurso acadêmico, intitulada “Com você em cada etapa: Guia para estudantes gestantes/lactantes do IFMG *Campus* Congonhas”. O estudo realizado apontou a complexidade intrínseca à maternidade estudantil, evidenciou que a pauta é uma questão que exige não apenas a adoção de políticas legais e institucionais de suporte, mas também um olhar empático e a conscientização de toda a comunidade acadêmica.

Palavras-Chave: Maternidade Estudantil. Educação Profissional e Tecnológica. IFMG. Gênero.

ABSTRACT

This research focused on the phenomenon of “Student Motherhood in Professional and Technological Education,” with the general objective of analyzing the educational and institutional challenges faced by pregnant students enrolled at IFMG – Congonhas Campus. The specific objectives of the study were: (i) to identify the need for potential actions at IFMG Congonhas Campus in response to the demands of pregnant students enrolled in technical and higher education courses; (ii) to document the experiences of students regarding motherhood in personal, academic, and professional spheres; and (iii) to develop and implement an educational product, in the form of a booklet for IFMG, aimed at supporting students who become mothers during their academic journey. This applied, exploratory, and qualitative investigation employed bibliographic, documentary, and case study techniques. Data were collected through semi-structured interviews with ten students who experienced pregnancy while enrolled in courses at the research site, as well as with three staff members from the same institution. The collected narratives were analyzed using Thematic Content Analysis. In general, the findings revealed that the journey of the interviewed student mothers was marked by multiple social and institutional barriers, such as difficulties in balancing motherhood and academic responsibilities, and a lack of information about available institutional support. Based on this scenario and the needs identified by the participants, a booklet was produced to provide support to students who become mothers during their academic path. It was titled “*With You at Every Step: A Guide for Pregnant and Breastfeeding Students at IFMG Congonhas Campus*” The study highlighted the intrinsic complexity of student motherhood and emphasized that this issue requires not only the implementation of legal and institutional support policies but also a more empathetic perspective and greater awareness from the entire academic community.

Keywords: Student Motherhood. Professional and Technological Education. IFMG. Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial do IFMG.....	40
Figura 2 – Etapas para elaboração do produto educacional.....	96
Figura 3 – Capa do protótipo da cartilha.....	97
Figura 4 – Capa da cartilha.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de precariedade no trabalho.....	27
Quadro 2 – Correntes filosóficas do feminismo.....	34
Quadro 3 – Perfil demográfico e acadêmico das estudantes participantes.....	49
Quadro 4 – Subcategorias (C1).....	52
Quadro 5 – Subcategorias (C2).....	54
Quadro 6 – Subcategorias (C3).....	58
Quadro 7 – Subcategorias (C4).....	61
Quadro 8 – Subcategorias (C5).....	64
Quadro 9 – Subcategorias (C6).....	68
Quadro 10 – Subcategorias (C7).....	72
Quadro 11 – Subcategorias (C8).....	76
Quadro 12 – Subcategorias (C9).....	78
Quadro 13 – Subcategorias (C10).....	82
Quadro 14 – Subcategorias (C11).....	87
Quadro 15 – Apreciações.....	97
Quadro 16 – Deixe um comentário ou sugestão.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Avaliação do produto educacional.....	102
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAS	Centro de Atenção à Saúde
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
ProfEPT	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
Uned	Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

1 CAMINHOS INICIAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	16
2 QUADRO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO: BASES CONCEITUAIS	22
2.1 A mulher-mãe como sujeito impulsionador da educação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica	22
2.2 Maternidade, gênero e papel das mulheres na família	30
2.3 Maternidade Estudantil como fenômeno de análise	38
3 PERCURSO METODOLÓGICO	45
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	49
4.1 Relação trabalho e estudo no contexto da gestação	51
4.2 Experiência educacional no IFMG	54
4.3 Fatores motivadores para ingresso no IFMG	57
4.4 Experiência de ser mãe	60
4.5 Experiência da maternidade no IFMG - Campus Congonhas	64
4.6 Acesso às informações sobre maternidade estudantil e atendimento institucional	68
4.7 Acolhimento após o parto (instituição, discentes, docentes)	72
4.8 Tratamento distinto no IFMG Congonhas em relação aos homens	75
4.9 Rotina escolar antes, durante e após a gestação	78
4.10 Políticas institucionais e suporte à estudante gestante no IFMG	82
4.11 Ações interventivas para o suporte institucional às estudantes gestantes	87
5 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	94
6 REFLEXÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ESTUDANTES	115
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM DIREÇÃO GERAL/ENSINO E REPRESENTANDO DO SETOR SOCIOPEDAGÓGICO	117
APÊNDICE C - CARTA À DIREÇÃO DO IFMG CAMPUS CONGONHAS	118
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - ENTREVISTA	120

1 CAMINHOS INICIAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

As mulheres têm conquistado, paulatinamente, um espaço cada vez mais significativo nos setores da sociedade, tornando-se participantes ativas no mundo do trabalho. No entanto, muitas delas ainda enfrentam diversos desafios relacionados à igualdade de direitos. É relevante destacar que elas lidam com responsabilidades e tarefas tanto em seus lares quanto no ambiente de trabalho. Nesse contexto, podemos compreender, conforme defendido por Antunes (2009, p. 108), que "a mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica".

Aprofundando-se essa reflexão, Toledo (2017), ao discorrer sobre a situação da mulher no mundo do trabalho, relata que o trabalho realizado fora de casa, embora tenha representado uma libertação, também resultou na duplicação da jornada de trabalho para as mulheres e, conseqüentemente, acentuou a situação de alienação a que essas trabalhadoras estão submetidas. Para a autora, isso se deve ao fato de que a mulher não se divide em duas identidades distintas (uma na esfera fabril e outra no ambiente doméstico), o que significa dizer que ela é um ser único que desempenha simultaneamente essas duas importantes funções sociais. Esse fenômeno, conhecido como "dupla jornada de trabalho", gera culpa em algumas mulheres que precisam conciliar as responsabilidades domésticas, a maternidade, a administração do lar e o compromisso matrimonial com o exercício de uma profissão remunerada (Silva, 2010).

Somado a isso, deve-se salientar a desigualdade salarial no mercado de trabalho, justificada por questões de gênero. Segundo estudo de Estatísticas de Gênero divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), em média, as mulheres despendem três horas a mais por semana do que os homens ao combinar trabalho remunerado, tarefas domésticas e cuidados com outras pessoas. Com base nessa mesma pesquisa, mesmo possuindo um nível educacional mais elevado, as mulheres recebem, aproximadamente, apenas 76,5% do rendimento dos homens. Logo, esses dados destacam uma disparidade significativa de gênero no mercado de trabalho e fornecem informações relevantes sobre essa injusta realidade.

Além disso, é notória a existência de uma relação proporcional entre formação e renda, pois pais com maior nível de instrução tendem a apresentar rendimentos mais elevados, e estudos demonstram que existe uma correlação positiva entre o

desempenho escolar e a renda familiar (Davis-Kean, 2005; Glick; Sahn, 2000 *apud* Feijó, França e Neto, 2022). Barros, Foguel e Ulyssea (2006) corroboram essas questões, indicando que a expansão do acesso à educação tem o potencial de diminuir a desigualdade educacional na força de trabalho e na distribuição de renda, uma vez que 30% da disparidade salarial é atribuível à discrepância nos níveis de escolaridade entre os trabalhadores. E quando tratamos de trabalhadoras especificamente? O fato de as mulheres enfrentarem desafios também salariais na prática laborativa leva-nos a afirmar que, para elas, é fundamental a busca por formação para obtenção de melhores oportunidades no mundo do trabalho.

Quando elas são estudantes e passam pelo processo de maternidade no ambiente escolar, os desafios tornam-se ainda mais significativos. Nesse quadro, o presente estudo versa sobre a Maternidade Estudantil no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais *Campus* Congonhas. Acerca disso, dois fatores centrais motivaram a escolha desse tema. O primeiro advém das discussões que abarcam a reflexão sobre as disparidades de gênero que se perpetuam no mercado do trabalho e na academia. O segundo trata-se da minha experiência como estudante egressa de Engenharia de Produção do Instituto Federal mencionado, a qual foi marcada pela vivência da maternidade enquanto eu cursava o terceiro período, o que me permitiu conhecer a realidade enfrentada por outras estudantes. A partir dessa vivência, percebi que a desigualdade também se manifesta no âmbito educacional, tornando-se ainda mais evidente para aquelas alunas que engravidam no decorrer do curso.

Enquanto estudante gestante, procurei conhecer os meus direitos e, nos primeiros meses após o nascimento do meu bebê, recebi o apoio de colegas, mas, hoje - enquanto servidora da mesma instituição - sinto a necessidade de ações institucionais que contemplem a maternidade estudantil, permitindo um apoio formal a essas mães. Podemos ratificar essa necessidade ao constatar, com base no estudo de Pereira (2020), que a presença de questões relacionadas ao gênero, incluindo a maternidade, constitui um fator que contribui para o abandono escolar por parte das estudantes. Assim, pretendeu-se analisar quais são os desafios educacionais e institucionais vivenciados pelas alunas gestantes matriculadas no IFMG *Campus* Congonhas.

Acredito ser fundamental conhecer esses desafios para colaborar na superação deles, oferecendo o apoio necessário para que as estudantes possam

concluir seus cursos já que a formação tende a desempenhar um papel crucial na vida das pessoas. Para exemplificar, recorro à minha própria trajetória, profundamente impactada pela minha jornada acadêmica, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica. Durante o período em que cursava o ensino médio, comecei a refletir sobre a continuidade de meus estudos. Naquele momento, não possuía experiência profissional nem recursos financeiros para investir em minha formação acadêmica. Além disso, não havia instituições de ensino superior públicas e gratuitas em minha cidade ou nas localidades vizinhas. Foi então que soube da implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto (CEFET Ouro Preto) na cidade de Congonhas, com a criação da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (Uned).

Após concluir o Ensino Médio, decidi prestar o exame de seleção para ingressar em um curso técnico gratuito visto que essa seria uma oportunidade de prosseguir com minha formação. Iniciei o curso técnico em Produção Industrial no CEFET Ouro Preto Uned Congonhas, que foi extremamente enriquecedor, tanto pela aquisição de conhecimentos técnicos quanto pela interação com professores altamente qualificados. Após a conclusão da formação, tive algumas experiências profissionais em 2009 e, no mesmo ano, tomei conhecimento da abertura do curso de Bacharelado em Engenharia de Produção, na instituição, que, desde 2008, com a promulgação da Lei 11.892, tornou-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Preparei-me para o processo seletivo e, em 2010, ingressei na primeira turma de Engenharia de Produção do IFMG *Campus* Congonhas.

Durante o curso, vivenciei a experiência da maternidade, lidando com um conjunto de inseguranças relativas à continuidade dos estudos após o nascimento do bebê. Adicionalmente, tive que enfrentar desafios ainda na gestação, pois na instituição na qual eu estava matriculada (ensino superior), não existiam orientações formais específicas acerca dos direitos reservados às discentes gestantes.¹ Em minha gestação, tive que solicitar a um colega de sala que empurrasse o tampo da mesa, que era acoplada à cadeira, para que eu conseguisse me sentar em razão da barriga estar grande, além de ter que buscar informações sobre a entrega de atestado e o direito a afastamentos. Essas informações me eram passadas informal e

¹ As orientações presentes eram apenas as que constavam no regulamento de ensino, que tratam dos direitos de afastamento, deveres, prazos, procedimentos e condições, não apenas para as gestantes, mas para qualquer discente que se encontre impossibilitado de comparecer às aulas por períodos iguais ou superiores a 15 (quinze) dias e que estejam amparados por legislação específica para a continuidade dos estudos.

verbalmente.

Após o nascimento do meu filho, o terceiro semestre letivo encontrava-se em fase final. Ao longo de minha licença-maternidade, lembro-me de ter pedido a um amigo (estudante de Bacharelado em Engenharia de Produção no IFMG - Congonhas) que me repassasse os conteúdos e os trabalhos dados no curso, a fim de que eu pudesse cumprir as atividades para concluir o período em questão. Vale pontuar que, em minha gestação enquanto estudante, pude contar com o suporte de meus pais e do pai de meu filho. Em função da maternidade e, principalmente, devido à ausência de apoio institucional para lidar com essa realidade, no decorrer da graduação, não consegui atuar, efetivamente, em projetos de pesquisa e de extensão, exercer tutoria e participar de visitas técnicas.

Como mencionei anteriormente, meu filho nasceu na fase final do semestre letivo. Eu já havia alcançado notas suficientes para ser aprovada em todas as disciplinas e, durante o período de férias, dediquei-me exclusivamente aos cuidados com meu bebê. Minha maior preocupação naquele momento era o retorno às aulas após as férias, uma vez que meu filho ainda seria muito pequeno. Fui orientada verbalmente por uma secretaria da instituição a retornar assim que possível, mesmo estando amparada pela licença maternidade, para não perder o conteúdo. No entanto, para minha sorte, quando chegou o momento de retomar as aulas, ocorreu uma greve de três meses na rede federal, o que acabou favorecendo minha adaptação ao novo cenário. Esse tempo adicional permitiu que eu me organizasse melhor para a retomada dos estudos, pois o ambiente acadêmico não oferecia estrutura adequada para levar meu filho comigo, como espaços para troca de fraldas ou amamentação, caso fosse necessário.

Após a greve, retomei os estudos e, apesar dos diversos desafios de conciliar a vida de estudante com a maternidade, pude contar com o apoio da minha família e de alguns colegas da turma, o que me permitiu atravessar todos os semestres letivos com êxito. Em 2014, último ano de curso, durante uma conversa com outros estudantes da instituição, tomei conhecimento sobre um concurso público do IFMG. A ideia de prestar a prova despertou meu interesse, pois, embora estivesse me formando em Engenharia de Produção, desejava permanecer no ambiente acadêmico. Prestei o concurso, que oferecia vagas para o *Campus* Ouro Branco, e fiquei extremamente feliz ao receber um e-mail questionando meu interesse em ocupar uma vaga no *Campus* Congonhas. Ressalto que tornar-me servidora do IFMG abriu novas

perspectivas e me proporcionou experiências enriquecedoras, dentre as quais destaco a elaboração deste trabalho no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Embora os obstáculos institucionais que marcaram a minha jornada como estudante gestante na Educação Profissional e Tecnológica, por ter tido uma rede de apoio (familiares, amigos e colegas de sala) que me permitiu concluir o curso supracitado, bem como ingressar no serviço público na mesma instituição em 2015, percebo claramente o quanto esse suporte contribuiu para que eu proporcionasse melhores condições de vida ao meu filho e ser provedora da família. Paschoal (2008) discute que as mães têm maiores chances de influenciar a escolaridade de seus filhos, daí uma outra razão para que as mães estudantes continuem estudando e motivando/influenciando seus filhos a acessarem à educação, lutando contra as amarras do capital.

Diante do exposto, o tema desta pesquisa é “Maternidade e experiência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: vivências de alunas gestantes no IFMG *Campus* Congonhas (2015 - 2023).” Na perspectiva do acolhimento e da permanência das alunas gestantes na Educação Profissional e Tecnológica, o estudo sobre a vivência das estudantes em questão é de suma importância para que seja possível conhecer as dificuldades enfrentadas por elas, mapear e organizar ações instituições vigentes nos setores do *locus* de pesquisa, divulgar as formas de suporte educacional, social, psicológico a essas discentes, além de propor criticamente diretrizes institucionais voltadas para as necessidades observadas.

Pode-se apontar que as mulheres - tendo em vista o cenário machista e opressor a que estão submetidas no campo social - devem acessar a educação para se emanciparem e terem a possibilidade de participarem/atuem, plena e democraticamente, no mundo do trabalho e nos espaços acadêmicos (Beauvoir, 1970). Todavia, os desafios enfrentados por gestantes e mães para lidarem com as questões de sua rotina de vida - que envolve casa, trabalho e atividades de estudo - fazem com que muitas delas desistam dos estudos, acreditando que essa seria a decisão menos nociva ao seu cotidiano (Aguiar; Paes; Reis, 2019). Nesse sentido, essa pesquisa tem como questão-norteadora: Quais são os desafios educacionais e institucionais vivenciados pelas alunas gestantes matriculadas no IFMG *Campus* Congonhas?

Esta pesquisa justifica-se devido à ausência de um protocolo padronizado no IFMG selecionado para atender estudantes durante a gestação, no regime

excepcional de estudos e no período de retorno às atividades escolares nos primeiros meses após o nascimento do bebê. Para ilustrar essa necessidade, destaco a minha própria experiência ao ter me tornado mãe durante o ensino superior, o que me fez perceber a importância de ações direcionadas a esse público. Uma iniciativa institucional voltada à maternidade das estudantes pode contribuir para que elas persistam com o propósito de se qualificarem, elevando o próprio nível de escolaridade e tendo uma formação digna e emancipatória.

Dito isso, o objetivo geral do estudo é analisar os desafios educacionais e institucionais vivenciados pelas alunas gestantes matriculadas no IFMG *Campus* Congonhas. A partir dele, foram estabelecidos os objetivos específicos: (i) identificar a necessidade de possíveis ações no IFMG *Campus* Congonhas em relação às demandas de estudantes gestantes matriculadas nos cursos técnicos subsequentes e superiores; (ii) registrar as experiências das estudantes quanto à maternidade estudantil nos âmbitos pessoal, acadêmico e profissional; e (iii) desenvolver e aplicar um produto educacional, no formato de cartilha para o IFMG, com o intuito de auxiliar estudantes que se tornam mães no percurso acadêmico.

Foram participantes do estudo dez estudantes que vivenciaram a maternidade durante o percurso formativo no Instituto Federal de Minas Gerais *Campus* Congonhas e três servidores. A coleta de dados ocorreu mediante entrevistas semiestruturadas (on-line, via *Google Meet*) com as estudantes e com os servidores (presencialmente), nas quais foi possível dialogar com essas pessoas para compreender crenças, valores, experiências, percepções, subjetividades, de forma humanizada, e identificar lacunas no Instituto que dificultaram a permanência e o êxito dessas educandas nos cursos que ingressaram. Dado o caráter aplicado da investigação, para intervir nessa realidade, foi elaborada uma cartilha de orientação para as alunas gestantes intitulada “Com você em cada etapa: guia para estudantes gestantes/lactantes do IFMG *Campus* Congonhas”, contendo informações sobre o Regime Excepcional de Estudos, setores e profissionais de suporte, orientações para facilitar a rotina de estudos, canais de denúncia, além de reflexões sobre aspectos sociais e educacionais no que se refere à maternidade estudantil.

Esta dissertação está dividida em capítulos. Além da Introdução, intitulada “Caminhos iniciais: contextualização e delimitação”, há o Referencial Teórico que versa, respectivamente, sobre “A mulher como sujeito impulsionador da educação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica”, “Maternidade, gênero e o papel

da mulher na família” e “Maternidade estudantil como fenômeno de análise”; a Metodologia que descreve a classificação do estudo e os procedimentos para a sua execução; a Análise de dados que apresenta e discute os achados da pesquisa. Na sequência, têm-se a exposição do Produto Educacional desenvolvido (características, etapas, objetivos) e as Considerações Finais.

2 QUADRO TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO: BASES CONCEITUAIS

O Referencial Teórico aborda as bases da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, como caminho para construção do mundo ideal, onde o ser humano seja formado integralmente. Um dos pilares fundamentais para essa formação e educação é a família. Nesse sentido, serão discutidos os temas: “gênero”, “maternidade” e, especialmente, “maternidade estudantil”, enfatizando-se a importância da mulher como agente impulsionador de transformações sociais e promotor de uma educação emancipatória.

2.1 A mulher-mãe como sujeito impulsionador da educação omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica

Neste capítulo, busca-se relacionar as discussões sobre o fenômeno da Maternidade Estudantil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com os fundamentos dos Institutos Federais. Para isso, torna-se essencial apresentar um panorama da EPT no Brasil, aprofundando o entendimento sobre suas origens e premissas fundamentais. O objetivo é evidenciar a lacuna existente entre os princípios orientadores dos Institutos Federais e a realidade enfrentada pelas estudantes que vivenciam a gestação durante sua trajetória acadêmica.

A princípio, Oliveira (2020) conceitua Educação Profissional como sendo uma educação para o trabalho. Embora pesquisas atestem indícios da existência de um sistema de Educação Profissional no mundo colonial (1500-1889), o autor argumenta que a América era um território de expropriação, fundamentado na utilização de mão de obra nativa, cujos ensinamentos de práticas manuais buscavam uma educação para colonização e não para o trabalho. Somado a isso, ele relata um caminho histórico - em que é possível perceber alguns traços de educação voltada para o trabalho - que culminou na primeira legislação nacional que tratava da Educação Profissional no Brasil.

Na conjuntura do período republicano, marcado pela industrialização e pela urbanização, em 1909, Nilo Peçanha, por meio do decreto nº.7.566, de 23 de setembro, determinou a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices destinadas ao ensino profissional primário gratuito (Caires; Oliveira, 2016). Como motivos para a criação das escolas, com o referido decreto, considerava-se que:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Brasil, 1909).

Pode-se perceber no decreto uma necessidade de assistência aos menos favorecidos, mas, na realidade, as políticas públicas não estavam aptas para o alcance do objetivo estabelecido e foi necessária uma sequência de alterações e de fusões institucionais, que culminaram na última transformação sofrida pela Educação Profissional e Tecnológica, na qual parte da rede EPT foi elevada a Institutos Federais em 2008 (Oliveira, 2020). A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que é composta pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETV), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Os Institutos Federais, conforme prevê o artigo 2º da Lei 11.892, tornam-se instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008). Conforme apresentado por Leite (2017), a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil foi pensada inicialmente para o treinamento de parcela da população para o exercício de tarefas manuais, consideradas de nível intelectual inferior. Inicialmente, as políticas educacionais buscavam contemplar os níveis básicos de ensino e, com o tempo, foram se estendendo para o nível superior, até atingir o nível *stricto sensu*, sob a forma do mestrado profissional.

Com o objetivo de democratizar o acesso de estudantes às instituições

públicas, foi instituída, em 2012, a Lei nº 12.711 (conhecida como lei de cotas), posteriormente alterada pelas Leis nº 14.723/2023 e nº 14.945/2024. Essa legislação busca reduzir desigualdades sociais, raciais e econômicas, reservando 50% das vagas em cada curso e turno das universidades e institutos federais, para o ingresso estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental (no caso de cursos técnicos) ou o ensino médio (para cursos superiores) em escolas públicas. Dentro desse percentual, há subdivisões que contemplam candidatos com renda familiar de até um salário-mínimo per capita, além de critérios de raça e inclusão de pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

De acordo com Pacheco (2015), um dos objetivos fundamentais dos Institutos Federais deve ser a eliminação das divisões entre ensino técnico e científico, unindo trabalho, ciência e cultura com a finalidade de promover a emancipação humana. Ainda segundo o autor, “o conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, ou seja, a transformação do educando em sujeito da história” (Pacheco, 2015, p.10).

Por emancipação humana entende-se libertar-se, alcançar independência, livrar-se do domínio de outro, da escravidão, da tutela de terceiros ou do pátrio poder. Nessa concepção, emancipar implica que o indivíduo seja o principal agente de suas ações e que ele se liberte em todas as esferas de sua existência (Ciavatta, 2014). Della Fonte (2014) argumenta que Marx compreende a emancipação humana como uma forma de superação da alienação, possibilitando ao homem uma formação que está para além da chamada unilateralidade, sendo que esta promove a fragmentação do trabalho e a perpetuação de desigualdade de classes.

Como já visto, o trabalho ocupa papel preponderante em se tratando da Educação Profissional e Tecnológica, em especial nos Institutos Federais. Acerca disso, Araújo e Scalon (2005) apresentam o significado do trabalho na sociedade contemporânea abordando três perspectivas: como fonte de realização pessoal, capaz de conferir *status* e servir como elemento de afirmação econômica; como elemento de autonomia do ser, onde a realização pessoal fica em segundo plano e a necessidade econômica passa a ser prioritária, resultando em um aumento do tempo dedicado ao trabalho à medida que as oportunidades de ganho para a realização pessoal, e como componente central na formação da identidade do indivíduo. As autoras argumentam que a atividade remunerada para os homens é naturalizada ao

passo que para as mulheres ainda é tida como algo “exterior” às suas vidas.

Ao tratar do último elemento das perspectivas (identidade do indivíduo), Araújo e Scalon (2005) remetem à declaração de uma das mulheres entrevistadas no contexto de discussões sobre a identidade feminina e a relação entre trabalho remunerado, que expressou que o trabalho a faz sentir-se "mais mulher". Uma possível justificativa é que, para Saffioti (1976), o trabalho como atividade histórica mutável ao longo do tempo representa um meio para que homens e mulheres possam expressar sua existência. A autora afirma que o papel do trabalho vai além da simples sobrevivência física; o desenvolvimento social elabora novas demandas humanitárias, que podem ser atendidas por meio de funções remuneradas. Diante do exposto, revela-se o quanto o trabalho é significativo na vida das mulheres, sendo elemento na constituição de quem elas são no âmbito individual e social.

Cabe refletir sobre quais são os motivos da não naturalização do trabalho feminino: seriam fatores históricos, sociais, culturais? Saffioti (1976) cita que o trabalho da dona de casa é improdutivo, pois não gera mais-valia, embora possa ser considerado indiretamente produtivo, visto que possibilita ao homem executar o trabalho produtivo fora do lar. Toledo (2017) acrescenta que o trabalho da mulher em casa não apresenta um propósito imediatamente econômico/mercadológico, por esse motivo ela não se realizaria efetivamente, ou seja, trata-se de uma atividade incessante a qual possibilita aos homens trabalharem/produzirem, contudo a atividade feminina só ganha sentido a partir da masculina, sendo, pois, invisibilizada e marginalizada.

Aliado a isso, a autora reconhece que a família está sujeita aos reflexos da luta de classes, sendo incapaz, por si só, de promover a transformação da sociedade e de romper a divisão sexual imposta. Nesse cenário, a família acaba por desempenhar um papel dentro do sistema capitalista e da estrutura da divisão sexual do trabalho, cuja superação só ocorrerá com a mudança do sistema como um todo. Diante do exposto, para ela a divisão sexual do trabalho resulta na segregação das mulheres e se apresenta uma construção social influenciada pelo sistema patriarcal. Este sistema impõe a ideia de que atividades relacionadas à produção econômica são destinadas aos homens, enquanto tarefas domésticas e de cuidado são atribuídas às mulheres.

Porém, há exemplos de que nem sempre foi assim. Para Federici (2017), no contexto histórico da Idade Média, o trabalho executado pelas servas, tais como

colheita, cuidado de animais, limpeza, era feito de maneira coletiva, por meio da cooperação entre as mulheres, o que representava, na época, um mecanismo de união e de identificação entre elas (identidade e resistência). Isso ocorria, pois o trabalho do homem e da mulher tinham o mesmo valor social, diferentemente do que percebemos na conjuntura atual.

No sistema capitalista, segundo Saffioti (1976), a consciência da burguesia masculina sobre o papel submisso da mulher facilitava o processo de exploração dessas trabalhadoras, assegurando uma maior acumulação de capital. Considerando que a mais-valia obtida pelo capitalista seja reinvestida na própria empresa, a acumulação de capital depende do capital variável empregado, o que implica que o lucro aumente à medida que se reduz o número de trabalhadores assalariados ou o valor pago a eles. Nessa dinâmica, as mulheres, em tais condições, tornam-se vulneráveis à exploração.

Em contraposição a esse quadro de violência, tendo como finalidade emancipar a mulher, de acordo com Toledo (2017), é fundamental que exista o reconhecimento da realidade de muitas mulheres que almejam independência e superação de estigmas construídos e impostos socialmente, por exemplo, de que a maternidade e as responsabilidades domésticas devem prevalecer sobre os estudos ou a carreira profissional. Portanto, para a autora, é necessário romper o ideário que a sociedade propaga acerca de que o trabalho doméstico é um problema da mulher e compreender que essa perspectiva tem relação com o sistema capitalista de produção, já que decorre do processo de reprodução da força de trabalho nos lares.

Corroborando o que foi discutido, Saffioti (1976) infere que as problemáticas vivenciadas pelas mulheres em sociedades competitivas representam questões de classe, que se expressam de maneira distinta entre os gêneros e, portanto, demandam uma ação coletiva de homens e mulheres. Segundo Hirata (2009) nos últimos anos, as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho têm se concentrado com frequência no tema da precariedade e da precarização do trabalho, tornando-se um dos assuntos mais abordados pelos estudiosos das Ciências Sociais. O Quadro 1 revela três indicadores de precariedade no trabalho com base nas pesquisas conduzidas sobre trabalho e desemprego em âmbito internacional.

Quadro 1 - Indicadores de precariedade no trabalho

<p>Falta de proteção e direitos sociais, incluindo os sindicais</p>	<p>O trabalho informal nos países do Sul refere-se a atividades realizadas sem proteção social, como previdência, aposentadoria e férias. Situação semelhante ocorre com vários empregos no setor de serviços nos países do Norte, como trabalhadores domésticos e faxineiras.</p>
<p>Redução das horas de trabalho, resultando em baixos salários e frequentemente levando à precariedade</p>	<p>Uma mulher que trabalhe em tempo parcial, mesmo com um contrato de tempo indeterminado, pode ser vista como alguém que desempenha um trabalho precário.</p>
<p>Baixa qualificação</p>	<p>A falta de qualificação formal e a conseqüente baixa renda frequentemente resultam em precariedade e desemprego.</p>

Fonte: Elaborado com base em Hirata (2009).

Com base nesses indicadores podemos inferir sobre uma divisão sexual da precariedade uma vez que as mulheres são predominantes em número em comparação aos homens tanto no setor de trabalho informal quanto no trabalho parcial e ao mesmo tempo, a importância da qualificação para minimizar a questão da precariedade e desemprego da mulher.

Antunes (2009) afirma em sua obra, ao abordar a divisão sexual do trabalho, que é fundamental reconhecer que a emancipação da humanidade é uma responsabilidade compartilhada por homens e mulheres que trabalham. Nesse sentido, ele argumenta que a superação da opressão masculina é crucial para que ambos os gêneros possam unir suas forças e enfrentar conjuntamente os abusos do sistema capitalista. O autor ainda comenta que:

A emancipação específica da mulher em relação à opressão masculina é decisiva e prioritariamente uma conquista feminina para a real e omnilateral emancipação do gênero humano. À qual os homens livres podem e devem somar-se, mas sem papel de mando e controle (Antunes, 2009, p.10).

Ao tratar de opressão, em um de seus estudos, Sorj (2005) conclui que a participação ativa no mercado de trabalho, a busca por níveis mais elevados de educação e a integração em gerações mais jovens estão profundamente ligadas a uma mentalidade e visão de mundo que favorecem a igualdade. Dessa forma, é fundamental salientar a significativa relevância que o trabalho e a educação

desempenham na incessante busca pela justiça em nossa sociedade.

Saviani (2007) considera que o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas e considera que a educação é a garantia à existência humana. Segundo ele, o homem forma-se pela produção de bens e serviços e pelo processo educativo. Tendo isso como premissa, reconhece-se que os Institutos Federais vêm procurando promover um ensino de qualidade em atendimento à sua proposta, que é oferecer uma educação contextualizada, enriquecida com saberes que fortaleçam a capacidade humana de buscar uma vida mais digna.

Destarte, um dos principais objetivos dos Institutos Federais é superar as barreiras entre os ensinos técnico e científico, integrando trabalho, ciência e cultura em prol da emancipação humana (Pacheco, 2015). Corroborando essa afirmação, em um estudo, Moura (2013), ao tratar da formação humana integral, destaca a utopia de alcançar uma formação politécnica, integral e omnilateral, pois essa se apresenta como um desafio significativo em um país como o Brasil, mas ressalta a necessidade de percorrer determinados caminhos para atingir essa meta.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), da forma que se apresenta, é uma “ferramenta” para formar os estudantes para o mundo do trabalho e representa um expoente de superação de desigualdades e de promoção da formação integral do homem. Ramos (2014, p. 11) conceitua formação humana integral como sendo aquela “que sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. Assim, acredita-se que a mãe com uma formação humana integral não tenderá a reproduzir padrões socialmente impostos, já que terá a possibilidade de, criticamente, articular teoria e prática em suas vivências como mãe, estudante, trabalhadora, tornando-se agente ativa na transformação de sua própria vida, de seus filhos e da sociedade.

A formação omnilateral - por sua vez - tem como objetivo expandir as capacidades humanas em diferentes dimensões - intelectual, cultural, social e produtiva -, possibilitando que o indivíduo se desenvolva de maneira ampla e reflexiva na vida (Ramos, 2014). Partindo do que foi apresentado, podemos inferir que a formação humana integral é uma travessia para a omnilateralidade. Em adição, Frigotto (2012, p. 265) afirma que “omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa “todos os lados ou dimensões”. Manacorda (2007) discorre que:

Frente à realidade da alienação humana, na qual todo homem, alienado por outro, está alienado da própria natureza, e o desenvolvimento positivo está alienado a uma esfera restrita, está à exigência da onilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (Manacorda, 2007, p. 87).

Nesse sentido, pode-se perceber que o anseio pelo alcance da omnilateralidade é fundamental para combater a alienação e estimular uma educação e um modelo de trabalho que contribuam para a emancipação humana. Pensar na democratização do ensino ofertado na Educação Profissional e Tecnológica e no acesso das mulheres/mães a esse tipo de formação é uma alternativa para que elas possam adquirir e/ou ampliar autonomia intelectual, profissional, social, política, assumindo o controle de suas trajetórias e desempenhando um papel ativo na transformação da sociedade. Todavia, para o capitalismo, a emancipação das mulheres não é um objetivo, pois o sistema necessita delas como força de trabalho alienada para a obtenção de lucro. Nas palavras de Saffioti (1976):

A sociedade, enquanto sociedade capitalista, exige, não de modo uniforme e institucionalizado, mas periodicamente, certos trabalhos femininos e, constantemente, certos outros, embora de reduzido prestígio. Mesmo que se pensem as atividades que tradicionalmente vêm sendo exercidas pelas mulheres como passíveis de execução por parte de outras categorias sociais subprivilegiadas, a sociedade necessita do trabalho das mulheres cujos rendimentos são imprescindíveis para sua sobrevivência. Trata-se, aqui, de uma questão de sobrevivência da própria sociedade, por dois motivos. Primeiro, porque o equilíbrio da sociedade é incompatível com a generalização dos problemas sociais e seus efeitos disnômicos; segundo, porque as mulheres constituem metade da humanidade, sendo, pois, mesmo que se atente apenas para a sua condição de reprodutoras, imprescindíveis à conservação da sociedade (Saffioti, 1976, n. p).

Portanto, com base em Saffioti (1976), pode-se conceber que a permanência de mulheres em determinados setores da sociedade (casa e família) e a tímida presença delas em outros (política e trabalho formal) não é fruto do acaso, mas sim de uma estrutura desigual, utilizada pelo capitalismo para a sua própria (re)produção. Isso se deve porque essas mulheres são tidas como “instrumentos” importantes para as funções reprodutivas e de cuidados (uma demanda do mercado de trabalho), porém são excluídas de espaços de poder, tendo a identidade e a existência limitadas a uma atividade biológica. Por vezes, essa desvalorização também se manifesta, material ou simbolicamente, nos espaços formais de ensino por meio de barreiras que

reforçam o sexismo, sendo fundamentais ações para desconstruir esse ideário.

Defende-se que os Institutos Federais devem criar e aplicar políticas institucionais e práticas educativas, com o fito de efetivar a formação integral/omnilateral, em especial, de suas estudantes que são mães ou gestantes, havendo, portanto, um caminho significativo a ser percorrido, caracterizado por múltiplos desafios e potencialidades. Saviani (1989) comenta que é relevante refletir sobre de que maneira a formação omnilateral deve acontecer, uma vez que a estrutura social proposta pelo capitalismo é desigual e fragmentada (divisão de classes e do trabalho). Por esse motivo, urge que pesquisas, no campo da EPT, proponham-se a se debruçar sobre a temática gênero e maternidade estudantil.

Algumas pesquisas em Mestrados Profissionais têm se dedicado ao estudo da mulher na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para enriquecer as discussões sobre a questão de gênero. Um exemplo é a de Pereira (2020), a qual discorre sobre a percepção de que o papel da mulher na sociedade é construído socialmente e influenciado culturalmente ao longo da história e ressalta o papel da escola nesse contexto, especialmente no que diz respeito aos cursos de educação profissional. A pesquisadora elabora seu estudo com o objetivo de investigar os sentidos e desafios da formação profissional feminina em cursos majoritariamente ocupados por homens.

A literatura aponta que a educação tem o poder de promover transformações na forma como a sociedade conceitua o papel da mulher e é por esse motivo que ações que apoiem formalmente as mulheres no ambiente escolar devem ser implantadas (Rodrigues, 2016). A maternidade é uma fase importante na vida de muitas alunas, e, embora elas possam receber apoio informal de seus colegas durante esse processo, existe uma lacuna significativa quando se trata de atendimento formal por meio de ações institucionais visando a permanência delas nos estudos.

2.2 Maternidade, gênero e papel das mulheres na família

Neste estudo, optou-se pelo emprego da palavra “mulheres” (plural) para demonstrar que se reconhece o fato de que “ser mulher” não é uma forma ou um estado de existência fixo e invariável. As mulheres são seres singulares, e, nessas particularidades, encontra-se diversidade: algumas delas querem ser mães, outras, não; algumas desejam ser donas de casa e cuidarem do lar, outras não; algumas

delas são biologicamente fêmeas, outras não. Os papéis que elas exercem socialmente - assim como a própria forma que existem - são dinâmicos e variados, por isso não devem ser enquadrados a partir de padrões sociais estabelecidos historicamente.

Acerca disso, Nicholson (2000) defende que a mulher possui múltiplas características que a define, as quais não devem ser tidas como parâmetros universais baseados apenas no aspecto biológico. A autora argumenta ainda que o estabelecimento do gênero a partir, exclusivamente, do sexo reforça um dualismo entre o "feminino" e o "masculino", além de excluir identidades que não se encaixam nas categorias de "homem" e de "mulher". Ela sugere que o corpo seja visto como parte das construções sociais e culturais, questionando a relação imposta diretamente, na sociedade, entre sexo biológico e identidade de gênero.

Conforme Bourdieu (2002), a distinção biológica entre os sexos, especialmente no que se refere às características anatômicas entre os órgãos sexuais, é utilizada para naturalizar as diferenças de gênero e para justificar a divisão social do trabalho. Essa diferença não é isenta de influências sociais, pois a própria interpretação das diferenças corporais é moldada por uma visão social que constrói e reforça desigualdades. Esse processo gera um ciclo em que as relações de dominação são percebidas como naturais, influenciando tanto a organização concreta da sociedade quanto os esquemas mentais que moldam a forma como essas divisões são compreendidas e reproduzidas (Bourdieu, 2002).

Algumas mulheres vivenciam situações de violência de gênero que, em sociedades patriarcais, como a brasileira, são, culturalmente, naturalizadas. Para ilustrar essa perspectiva, pode-se observar que, em alguns lares nacionais, pais tratam de maneira desigual os filhos e as filhas com base no gênero. Ainda, deparamo-nos com muitas circunstâncias em que os homens têm a oportunidade de ocupar posições de poder em diferentes esferas sociais (educacionais, profissionais, religiosas, familiares, políticas), enquanto as mulheres são privadas dessa possibilidade. Para Bourdieu (1998):

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam 'femininas', isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa 'feminilidade'

muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (Bourdieu, 1998, p. 41- 42).

No entanto, esse contexto não foi sempre assim. Engels (1984), ao abordar a história da humanidade, descreve que, na sociedade primitiva, a estrutura social era matrilinear e com o surgimento da propriedade privada, ocorreu a transição para o patriarcado. Segundo o autor, esse processo surgiu da necessidade de assegurar direitos paternos para garantir a continuidade da linhagem familiar e a proteção das propriedades, e a mudança na estrutura social refletiu uma transformação profunda nas relações de gênero e na organização da sociedade.

Silvia Federici (2017), argumenta que, no feudalismo, a divisão sexual do trabalho, que era para subsistência, era menos rígida do que nos modelos de produção capitalistas. As mulheres desempenhavam diversas funções (trabalho agrícola, doméstico, cuidado com os filhos), sem que suas atividades fossem desvalorizadas, tendo a produção de bens e a reprodução da força de trabalho o mesmo valor na esfera familiar. No entanto, com os cercamentos e a transição para uma economia monetária, a terra foi privatizada, e as mulheres enfrentaram obstáculos mais significativos do que os homens para garantir seu sustento, sendo restringidas ao trabalho reprodutivo, no momento em que esse passou a ser desvalorizado. Dessa maneira, a mesma autora afirma que o capitalismo findou com a equiparidade entre produção e reprodução, tornando as mulheres economicamente dependentes e limitando seu acesso ao trabalho remunerado. A figura da dona de casa reforçou essa desigualdade, enquanto o salário masculino foi usado para controlar o trabalho feminino.

Araújo e Scalon (2005) afirmam que ao longo da história, as responsabilidades ligadas ao trabalho doméstico e de cuidado foram designadas às mulheres, enquanto os homens ficaram encarregados das atividades remuneradas e produtivas. Essa divisão consolidou a presença masculina em cargos de liderança e no comando das instituições, moldando a estrutura hierárquica da sociedade. O feminismo surgiu no século XIX quando mulheres, trabalhadores e outros grupos minoritários começaram a contestar as normas estabelecidas, influenciados pelos ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa, que trouxeram novos direitos para os homens (Siqueira, Bussinguer; 2020). As mesmas autoras bem como outros

estudiosos criticam o uso do termo “ondas do feminismo” uma vez que embora a expressão ajude a entender o fenômeno historicamente, ela parece sugerir um movimento finalizado e estabelecido, o que pode causar um erro na interpretação de tudo o que a expressão abrange. Dessa maneira, utilizaremos o termo didaticamente, assim como têm feito outros pesquisadores, mas com a consciência de que as ondas permanecem coexistindo, embora não de forma harmoniosa nos cenários acadêmico e social.

De acordo com Monteiro e Grubba (2017), a primeira onda aconteceu entre o final do século XIX e o início do século XX e se espalhou pelo mundo, com destaque em países como Reino Unido, Estados Unidos e França, e enfatizou a luta pelo direito civil e político ao voto. As reivindicações das mulheres por direitos, além de sua luta, acarretaram sérias consequências na época, incluindo torturas, abusos e rejeições familiares. A segunda onda ocorreu entre as décadas de 1960 e 1980. As mulheres levantam novas bandeiras relacionadas ao trabalho, como a luta por salários iguais entre homens e mulheres, a luta contra a discriminação no mercado de trabalho, o direito a ter controle sobre a reprodução, isto é decidir sobre o próprio corpo e desejo por ter filhos, a luta contra a violência sofrida pela mulher, além da maior participação na política, denunciando a baixa representatividade das mulheres na política. Já na terceira onda, a partir dos anos 1990, o que se coloca é que há mulheres e mulheres, ser mulher é algo que varia de acordo com algumas características sociais importantes. O conceito utilizado nesta onda do feminismo é o de "interseccionalidade" que concebe o fato de que as mulheres não vivem da mesma maneira a experiência de ser mulher. Isto é, é preciso levar em conta outras variáveis para entender o feminismo, como classe, cor, escolaridade etc.

Destarte, Siqueira e Bussinguer (2020), apresentam as quatro ondas do feminismo: a primeira está associada aos direitos civis, como o voto, a educação e o direito ao trabalho; a segunda se concentra nos direitos reprodutivos e na sexualidade; a terceira está vinculada ao chamado pós-estruturalismo, com as questões de identidades femininas sendo colocadas; e a quarta tem suas origens na disseminação do tema nas redes sociais. No movimento feminista, devido à necessidade de lutar contra múltiplas formas de opressão, vivenciadas de maneira distinta pelas mulheres em razão da diversidade de suas experiências, surgiram diferentes vertentes filosóficas. No Quadro 2, são descritas essas correntes com base em Gandhi (2018):

Quadro 2 - Correntes filosóficas do feminismo

Feminismo liberal	Defende a equiparação de direitos entre homens e mulheres, com ênfase no direito ao voto e na igualdade não apenas de oportunidades, mas também de condições. No entanto, essa corrente apresenta limitações, pois se baseia em um individualismo excessivo, em vez de priorizar ações coletivas. Além disso, não considera o papel da mulher na história e ignora as desigualdades de classe e seu impacto na distribuição de oportunidades.
Feminismo radical	Vê o patriarcado como a raiz da opressão feminina e defende a eliminação das estruturas de dominação masculina. Baseado no papel biológico da mulher e na reprodução como fatores centrais da opressão, impulsionou o separatismo, a defesa do lesbianismo e a criação de uma cultura feminina própria. No entanto, essa corrente ignora desigualdades de classe, trata homens e mulheres como categorias imutáveis e desconsidera fatores socioeconômicos, adotando soluções reformistas que não promovem mudanças estruturais profundas.
Anarcafeminismo	Essa corrente defende a liberdade individual e comunitária, a abolição de todas as formas de hierarquia e autoridade, além de enfatizar a organização por meio de pequenos grupos envolvidos em atividades cooperativas. No entanto, na prática, a estrutura desses grupos leva ao surgimento de lideranças autoritárias não explícitas, o que gerou críticas a essa abordagem. Além disso, essa vertente também demonstrou preocupação com questões ecológicas.
Ecofeminismo	O ecofeminismo compreende diversas correntes de pensamento. As ecofeministas espiritualistas priorizam a espiritualidade, enquanto o ecofeminismo mundano enfatiza a necessidade de ações concretas para conter a degradação ambiental e restabelecer a conexão entre humanidade e natureza. Essa perspectiva também ressalta a importância de um estilo de vida mais simples como condição para sobrevivência e reconhece a participação masculina na luta ecológica. Já o ecofeminismo social-construtivista questiona a suposta relação natural entre mulheres e natureza, argumentando que essa associação é uma construção social, reforçada ideologicamente. Essa corrente propõe a superação da divisão

	de gênero (homem fazendo cultura e mulheres natureza - gestação e educação infantil), promovendo uma integração equilibrada entre cultura e natureza para ambos os sexos.
Feminismo socialista	As feministas socialistas buscaram combinar o marxismo com ideias do feminismo radical, formando uma ampla gama dentro dessa vertente. De um lado, as feministas marxistas seguem de perto os escritos de Marx, Engels e Lenin, analisando a exploração das mulheres a partir da economia política capitalista. No outro extremo, algumas feministas enfatizam a construção da identidade de gênero por meio da criação dos filhos, influenciadas por Freud, sendo conhecidas como feministas psicanalíticas. A luta feminista defende a criação de organizações próprias para as mulheres, garantindo uma base de poder independente. Essas organizações promoveram ações contra o capitalismo e a dominação masculina, associando a opressão feminina ao modo de reprodução dentro da estrutura marxista. No entanto, tanto feministas radicais quanto socialistas foram criticadas por mulheres negras, por ignorarem as especificidades da opressão racial.
Pós-modernismo e Feminismo	As críticas de mulheres não brancas levaram parte das feministas a se alinharem com o multiculturalismo e o pós-modernismo. Inspiradas por Simone de Beauvoir, essas feministas percebem a mulher como o "outro", assim como diversos grupos marginalizados pela cultura dominante. Elas defendem a multiplicidade de identidades femininas, reconhecendo o valor único de cada uma. As feministas pós-modernas enfatizam a diferença e a identidade, ao mesmo tempo em que criticam o marxismo por sua abordagem centrada na ideia de "totalidade", representada pela classe social.

Fonte: Elaborado com base em Gandhi (2018).

O movimento feminista tem desencadeado reflexões significativas sobre as relações de gênero, trazendo à tona questões sobre a desigualdade e a opressão vivenciadas por mulheres ao longo da história. No entanto, no Brasil, os desafios persistem e embora tenham ocorrido avanços em alguns setores, muitas mulheres, em particular as negras, pardas e de classes mais baixas, ainda enfrentam barreiras

significativas para garantir condições de trabalho dignas. A precarização do trabalho, a falta de acesso a benefícios sociais e a discriminação no ambiente educacional e de trabalho agravam a situação dessas mulheres.

Além disso, as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero ainda são insuficientes para atendê-las. O movimento feminista, portanto, segue sendo fundamental na luta por transformações estruturais que possam garantir a todas as mulheres, independentemente de sua raça ou classe social, o exercício de seus direitos.

Toledo (2017) destaca que, na sociedade em que vivemos, as mulheres são constantemente percebidas como subalternas em relação aos homens, porque, desde o nascimento, são criadas em um ambiente que as submete à opressão, muitas vezes aceitando essa condição como algo intrínseco. Conforme apontado pela autora, a maioria das mulheres tende a aceitar essa realidade sem questionar, e a função materna é comumente utilizada como justificativa para a desigualdade e a posição inferior da mulher na sociedade.

A aceitação sem indagações pode ocorrer porque a maternidade é o sonho de muitas mulheres. Mas será que, por esses sonhos, elas são capazes de abdicar de outros? A que ponto isso ocorre? Qual o peso no presente e no futuro? Em geral, a maternidade representa um momento de extrema importância na vida das mulheres. Muitas nutrem esse desejo ao longo de toda a sua existência, pois compreendem que é fundamental para a continuidade das gerações. Entretanto, é importante refletir que, em alguns casos, esse sonho pode não ser inteiramente genuíno, mas sim fruto de pressões sociais que fazem da maternidade um caminho quase obrigatório ou esperado. Assim que a mulher assume o papel de mãe, as responsabilidades cotidianas, combinadas aos cuidados com o bebê, podem gerar uma carga adicional significativa.

Badinter (1985) mostra que a injustiça doméstica permanece, na qual a vida conjugal traz um custo social e cultural às mulheres no que diz respeito às tarefas domésticas, à educação dos filhos, à evolução na carreira e à remuneração. A rotina da maioria das mães é de dedicação exclusiva, assumindo, pois, toda a responsabilidade de criar e de educar. No senso comum, o trabalho de cuidar das próximas gerações é atribuído às mulheres, enquanto os homens concentram-se em suas carreiras, assim como um número maior de outras afazeres fora do lar, o que caracteriza uma desigualdade que precisa ser superada.

Rodrigues (2016) apresenta alguns questionamentos para reflexão sobre o dualismo de um lado a sociedade e seu poder de coerção e do outro, o indivíduo como agente criador e transformador da vida coletiva: “somos nós que fazemos a hora? Ou a hora já vem marcada, pela sociedade em que vivemos? O que, afinal, o “sistema” nos obriga a fazer em nossa vida? Qual a nossa margem de manobra? Qual o tamanho da nossa liberdade?” (Rodrigues, 2016, p. 17). No contexto da maternidade, os desafios de resistir ao que a sociedade impõe como dever da mulheres são grandes, mas é possível promover mudanças por meio da luta por igualdade e da implementação de políticas que apoiem as mães.

Segue o autor com outros questionamentos como: “Educar é conservar? Ou revolucionar? Educar é tirar a venda dos olhos ou impedir que se enxergue além das imposições da sociedade?” (Rodrigues, 2016, p. 18). Embora haja desafios e julgamentos em relação às mulheres que se dedicam aos estudos e buscam crescimento pessoal e profissional, é importante reconhecer que as mulheres que estudam ampliam seus horizontes, adquirem maior capacidade para enfrentar os desafios cotidianos e contribuem financeiramente para sua família ao mesmo tempo em que sabem transmitir aos seus filhos a importância do aprendizado. A maternidade estudantil merece uma consideração cuidadosa, pois a mãe que estuda estará repassando esse valor a seu(sua) filho(a).

Freire (2002), ao abordar o papel do educador, considera que é fundamental apresentar ao educando a razão de ser do objeto de aprendizagem, de maneira que o conhecimento adquirido esteja em sintonia com os acontecimentos que ocorrem em seu país, cidade e bairro. Os pais, como educadores, têm a capacidade de incentivar e demonstrar de forma mais próxima a aplicação prática desse conhecimento na realidade. Podemos afirmar que a criança aprende com os pais a todo o tempo, aprendem pelo exemplo.

Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo (Freire, 2002, 19).

A partir de Freire (2002), pode-se inferir que a educação como herança pode ser um importante fator contribuinte para a formação do indivíduo. Feijó, França e Neto (2022) conduziram uma pesquisa com o objetivo de estabelecer vínculos entre o desempenho dos estudantes e a influência direta e indireta da educação dos pais e

os resultados demonstraram que os pais exercem influência sobre seus filhos desde a infância até a idade adulta. Os autores concluem que isso implica a importância de formulações de políticas públicas e de estratégias destinadas a diminuir as disparidades educacionais e de oportunidades. Bourdieu (2002) apresenta o que cada família transmite aos filhos:

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 2002, n. p.).

Temos em foco diversas questões: as mulheres enfrentam desigualdades, são sobrecarregadas e, quando são mães, as dificuldades se ampliam. Ao mesmo tempo, elas necessitam buscar autonomia e independência para si mesmas e, além disso, contribuir com o desenvolvimento de seus filhos. Saffioti (1976) aponta que é importante não generalizar a “mística feminina”, pois seu impacto varia entre as classes sociais, e as mulheres mais instruídas conseguem se desvincular de seus efeitos. A autora comunica que essa corrente de pensamento estimula o trabalho doméstico por parte das mulheres e as impõe atividades mal remuneradas, submetendo-as a condições precárias no que diz respeito às leis trabalhistas e mantendo-as em posições inferiorizantes para atendimento dos desejos das classes dominantes.

Para concretizar a emancipação feminina no quadro social contemporâneo, é desejável que ocorram mudanças tanto no seio familiar quanto nas instituições de ensino. Esses espaços educativos devem se tornar promotores de discussões de gênero e proporcionar às mulheres oportunidades de equidade, permitindo que elas concluam seus cursos, especialmente quando enfrentam o desafio da maternidade durante o período de estudo. E, nesse contexto, é relevante pensar criticamente: o que as instituições têm efetivamente realizado a respeito disso?

2.3 Maternidade Estudantil como fenômeno de análise

No contexto atual das instituições educacionais, especialmente no que se refere à acolhida de mulheres que são mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras,

é essencial refletir sobre os desafios que essas mulheres enfrentam para ingressar, permanecer e atuar no ambiente acadêmico. Para compreender o desenvolvimento e a situação atual da maternidade na EPT, realizou-se uma pesquisa de dissertações no Observatório do ProfEPT,² utilizando a palavra “maternidade” com o objetivo de encontrar literatura sobre a maternidade na EPT, tendo como resultado apenas uma produção identificada.

O trabalho encontrado, intitulado “A maternidade como desafio para mães servidoras e alunas no IFRJ *Campus* Volta redonda: reflexões feministas a luz da EPT (Oliveira, 2023)” aborda a invisibilidade da mãe profissional e discente dentro do *Campus* e propõe, como produto educacional, uma capacitação destinada aos gestores, com o intuito de promover um olhar mais empático para as necessidades maternas dentro da instituição. A pesquisadora apresenta um rico Referencial Teórico que discute a situação das mulheres-mães-trabalhadoras em um país patriarcal e capitalista. Além disso, por meio de análise e de roda de conversas, a autora buscou conhecer as condições e as necessidades das mães estudantes e as mães trabalhadoras do IFRJ com o fito de elaborar o produto educacional minicurso.

O trabalho exemplifica o quanto a invisibilidade das profissionais é uma realidade dentro dos Institutos Federais, ressaltando a argumentação de Federici (2017), a qual propõe que, após a ascensão do capitalismo, com a separação entre produção (trabalho remunerado) e reprodução (atividades de cuidado com o lar e pessoas), o trabalho realizado pelas mulheres não foi reconhecido como “trabalho” pelo sistema econômico dominante, tornando-as invisíveis enquanto trabalhadoras.

Com o objetivo de compreender como os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais abordam questões relacionadas à maternidade, ao gênero, ao assédio e às situações das mulheres de maneira geral, realizou-se uma análise do sítio eletrônico geral da instituição, que contém informações sobre a Reitoria (unidade administrativa localizada na cidade de Belo Horizonte) e os dezoito *Campi* do IFMG.³ Para tanto, foram examinados os itens disponíveis na página inicial, além disso foi executada uma busca específica no campo de pesquisa do portal, utilizando termos-chave como “maternidade”, “gênero”, “assédio” e “mulheres”.

² Disponível em: <https://obsprofepi.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 12 de nov. 2024.

³ O IFMG possui *Campi* nas cidades de Arcos, Bambuí, Betim, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Formiga - Polo de inovação (bloco B), Governador Valadares, Ibirité, Ipatinga, Itabirito, Ouro Branco, Ouro Preto, Piumhi, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São João Evangelista.

Inicialmente, verificou-se que, nos ícones e nas imagens disponíveis na página inicial, não há nenhuma referência aos termos buscados. A página do IFMG não menciona comissões voltadas para questões de gênero ou organizações de mulheres, e os manuais disponíveis para alunos tratam apenas da regulamentação do Regime Excepcional de Estudos.⁴

Figura 1 - Página inicial do IFMG



Fonte: Site Institucional do IFMG (2025).

É imprescindível questionar quais fatores são responsáveis pela ausência de informações explícitas sobre orientações e diretrizes para as estudantes gestantes. Nesse viés, cabe refletir as suas causas: seriam elas decorrentes da falta de interesse institucional mediante a problemática (fator interno)? Ou seriam elas decorrentes da própria lógica capitalista - também manifestada no campo educacional - que cria barreiras para limitar e dificultar a vida das mulheres (fator externo)? Tal resistência à emancipação feminina pode ser observada desde a inserção das mulheres no trabalho produtivo durante a Revolução Industrial. Esse processo gerou oposição tanto por parte da burguesia, que defendia a permanência das mulheres no lar como forma de preservar a família e a propriedade privada, quanto por parte dos homens, que as viam como concorrentes no mercado de trabalho devido aos salários mais baixos que recebiam (Beauvoir, 1970).

⁴ Nas páginas específicas de cada *campus*, também, se chegou a essa conclusão.

Buscando-se a palavra “Maternidade”, no dia 20 de março de 2025, encontraram-se na página inicial do IFMG 76 itens relacionados, dentre eles havia orientações sobre o afastamento de servidoras, não havendo menção às alunas gestantes. Além dessas informações, retornaram na pesquisa: depoimentos, roda de conversa em comemoração ao mês/dia das mulheres e publicação sobre o aleitamento materno. Por sua vez, ao se buscar a palavra “Gênero”, na mesma data, foram identificados 866 itens. Nesse conjunto, chama-se atenção ao “Basta”, que consiste em um coletivo multicampi, constituído por alunas e servidoras, com vistas ao combate à violência de gênero no IFMG⁵ e o coletivo “Mulheres IFs”, grupo criado por servidoras dos Institutos Federais, Colégio Pedro II, CEFETs, e demais colégios técnicos de todo o Brasil.⁶

Buscando-se a palavra “Assédio”, chegaram-se a 149 itens. Um deles era um endereço eletrônico (*link*) que direcionava o leitor a um material intitulado “GUIA LILÁS - Orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal” (Brasil, 2023). Tal obra apresenta modos de prevenção e combate a esse tipo de violência no âmbito público. Ademais, identificou-se a divulgação de um curso denominado “Enfrentando o Assédio Moral e Sexual e a Violência de Gênero nas Instituições Públicas”, como um das ações conduzidas pelo “Coletivo Basta”.⁷

Acerca da palavra “Mulheres”, encontraram-se 576 itens. Dentre eles, destacam-se: a divulgação da Campanha Agosto Lilás, que objetiva o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher,⁸ a roda de conversa “Maternidade e Ciência: contribuições das instituições de ensino para a equidade de gênero” promovida pelo grupo “Vozes da Extensão” durante o mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher,⁹ e edital de convocação para o envio de relatos escritos que compartilhem experiências e vivências de mulheres no IFMG, abordando desafios, conquistas, enfrentamento à desigualdade de gênero, entre outras perspectivas que

⁵ Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/politica-de-enfrentamento-a-violencia-de-genero-assedio-sexual-e-moral-e-proposta-a-equipe-gestora-do-ifmg>. Acesso em: 25 mar. 2025.

⁶ Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/nucleo-de-enfrentamento-a-violencia-de-genero-do-campus-ouro-preto-participa-de-audiencia-publica-na-almg>. Acesso em: 25 mar. 2025.

⁷ Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/inscricoes-abertas-para-o-curso-201cenfrentando-o-assedio-moral-e-sexual-e-a-violencia-de-genero-nas-instituicoes-publicas201d>. Acesso em: 25 mar. 2025.

⁸ Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/progep/desenvolvimento-de-pessoas/qualidade-de-vida-no-trabalho/agosto-lilas>. Acesso em: 25 mar. 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-inicia-mes-das-mulheres-com-roda-de-conversa-sobre-maternidade-e-ciencia>. Acesso em: 25 mar. 2025.

reflitam o cotidiano e a trajetória de alunas e servidoras na instituição.¹⁰

Os resultados da pesquisa demonstram a presença de iniciativas voltadas para a equidade de gênero no IFMG, no entanto, percebe-se a necessidade de maior visibilidade e aprofundamento em questões como a maternidade no ambiente acadêmico, especialmente no que se refere às alunas gestantes. Sendo assim, essa dissertação propôs à elaboração de uma cartilha que fornecesse, de forma prática, informações às estudantes gestantes. Para a construção de tal recurso educacional, foi fundamental entender sobre como o IFMG *Campus Congonhas* (*locus* de pesquisa) está colaborando para a libertação de padrões culturalmente impostos pela sociedade, por meio de políticas de acolhimento, de inclusão e de motivação das mães no âmbito institucional. No IFMG, os documentos que regem o direito dos estudantes são o Regulamento de Ensino dos cursos técnicos e de graduação (Resolução nº 46 e nº 47), o qual possui como objetivo:

Art. 1º O Regulamento de Ensino é o conjunto de normas que disciplinam as atividades de ensino comuns aos vários órgãos e setores integrantes da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias e regimentais gerais (IFMG, 2018, p. 3).

Como parte importante para os estudos neste tópico, temos como ponto de foco o Capítulo V, que rege sobre o regime excepcional de estudos:

Art. 77. O regime excepcional de estudos consiste no atendimento a discentes que se encontrem impossibilitados de comparecer às aulas e estejam amparados por legislação específica para continuidade dos estudos.

Art. 78. Será concedido regime excepcional de estudos aos discentes que se enquadrarem nas determinações do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, e da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, observadas as condições de ensino-aprendizagem.

Art. 79. O discente interessado em obter regime excepcional de estudos ou seu representante legal, quando for o caso, deverá requerê-lo em formulário próprio no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de início do afastamento.

§ 1º O requerimento deverá ser acompanhado de laudo ou atestado médico que identifique a incapacidade de frequência às atividades acadêmicas, bem como a data de início e término do afastamento.

§ 2º Não será concedido regime excepcional relativo a disciplinas de caráter prático e estágios, sendo estes casos incluídos no trancamento a que se refere o §º 1º do artigo 45.

§3º Ocorrendo o afastamento entre 2 (dois) períodos letivos, a renovação da matrícula para o período subsequente deve ser efetivada nas datas previstas

¹⁰ Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/reitor-lanca-chamada-publica-para-submissao-de-relatos-de-experiencias-e-vivencias-de-mulheres-no-ifmg>. Acesso em: 25 mar. 2025.

no calendário acadêmico.

Art. 80. O regime excepcional de estudos não exige o discente da obrigatoriedade de realizar as atividades avaliativas, podendo estas, a critério da Coordenação de Curso e Área Pedagógica, serem aplicadas em domicílio.

Art. 81. O docente das disciplinas nas quais o regime excepcional de estudos for concedido é responsável por preparar as atividades pertinentes ao atendimento do discente.

Art. 82. O fluxo de atendimento ao discente em regime excepcional de estudos, incluindo a comunicação, envio, recebimento e aplicação de atividades, será definido pela Coordenação de Curso e Área Pedagógica.

Parágrafo único. O discente que fizer jus ao regime excepcional de estudos deverá cumprir as atividades que não puderam ser realizadas neste regime em horários díspares das aulas regulares de sua turma, após o término do afastamento.

Art. 83. O regime excepcional de estudos será aplicado somente a afastamentos por períodos iguais ou superiores a 15 (quinze) dias. Parágrafo único. O requerimento de regime excepcional de estudos será indeferido para as disciplinas em que as faltas do requerente já tiverem ultrapassado, na data de início do impedimento, os 25% (vinte e cinco por cento) permitidos (IFMG, 2018, p. 15-16).

O *Campus* Congonhas do IFMG tem fornecido orientações às gestantes que buscam o Centro de Atenção à Saúde (CAS), a secretaria ou o setor sociopedagógico da instituição a respeito da Licença Maternidade, entrega do Atestado Médico no CAS e, em seguida, instruções para a solicitação o Regime Excepcional de estudos por meio do sistema de protocolos da instituição.

Ao realizar o procedimento, a estudante encontra-se respaldada, uma vez que a secretária acadêmica assume a responsabilidade de bloquear o sistema educacional, impedindo que sejam registradas faltas durante esse período. Além disso, a secretaria envia um *e-mail* aos docentes, informando sobre a situação da aluna e garantindo-lhe o direito de realizar todas as atividades perdidas nesse intervalo de tempo.

A estudante que desejar realizar as atividades deverá buscar o material perdido e dedicar-se ao estudo, a fim de se preparar para as avaliações, ao término da licença ou conforme acordado diretamente com o professor responsável pela disciplina. Algumas estudantes, enfrentando dificuldades para conciliar os primeiros meses de maternidade com a abordagem dos conteúdos, optam por trancar o curso. Quando essa situação ocorre e elas retornam no período seguinte, frequentemente não terão os mesmos colegas e rede de apoio que teriam em sala de aula, assim como teriam se tivessem permanecido no curso e obtido aprovação nas disciplinas.

As instituições têm adotado medidas tímidas para abordar a inclusão de gestantes, por meio de ações como assistência estudantil e de acompanhamento

psicológico. Complementarmente, é essencial que sejam promovidas mais oportunidades para debates e reflexões sobre as desigualdades de gênero no ambiente acadêmico. Essa abordagem pode representar o primeiro passo em direção à melhoria do atendimento às necessidades das mães estudantes.

Alguns avanços têm sido alcançados nesse sentido. O Senado aprovou, por intermédio de Projeto de Lei 1741/22, a ampliação do prazo, por no mínimo 180 dias, para pais e mães estudantes concluírem curso superior e/ou pós-graduação, sendo que a prorrogação valerá para parto, nascimento da criança, de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Em se tratando de casos de internação de filho (a) por período superior a 30 dias, também valerá o direito à prorrogação por prazo igual, no mínimo, ao período de internação. A lei contempla prazo de prorrogação para recebimento de bolsas formação ou pesquisa, que inclusive, pode ter extensão pelo dobro do período caso a criança tenha alguma deficiência (Agência Senado, 2024).

Outra medida recente foi o PL 2.246/2022, que visava a garantir a continuidade dos estudos para os alunos impossibilitados de comparecer às aulas por tratamento médico ou condição de saúde. A proposta também buscava beneficiar mães lactantes, pais e mães estudantes com filhos de até três anos. O regime especial tinha o propósito de oferecer classes hospitalares e domiciliares, com avaliações escolares com adaptações pedagógicas pertinentes (Agência Senado, 2024).¹¹ Todavia, o PL foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a seguinte justificativa: a proposição legislativa pode comprometer o desenvolvimento social e educacional das mães e dos pais, além de gerar custos não previstos em orçamento para a construção de classes hospitalares e o atendimento domiciliar (Agência Senado, s.d.).¹²

Para que as políticas não se limitem a meras palavras no papel, é necessário criar processos e orientações, além de divulgá-los dentro das instituições e na sociedade como um todo, garantindo sua implementação prática e beneficiando verdadeiramente as mães. Na perspectiva do acolhimento e da permanência das alunas gestantes na Educação Profissional e Tecnológica, o estudo sobre a maternidade estudantil é de suma relevância para que seja possível a compreensão

¹¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/07/16/senado-aprova-regime-especial-para-estudantes-impossibilitados-de-ir-as-aulas>. Acesso em: 20 mar. 2025.

¹² Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/vetos/-/veto/detalhe/16629>. Acesso em: 23 mar. 2025.

das dificuldades enfrentadas pelas mães e proporem-se, de maneira crítica, ações institucionais voltadas para as necessidades observadas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória metodológica que foi percorrida para a realização da presente pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), a qual está inserida na linha "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)".¹³

Este estudo configura-se como aplicado, tendo em vista que buscou trazer propostas para solucionar problemas concretos por meio da apresentação de uma intervenção indicada pelo investigador (Brasileiro, 2013). Corroborando essa definição, Gil (2008), ao abordar a finalidade da pesquisa, descreve o estudo aplicado como aquele que vai além da simples geração de conhecimento, visto que se concentra na aplicação, na utilização e no emprego prático desse. No estudo proposto, especialmente, foi elaborada uma cartilha para o IFMG *Campus* Congonhas, a fim de auxiliar alunas que se tornam mães enquanto estudantes.

Além disso, a investigação apresentou abordagem qualitativa, visto que foram utilizados dados verbais nos processos de análise (Brasileiro, 2013), extraídos em entrevistas com estudantes que vivenciaram a maternidade no percurso acadêmico e com servidores do IFMG *Campus* Congonhas. Para Rodrigues (2007, p. 39), “qualitativa é denominação dada à pesquisa que se vale da razão discursiva”. Complementarmente, Gil (2008) afirma que as pesquisas que utilizam da técnica de estudo de caso, por exemplo, não dispõem de “fórmulas” ou de “receitas” predefinidas para orientação/execução, dependendo, pois, do estilo e das decisões do pesquisador.

Somado a isso, a pesquisa teve caráter descritivo, uma vez que buscou relatar acontecimentos de determinada população e estabelecer relações entre variáveis (Brasileiro, 2013; Gil, 2008). Nesse sentido, é possível afirmar que, para atingir os objetivos propostos, o presente estudo recorreu às seguintes técnicas: documental, bibliográfica e estudo de caso.

¹³ Esta pesquisa foi aprovada no dia 25/09/2024, CAEE N° 81493624.5.0000.0293, pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG via Plataforma Brasil.

Marconi e Lakatos (2011) definem a pesquisa documental - também denominada de fonte primária - como aquela em que se utiliza um conjunto de materiais que desempenham o papel de fornecer informações para fins científicos. Ademais, as autoras descrevem a pesquisa bibliográfica como a etapa inicial de todo empreendimento científico, envolvendo a coleta de bibliografia previamente publicada com o propósito de familiarizar o pesquisador com o tema de interesse.

Diante do exposto, cabe se fazer um paralelo. Gil (2008) destaca que a pesquisa documental guarda grande proximidade com a pesquisa bibliográfica, sendo que a distinção entre ambas reside nas fontes utilizadas. O autor ainda menciona que a pesquisa bibliográfica se baseia em obras de autores que abordam um determinado tema, enquanto a pesquisa documental faz uso de materiais que ainda não foram submetidos a uma análise crítica e que serão tratados de acordo com os objetivos do estudo.

O estudo de caso tem sido amplamente empregado por pesquisadores das ciências sociais, possibilitando a realização de uma análise aprofundada e minuciosa de um ou de poucos objetos, visando a alcançar um conhecimento amplo e detalhado sobre eles (Gil, 2008). No que diz respeito a esse tipo de técnica, Gomes (2009) aponta que a análise da descrição do caso é de suma importância e requer bastante atenção a aspectos que, mesmo que não estejam explicitamente delineados no texto, são relevantes para a interpretação do problema apresentado.

Os dados pertinentes a este estudo foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas com as estudantes do IFMG *Campus* Congonhas que solicitaram Regime Excepcional de Estudos por motivo de licença maternidade. De maneira complementar, essas foram realizadas também com o Diretor Geral, com a Diretora de Ensino e com um representante do setor sociopedagógico do *Campus* selecionado, buscando-se conhecer a realidade das gestantes entrevistadas, o olhar da gestão e de alguns servidores da instituição sobre o tema proposto.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semiestruturada segue um roteiro com perguntas centrais, que permite ao pesquisador flexibilidade ao formulá-las com base nas respostas obtidas e nos direcionamentos tomados durante a interação. Cabe destacar que as entrevistas com os servidores da instituição mencionados foram agendadas e realizadas presencialmente (aproximadamente uma hora). Com as gestantes, foram realizadas individualmente na plataforma Google Meet (aproximadamente uma hora), com a câmera desativada (visando à preservação

da imagem dos participantes). Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora para análises. Elas ocorreram em Novembro de 2024.

Além disso, para coletar os dados documentais, foram levados em consideração os regulamentos dos cursos do IFMG que tratam de assuntos referentes às questões relacionadas à maternidade estudantil e os registros de Regime Excepcional de Estudos solicitados por estudantes a partir do 8º mês de gestação.

A escolha do local de pesquisa ocorreu em virtude da trajetória que percorri como estudante e servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus* Congonhas. Durante minha experiência como discente, vivenciei a maternidade enquanto estava matriculada no curso de Engenharia de Produção. Atualmente, como servidora da mesma Instituição, percebo outras mães que enfrentam situações semelhantes.

Em 2006, foi fundada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET Ouro Preto, denominada UNED, em Congonhas. Posteriormente, em 2008, com a promulgação da Lei 11.892, originou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). No contexto vigente, o IFMG *Campus* Congonhas disponibiliza os seguintes cursos:

- a) Nível Técnico Integrado: Edificações, Mecânica e Mineração;
- b) Nível Técnico Concomitante: Edificações e Mineração;
- c) Nível Técnico Subsequente: Edificações, Mecânica e Mineração;
- d) Nível Superior: Licenciatura em Física, Licenciatura em Letras, Engenharia de Produção e Engenharia Mecânica;
- e) Nível Pós-Graduação: Gestão de Projeto e Operações.

Foram participantes da pesquisa as estudantes do IFMG *Campus* Congonhas que solicitaram Regime Excepcional de Estudos por motivo de licença maternidade e servidores da Instituição, a saber, Diretor Geral, Diretora de Ensino e um representante do setor sociopedagógico do *Campus* selecionado.

Por um lado, os critérios de inclusão das estudantes para a participação na coleta de dados registrada nesta pesquisa foram os seguintes: solicitação do Regime Excepcional de Estudos por parte das estudantes gestantes durante os cursos técnicos subsequentes ou superiores no *Campus* Congonhas do IFMG, solicitação do Regime realizada entre os anos 2015 e 2023, facilidade de acesso à plataforma Google Meet. Por outro lado, foram critérios de exclusão: menoridade (idade inferior

a 18 anos) e impossibilidade de colaboração na entrevista virtual, seja por decisão pessoal, seja devido à falta de recursos tecnológicos/digitais, como computador, notebook, celular, acesso à internet.

Em um levantamento inicial realizado, constatou-se que, durante o período de interesse para a investigação, 28 estudantes solicitaram atendimento referente ao Regime Excepcional de Estudos. Entretanto, conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos previamente, 10 estudantes participaram do estudo.

O critério para inclusão na participação dos Diretores é ser Diretor(a) Geral ou Diretor(a) de Ensino do IFMG *Campus* Congonhas. Quanto ao critério de exclusão, não se aplica devido à existência de apenas um servidor designado para cada cargo mencionado. Para a seleção do servidor do setor sociopedagógico, é critério de inclusão a atuação direta no atendimento às gestantes que solicitaram Regime Excepcional de Estudos no IFMG *Campus* Congonhas. Os critérios de exclusão incluem a impossibilidade de colaboração na entrevista presencial, seja por decisão pessoal, período de férias e/ou afastamento das atividades.

É necessário apontar que os dados coletados na pesquisa foram analisados por meio das fases da análise de conteúdo: pré-análise (etapa de organização do material e de identificação de dados de interesse); exploração do material (na qual serão realizadas as etapas de codificação, de enumeração e de categorização conforme critérios estabelecidos); e, por fim, tratamento dos resultados obtidos e interpretação por meio de inferência (Bardin, 1977).

Na pré-análise, as transcrições das entrevistas, assim como os regulamentos dos cursos técnicos e de graduação do IFMG *Campus* Congonhas, os registros de Regime Excepcional de Estudos solicitados por estudantes a partir do 8º mês de gestação, foram submetidos a uma leitura geral (flutuante), na qual buscou-se identificar, prioritariamente, informações referentes às questões relacionadas à maternidade estudantil. Essas, por sua vez, foram destacadas de alguma forma (negrito, sublinhado, itálico ou alteração da cor das palavras/frases) nos documentos de origem.

Na exploração do material, as palavras/frases destacadas foram sujeitas a um processo de classificação por parte da pesquisadora, sendo identificadas por meio de códigos alfanuméricos. Após isso, por critérios de aproximação de sentidos/significados, foram construídas categorias que permitiram o agrupamento das informações semelhantes.

No tratamento dos resultados obtidos, as categorias criadas anteriormente foram descritas por meio das técnicas de interpretação e de inferência. Nesse sentido, foi primordial o resgate de teorias e de conceitos postos no referencial teórico que norteia o presente estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os dados coletados no estudo, de forma detalhada, com vistas à exploração crítica e reflexiva do discurso das estudantes entrevistadas. Inicialmente, realizou-se um mapeamento das discentes, que pode ser acompanhado no Quadro 3, contendo o perfil demográfico e acadêmico variáveis contextuais que auxiliam a delimitação das participantes. Com o objetivo de garantir a privacidade e o anonimato das estudantes envolvidas na pesquisa, cada uma delas foi identificada por meio de uma letra do alfabeto, variando de A a J. Esse procedimento foi adotado para assegurar a confidencialidade das informações e garantir uma abordagem ética.

Os dados relacionados à idade e ao estado civil das participantes levam em consideração o período em que as estudantes estavam grávidas. Os cursos foram identificados por meio de siglas Licenciatura em Física (LF); Licenciatura em Letras (Português/Inglês) (LL); Técnico em Edificações (TE); Engenharia de Produção (EP). O tempo de curso apresentado é apontado de forma aproximada.

Quadro 3 – Perfil demográfico e acadêmico das estudantes participantes

Aluna	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Idade	32 anos ¹⁴	25 anos/ 29 anos ¹⁵	24 anos	33 anos	26 anos	17 anos	30 anos	32 anos	29 anos	26 anos
Estado Civil	Casada	Casada	União estável	Casada	Casada	Solteira	Solteira	Casada	Solteira	Solteira

¹⁴ A Participante A vivenciou a maternidade estudantil em dois períodos distintos: 2011 e 2015. É importante dizer que os dados do quadro correspondem ao segundo, dado o recorte temporal indicado na “Metodologia”.

¹⁵ A Participante B vivenciou a maternidade estudantil em dois períodos distintos: 2015 e 2019, por isso, no quadro, estão indicadas duas idades.

Raça	Branca	Branca	Preta	Branca	Branca	Parda	Branca	Parda	Branca	Preta
Cotista (reserva de vaga)	Não havia ¹⁶	Sim (L1-escola pública e renda)	Sim (L2-escola pública, renda e raça)	Não	Sim (L5-escola pública)	Não	Sim (L1-escola pública e renda)	Não	Sim (L5-escola pública)	Não
Curso	LF	LF	LL	LF	LL	LF	LF	TE	EP	TE
Data de ingresso	2010	2011/2018 ¹⁷	2020	2017	2020	2016	2016	2021	2020	2020
Status no curso	Formada	Cursando	Cursando	Cursando	Desistente	Desistente	Formada	Formada	Cursando	Desistente
Tempo no curso	7 anos	12 anos (até 2024)	4 anos (até 2024)	8 anos (até 2024)	4 anos	6 anos	6 anos	2 anos	5 anos (até 2024)	3 anos

Fonte: Elaborado pela autora com base nas entrevistas (2025).

Conforme apresentada no Quadro 3, a idade das entrevistadas, no momento da gestação, variou entre 17 e 33 anos. Em relação à situação conjugal, durante a gestação, predominou a condição de estudantes casadas ou em união estável em comparação às solteiras. As participantes se autodeclararam brancas (A, B, D, E, G, I), pretas (C, J) e pardas (F, H). Quanto à reserva de vagas, observou-se que uma estudante ingressou antes da instituição da Lei de Cotas (2012), quatro estudantes ingressaram sem o uso do sistema de cotas, e cinco ingressaram por meio desse sistema nos cursos da Instituição.

Outrossim, verificou-se que sete entre as dez estudantes gestantes estão vinculadas a um dos cursos de Licenciatura no *Campus*, encontrando-se em diferentes situações acadêmicas, como matrícula ativa, trancamento, formatura ou desligamento. Considerando o tempo regular de duração dos cursos – Licenciatura em Letras (4,5 anos), Licenciatura em Física (4 anos), Engenharia de Produção (5 anos) e Curso Técnico em Edificações Subsequente (2 anos) – constatou-se que as estudantes já formadas levaram mais tempo que o previsto para a conclusão de sua formação, assim como aquelas que ainda estão matriculadas também necessitarão de um período maior para finalizar seus estudos.

¹⁶ A reserva de vagas, com o objetivo de democratizar o acesso dos estudantes às instituições públicas, foi instituída em 2012, Lei nº 12.711 (conhecida como lei de cotas).

¹⁷ A Participante B se matriculou na Licenciatura em Física do IFMG - *Campus* Congonhas no primeiro semestre de 2011 e evadiu no segundo semestre de 2015. Após isso, em 2018, a mesma estudante ingressou novamente no curso mencionado.

Após a exposição do perfil das educandas entrevistadas, prossegue-se para a Análise de Conteúdo Temática, na qual serão confrontadas as declarações obtidas nas entrevistas (dados empíricos) e as teorias abarcadas pelo Referencial Teórico, além de literatura complementar, a fim de se construírem inferências e reflexões que possibilitem uma compreensão aprofundada do fenômeno “Maternidade Estudantil na EPT” para a sugestão de ações voltadas à intervenção nos problemas vivenciados pelas alunas gestantes do IFMG Congonhas.

As perguntas realizadas nas entrevistas encontram-se nos Apêndice A e B. Nos quadros incluídos nos subcapítulos 4.1 a 4.11, as declarações dos participantes foram organizadas por meio de códigos que seguem a estrutura: letras A a J (correspondente à identificação da estudantes) e X, Y e Z (correspondente à identificação dos servidores), seguidas da letra "P" (referente à pergunta dos roteiros) e do respectivo número das questões, além da letra "T" (indicando o trecho selecionado), acompanhada de um número codificador.

Com base na análise dos relatos, foram definidas onze categorias, a saber: Relação trabalho e estudo no contexto da gestação (C1), Experiência educacional no IFMG (C2), Fatores motivadores para ingresso no IFMG (C3), Experiência de ser mãe (C4), Experiência da maternidade no IFMG - *Campus* Congonhas (C5), Acesso às informações sobre maternidade estudantil e atendimento institucional (C6), Acolhimento após o parto (instituição, discentes, docentes) (C7), Tratamento distinto no IFMG Congonhas em relação aos homens (C8), Rotina escolar antes, durante e após a gestação (C9), Políticas Institucionais e Suporte à Estudante Gestante no IFMG (C10), Ações interventivas para o suporte institucional às estudantes gestantes (C11).

4.1 Relação trabalho e estudo no contexto da gestação

Na categoria “Relação trabalho e estudo no contexto da gestação” (C1), buscou-se compreender se as participantes trabalhavam e estudavam simultaneamente no período gestacional e, além disso, em qual área atuavam. Por meio dos relatos obtidos, observou-se que oito das dez estudantes entrevistadas conciliavam as atividades profissionais e acadêmicas, exercendo funções formais nas áreas Educação (A, C, D, E), Administração (B, G), Mineração (I) e Comércio (J). Entretanto, duas delas (F, H) expressaram que não “trabalhavam”.

Quadro 4 - Subcategorias (C1)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Sim, na escola. Eu já dava aula com a licença que a gente chama de “Cat”¹⁸ pelo Estado. Eu comecei a trabalhar a partir de 2012, a gente foi passando por escolas, né? (A.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Educação
B	<i>Sempre trabalhei. Eu trabalhei por 11 anos como auxiliar administrativo (B.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Administração
C	<i>Sim, eu tenho um negócio próprio, né? Eu tenho um centro de acompanhamento pedagógico para crianças aqui na cidade. Eu já sou formada em Pedagogia. Em 2018, eu me formei em Pedagogia (C.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Educação
D	<i>Sim, como professora mesmo, já atuo como professora em minha cidade [...] (D.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Educação
E	<i>Sim, na área da educação (E.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Educação
F	<i>Não. Eu não trabalhava fichada, mas eu vendia doces na faculdade, eu sempre trabalhei com doces, sabe? Mas, na época, eu vendia bem pouco, não tinha muitas encomendas. Eu morava com os meus pais na época (F.P1.T1).</i>	Trabalho não formal
G	<i>Sim, auxiliar administrativa na Prefeitura de Lafaiete (G.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Administração
H	<i>Não, só em casa (H.P1.T1).</i>	Trabalho para além do mercado
I	<i>Sim, eu trabalho na área de operação de Mina em uma mineradora (I.P1.T1).</i>	Atuação profissional na Mineração
J	<i>Sim, eu estava trabalhando. Eu trabalhava no setor de comércio. Comércio alimentício, supermercado (J.P1.T1).</i>	Atuação profissional no Comércio

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

Quanto à situação ocupacional, sete entre as dez participantes da pesquisa (A, C, D, E, F, G e H) mencionaram que trabalhavam, durante a gestação, nos

¹⁸ A Autorização Temporária para Lecionar em Escolas Estaduais (ATL ou CAT) é destinada a Licenciados que desejam lecionar um conteúdo diverso da sua habilitação, Bacharéis ou Tecnólogos e estudantes de Curso Superior com matrícula e frequência a partir do 3º período.

seguintes espaços: escola, prefeitura e no próprio lar. Esse dado dialoga com Araújo e Scalon (2005, p.27) que apontam que “a concentração ocupacional ainda reproduz os padrões clássicos que levam as mulheres a estar mais expressivamente representadas em ocupações como professoras, servidoras e empregadas domésticas”.

No relato (F.P1.T1), vê-se que a Participante F não tinha uma ocupação formal, isto é, caracterizada pela vigência da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), embora exercesse um tipo de trabalho informal: venda de doces, em pequena escala, no próprio ambiente educacional do qual fazia parte. Leone (2010) descreve trabalhadores não-formais como sendo aqueles sem contrato de trabalho, incluindo empregados sem carteira, autônomos e não remunerados. Já os formais possuem vínculo empregatício, regido pela CLT ou pelo Estatuto do Servidor Público, por exemplo.

É necessário lançar um olhar crítico para tal realidade, haja vista que o quadro socioeconômico brasileiro é extremamente plural e desigual, marcado por uma lógica segregadora. Devido a isso, depreende-se que o público feminino é submetido a posições de inferioridade e a condições precárias no campo laboral, justificadas por questões de gênero. Leone (2010) confirma esse argumento ao defender que a informalidade permanece sendo a principal alternativa para muitos trabalhadores no Brasil, especialmente os menos escolarizados; esse cenário, pouco alterado ao longo das décadas, está associado à pobreza e afeta principalmente mulheres e negros, os mais vulneráveis no mercado de trabalho.

A Participante H mencionou que não trabalhava, somente em casa. No trecho (H.P1.T1), nota-se a concepção do trabalho como uma atividade produtiva situada exclusivamente no campo do “mercado de trabalho”. Apesar de a participante não entender o trabalho doméstico como trabalho, é importante que ela reconheça que a sua atividade no lar, realizando serviços domésticos, é a base para os trabalhadores que atuam fora do lar, já que fornece condições físicas e emocionais adequadas para que eles exerçam suas atividades laborais. Conforme Federici (2022):

Reconhecer que o trabalho doméstico é aquele que produz a força de trabalho nos permite entender as identidades de gênero como funções laborais e as relações de gênero como relações produtivas, um movimento que liberta as mulheres da culpa que sentem sempre que desejam recusar o trabalho doméstico [...] (Federici, 2022, p. 232).

Portanto, observa-se que - no grupo de participantes entrevistadas - todas as estudantes, no contexto da gestação, conciliavam vida pessoal, profissional e acadêmica, atuando em diferentes áreas, contudo havendo concentração em profissões tidas como “destino” de muitas mulheres. Vale dizer que algumas delas apresentam uma concepção do conceito de trabalho limitada, no sentido de concebê-lo simplesmente como uma atividade profissional remunerada e exercida fora do lar, o que pode fazer com que essas mulheres percebam o próprio trabalho doméstico como uma atividade inferior e desvalorizada. Assim, é preciso que esse significado seja reconstruído, para que elas reconheçam o papel do trabalho doméstico na sociedade, que muitas vezes, tenta minimizá-lo e vilipendiá-lo.

4.2 Experiência educacional no IFMG

Na categoria “Experiência educacional no IFMG” (C2), pretendeu-se entender qual foi a percepção das participantes em relação à vivência estudantil como gestantes no IFMG *Campus* Congonhas. Em linhas gerais, as discentes mencionadas classificaram a experiência como positiva, embora tenham pontuado também desafios durante o curso.

Quadro 5 - Subcategorias (C2)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Então, foi um período assim, bem tenso, bem difícil. Aí vieram as gestações. Mas eu falo que foi um curso assim muito, muito, muito relevante porque a profissional que eu sou hoje foi devido ao IFMG (A.P2.T1).</i>	Identidade profissional
B	<i>Olha eu gosto muito, gosto muito do IF... acho o ensino muito muito excelente, né? Os professores muito capacitados, é... e é isso que eu insisti até conseguir, até eu conseguir formar (B.P2.T1).</i>	Qualificação/capacitação docente
C	<i>Excelente! Eu não tenho o que reclamar, sabe? Foi sempre muito bom, os professores muito atentos às necessidades dos alunos, muito dispostos a aprender, a ensinar, né? No caso dos alunos a aprender (C.P2.T1).</i>	Qualificação/capacitação docente
D	<i>Ah, eu gosto muito de lá, eu acho assim, a questão do corpo docente, professores ali, eu sempre tive muito apoio, sabe? São professores muito bons, né? (D.P2.T1).</i>	Qualificação/capacitação docente

E	<i>Ah... foi muito boa [...]. O curso é muito bom, tem uma grade muito boa. Foi uma experiência muito positiva para mim. Acrescentou e muito. O pouco tempo que eu estive lá teve uma relevância muito grande (E.P2.T1).</i>	Identidade profissional
F	<i>Eu fiquei 6 anos no IF, foi uma experiência muito boa, sempre senti que os professores eram muito acolhedores, né? (F.P2.T1).</i> <i>A faculdade foi muito importante pra mim, não só no contexto de conteúdo, mas também muito importante por eu ter ido lá, ter o apoio dos amigos, ter uma ocupação, igual eu falei, eu não trabalhava na época, então de eu ter um lugar para ir, porque eu vejo hoje que eu só não entrei em depressão pós parto, por esse motivo, sabe? Por eu ter tido essa possibilidade de ter continuado. Cheguei também a fazer... aí tem psicólogo da faculdade, né? Cheguei a fazer algumas sessões, me ajudou bastante, então assim, a faculdade foi muito importante para mim (F.P2.T2).</i>	Qualificação/capacitação docente Socialização e apoio psicológico
G	<i>Foi ótima, uma experiência muito boa. Gostava do curso, dos professores. Aprendi muita coisa, cresci muito lá dentro (G.P2.T1).</i>	Identidade profissional
H	<i>Eu gostei muito, né? Eu comecei naquela época de pandemia, então a gente teve aquele remoto, né? A gente acaba que perde um pouquinho da prática, mesmo de aulas importantes. (H.P2.T1).</i> <i>A gente acaba perdendo um pouquinho, mas tirando isso, os professores são ótimos, dão muita atenção, explicam direitinho. A turma que eu estava foi muito boa também. Sempre um procurando ajudar o outro, sabe? (H.P2.T2).</i>	Desafios no contexto pandêmico Qualificação/capacitação docente
I	<i>Foi muito proveitoso, foi produtivo, a partir daí eu consegui um estágio, do estágio fui efetivada na área. Tudo a partir do técnico. O técnico me abriu essa porta numa empresa de grande porte (I.P2.T1).</i>	Identidade profissional
J	<i>Eu acho que o que mais atrapalhou foi a época da pandemia, porque, quando eu estava estudando, a gente teve um período de pandemia. Foi um período de adaptação. Uma coisa nova não só para mim, mas para todo mundo, porque a gente nunca tinha passado por uma parte de isolamento. Então, foram assim criadas novas regras, né? Para o funcionamento, bem-estar de todos os estudantes. E pra gente também conseguir dar continuidade no curso. Foi uma parte presencial e uma parte remota (J.P2.T1).</i>	Desafios no contexto pandêmico

Fonte: Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

As Participantes A, E, G e I evidenciaram que a experiência no Instituto Federal de Minas Gerais - *Campus* Congonhas foi fundamental para que elas pudessem construir a própria identidade profissional, tendo acesso a uma formação relevante e produtiva, marcada por desenvolvimento pessoal e pela construção de conhecimentos. Uma delas, especificamente, a Participante I comentou que, por meio do curso técnico, realizado antes da graduação em “Engenharia de Produção”, no mesmo Instituto, ela progrediu em sua carreira, sendo empregada em uma empresa de grande porte. É preciso, pois, problematizar:

Como formar cidadãos críticos e capazes de influenciar e promover mudanças [?] Como fazer isso num país como o Brasil, onde grande parte da população tem preocupações mais urgentes que aprender, como comer e morar? (Jara, s.d. *apud* Ciavatta, 2014, p. 188).

Um ponto em comum identificado no discurso das entrevistadas (B, C, D, F, H) é a valorização da figura docente. As discentes destacaram o nível de capacitação dos seus professores e o papel deles como agentes de apoio e de acolhimento no processo de ensino/aprendizagem. As falas das participantes demonstram afetividade como parte do processo de aprendizagem, como salienta Freire (2002):

Na verdade preciso descartar como falsa a separação radical entre seriedade docente e efetividade. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e "cinzento" me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele (Freire, 2002, p. 72).

No relato (F.P2.T2), verifica-se que, para a Participante F, a sua inserção e as suas vivências no curso de Licenciatura em Física foram essenciais para que ela não somente adquirisse conhecimentos teóricos sobre a área em questão, mas para que pudesse, sobretudo, sentir-se incluída/pertencente e interagir com outras pessoas (amigos). Nesse viés, Dayrell (2007) - em seu estudo sobre a socialização juvenil - afirma que os jovens constroem ocasiões de socialização, fundamentadas em laços de amizade, tanto internas quanto externas às instituições, incluindo as escolares, onde compartilham conhecimentos e aprendem uns com os outros.

A Estudante F declara ter recebido apoio emocional na instituição por meio de sessões de terapia, o que tornou sua experiência com a maternidade estudantil mais acolhedora, evidenciando, como salienta Souza (2009), que o compromisso do psicólogo com uma visão política emancipatória envolve uma atuação alinhada às demandas sociais e institucionais, combatendo práticas que desumanizam os indivíduos.

Sobre a experiência educacional no IFMG, as Alunas H e J relataram que, no contexto do período pandêmico, enfrentaram desafios no que concerne à adaptação em relação à continuidade nos estudos, devido à medida de isolamento social. Assim sendo, as discentes evidenciaram como principal ponto negativo a ausência de contato com atividades de natureza mais prática. Corroborando essa percepção, Borim (2021), em seu estudo sobre a falta de atividades práticas durante o período da pandemia, constatou, por meio do depoimento de professores, que a ausência de atividades práticas e de estágios presenciais cria uma lacuna nas interações do acadêmico, o que implica a impossibilidade de aquisição de conhecimento no estabelecimento de relações com profissionais e usuários em seus campos de atuação.

Logo, entende-se que o Instituto Federal de Minas Gerais *Campus* Congonhas é uma instituição que apresenta influência direta no processo de construção de identidade profissional das estudantes entrevistadas. No espaço educacional em questão, as experiências educacionais delas são satisfatórias e marcadas pela qualidade de ensino, pelo suporte docente e institucional e pela geração de relações interpessoais com outros educandos. Embora isso, a pandemia representou um fator que desencadeou defasagem no processo de aprendizagem das alunas.

4.3 Fatores motivadores para ingresso no IFMG

Na categoria “Fatores motivadores para ingresso no IFMG” (C3), pretendeu-se entender quais motivos levaram as estudantes a optarem pela formação ofertada no IFMG *Campus* Congonhas. As razões mencionadas foram: ensino gratuito, qualidade de ensino, desenvolvimento educacional e profissional e proximidade geográfica com a instituição.

Quadro 6 - Subcategorias (C3)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Então, o IFMG, nesse primeiro momento, foi licenciatura e eu não vou pagar, e depois veio acontecendo as bolsas, né? E ali eu fui me mantendo com as bolsas, realmente encantei pela questão da licenciatura (A.P3.T1).</i>	Ensino gratuito
B	<i>Escolhi pela qualidade e foi assertiva pela qualidade. Agora, se você for olhar o tempo, não. Eu acredito que, se eu tivesse escolhido uma outra instituição, com certeza, já teria, né, eliminado e formado assim rapidamente (B.P3.T1).</i>	Qualidade de ensino
C	<i>Sim, com certeza, tanto pela referência, né? Que a gente já tinha de ensino, éh... sempre a gente ouviu muito bem falar, éh... antes mesmo de me formar em outra faculdade, em Pedagogia, eu já queria fazer no IF, não é? Então, quando eu soube do curso de Letras, eu estava no finalzinho da pedagogia e já sabia que eu ia emendar, que eu ia fazer, sabe... então, sempre foi uma vontade minha estudar no IF, me formar ali (C.P3.T1).</i>	Qualidade de ensino
D	<i>[..] eu comecei a trabalhar na área da educação, né? como professora [...], depois eu parei, mexi com o comércio e voltei para área da educação, então resolvi fazer um curso de licenciatura, né? (D.P3.T1).</i> <i>A princípio, o meu interesse era a licenciatura em matemática, mas, como eu moro em Jeceaba e não tinha aqui perto um curso na área de matemática, apesar de eu também ter atuado como professora de física, foi o curso que tinha aqui perto, então eu resolvi fazer a licenciatura em física, que eu também já tinha estava trabalhando com a disciplina, sabe? (D.P3.T2).</i>	Desenvolvimento educacional e profissional Proximidade geográfica com a instituição
E	<i>Primeiro porque estava próximo a minha casa (E.P3.T1).</i> <i>E também como eu já sou da área da educação eu queria aprimorar mais os conhecimentos, então o curso foi uma oportunidade que surgiu na época. Era a primeira turma, né? E aí, eu quis aproveitar essa oportunidade para estudar um pouco mais... (E.P3.T2).</i>	Proximidade geográfica com a instituição Desenvolvimento educacional e profissional
F	<i>Na verdade, o IFMG que me escolheu. [...] um pouco antes de eu descobrir que eu tinha passado no IF, eu descobri que eu estava grávida [...] . Então as outras opções que eu tinha planejado para a minha vida, que eram opções mais longe, já não seriam acessíveis para mim, sabe? (F.P3.T1).</i>	Proximidade geográfica com a instituição

G	<i>Foi assertiva. Eu fiz pela oportunidade mesmo, para eu estudar tinha que ser Federal, eu queria uma licenciatura e era o mais próximo e acessível para mim (G.P3.T1).</i>	Proximidade geográfica com a instituição
H	<i>Éh... assim... que é ótimo para o currículo, então, assim... eu acho que foi uma escolha muito boa (H.P3.T1).</i>	Qualidade de ensino
I	<i>Com certeza, pelos inúmeros benefícios, além de do ensino de qualidade que eu vejo que tem aqui [...] (I.P3.T1). [...] é a vantagem de estar perto da minha casa hoje (I.P3.T2). E é gratuito, né? Que é importante... (I.P3.T3).</i>	Qualidade de ensino Proximidade geográfica com a instituição Ensino gratuito
J	<i>Na minha visão, a gente busca éh... ter algo ofertado pelo governo, além de ser um instituto que oferece vários cursos de qualidade, então, assim, aqui na região foi o que mais me atendeu (J.P3.T1).</i>	Qualidade de ensino

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

As Participantes A e I disseram que a gratuidade do ensino foi um fator relevante na escolha para ingressarem no IFMG - *Campus* Congonhas. Um aspecto levantado pelas Participantes B, C, H, I e J para escolherem o instituto supracitado diz respeito à qualidade do ensino ofertado. Conforme Tavares *et al.* (2024), os Institutos Federais, com a oferta de cursos gratuitos e de qualidade possibilitam aos indivíduos formação integral e contribui para a redução das desigualdades sociais no Brasil. Apesar de reconhecer a excelência do ensino como uma característica positiva, a Participante B adicionou que, em sua experiência, o tempo de retenção no curso (período/tempo necessário para concluí-lo) foi uma intercorrência negativa.

É possível perceber nos relatos (D.P3.T1) e (E.P3.T2) a seleção do Instituto como uma oportunidade geradora e propulsora de desenvolvimento educacional e profissional para as estudantes entrevistadas. Essa expectativa demonstra-se estar sendo atingida no âmbito do Instituto Federal de Minas Gerais, já que, de acordo com o levantamento realizado pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) com estudantes egressos (2016-2022), 95,3% afirmaram que recomendariam o curso realizado, o nível de satisfação quanto ao impacto da formação na vida profissional varia de 84,9%

entre os egressos de cursos técnicos a 97,7% entre os de cursos FIC, 42,5% dos ex-alunos atuam em suas áreas de formação ou em áreas afins, 89,1% estão satisfeitos com a qualificação recebida para a vida profissional e 94,7%, para a vida pessoal.¹⁹

Os trechos (D.P3.T2), (E.P3.T1), (F.P3.T1), (G.P3.T1) e (I.P3.T2) apontam a proximidade geográfica como um aspecto importante de motivação para o desejo de inserção no IFMG - *Campus* Congonhas. Na literatura, é evidenciado que vestibulandos e estudantes consideram a localização (proximidade com a residência ou com o local de trabalho) como um dos fatores mais relevantes na escolha da instituição de ensino (Alfinito; Granemann, 2003; Aléssio *et al.*, 2010). Para Rosinke *et al.* (2019), com a fundação dos institutos federais, deu-se forma ao processo de interiorização do ensino superior, visando, principalmente, à facilitação de acesso à educação por grupos desfavorecidos economicamente e por aqueles que se encontram em áreas não situadas no perímetro urbano de centros.

Dessa forma, compreende-se que o Instituto Federal de Minas Gerais *Campus* Congonhas foi escolhido pelas estudantes entrevistadas por diversas questões que abrangem desde a gratuidade e a qualidade do ensino até a proximidade com a instituição. Chama-se atenção para o fato de que as alunas compreendem o IFMG como uma oportunidade para que possam se formar como cidadãos e profissionais. O mapeamento desses motivos é relevante na medida em que fornece ao Instituto em questão indícios que apontam para a possibilidade de aprimoramento de suas políticas de acesso, de apoio e de permanência a fim de que as expectativas das educandas possam ser atendidas.

4.4 Experiência de ser mãe

Na categoria “Experiência de ser mãe” (C4), buscou-se analisar, de maneira geral, como foi a vivência da maternidade para as participantes. O objetivo foi identificar se se tratava do(a) primeiro(a) filho(a) quando eram mães estudantes, se a gravidez foi planejada, como ocorreu a descoberta e o período gestacional, além de

¹⁹ O levantamento em questão é uma das ações Política de Acompanhamento de Egressos (Resolução nº 19, de 3 de maio de 2019) cuja intenção é compreender a inserção dos egressos no mercado de trabalho e no meio acadêmico, e através dessa análise aprimorar continuamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/proex-divulga-painel-interativo-com-resultados-da-pesquisa-de-egressos-2016-2022>. Acesso em: 27 mar. 2025.

verificar se houve necessidade de repouso ou de alguma medida específica. Também procurou-se compreender se as estudantes contaram com apoio familiar ou de outras pessoas, como amigos e vizinhos, tanto nos cuidados com o (a) filho (a) quanto no suporte financeiro. De modo geral, a experiência foi positiva, embora tenha sido acompanhada de desafios que exigiram das mães capacidade de adaptação à nova realidade.

Quadro 7 - Subcategorias (C4)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Em um dos partos, eu tive hemorragia, tive que ficar mais tempo de repouso. Fiquei mais dias no hospital (A.P5.T1).</i>	Complicações durante o parto
B	<i>Foi meu primeiro filho, e isso me acarretou, éh... foi muito ruim na questão para mim de estudo, né? Que eu tive ele com 25 anos, então eu tinha ingressado pela primeira vez no IF, e isso dificultou tudo para mim, porque eu não só ganhei um bebê, éh... mas, além de ter ganhado o bebê, eu tive que me mudar de cidade. Isso aí eu acho que isso tipo... está demais para mim, tanto psicologicamente, sabe? Me afetou muito emocionalmente também. Porque eu almejava, tinha planos e acabou que não deu tão certo, né? (B.P4.T1).</i> <i>Eu não tinha rede de apoio nenhuma, então era só eu e o pai do meu filho, nem alguém pra deixar meu filho nesse período também, eu fiquei muito tempo sem trabalhar por conta dessa questão também, porque eu não tinha rede de apoio lá (B.P7.T1).</i>	Dificuldades no período da maternidade Rede de apoio
C	<i>Foi meu primeiro filho, e assim... no início a gente fica um pouco assustada, né, com a nova realidade? Tenho uma rede de apoio muito boa que está comigo o tempo inteiro. Éh... o pai do bebê também é meu parceiro em tudo... (C.P7.T1)</i> <i>O que é mais difícil é conciliar, né? O ser profissional, estudante com a maternidade, mas de resto, assim a gente, eu não tenho nada assim a reclamar (C.P4.T2)</i>	Rede de apoio Dificuldades no período da maternidade
D	<i>Não foi planejado. Assim eu nem imaginava, sabe? Eu não esperava mesmo. Eu nunca tomei remédio para poder prevenir, porque me dava vários tipos de problemas. (D.P6.T1).</i>	Planejamento da gestação
E	<i>Não foi tranquilo. Foi um parto demorado, um parto de mais de 30 horas. Aí, nós começamos com o parto normal e depois terminamos na cesárea, sabe... com</i>	Complicações durante o parto

	<i>bastante horas de trabalho de parto (E.P5.T1).</i>	
F	<i>Foi uma experiência nova, diferente, inesperada, mas eu tive muito apoio, né? Meus pais me aceitaram em casa, minha mãe me apoiou muito, só não podiam fazer o que só eu podia, né... que era acordar de madrugada, amamentar, mas foi uma experiência muito boa (F.P7.T1).</i>	Rede de apoio
G	<i>Não, eu moro em Lafaiete, e minha família é de Rio Espera, aí eu morava aqui, era casada, separei e fui morar sozinha. Eu tinha amigos muito próximos que me ajudava na maneira que podiam também. Agora, para ficar com meu menino, minha sobrinha veio estudar também em Congonhas, fazer Física também, aí, durante o dia, ela ficava e durante a noite eu pagava uma pessoa para ficar para eu poder estudar (G.P7.T1).</i>	Rede de apoio
H	<i>Ela não foi planejada, né? Mas assim... foi muito desejada. A gente já tinha um menino, então meu marido, ele, na época, ficava com aquela esperança de ser menina. Então, hoje em dia, assim... ter um casal é uma realização, né da família aqui. Então, ela não foi planejada, mas a descoberta foi feliz, foi ótima, tranquila (H.P6.T1).</i> <i>A gente precisou ficar com a bebê internada. Então assim, receber notícia que ia ficar cinco dias dá um medo, né? Mas graças a Deus está tudo bem. Ela precisou fazer um acompanhamento, ainda faz ainda com a cardiopediatra (H.P5.T1)</i>	Planejamento da gestação Complicações durante o parto
I	<i>Sim, tive eclâmpsia e síndrome de hellp. Para mim, foi tudo muito confuso, eu acordar... eu, eu dormi, eu estava grávida, eu acordei, eu estava em uma sala. Eu não tinha me situado onde eu estava. Para mim, eu estava em observação, eu tinha chegado ali naquele dia mesmo (I.P5.T1).</i> <i>No decorrer do parto, tive duas paradas que desencadeou que eu continuasse sedada. Aí comecei naquela agitação, cadê, cadê meu bebê? Me responderam que estava bem! (I.P5.T2).</i>	Complicações durante o parto Complicações durante o parto
J	<i>Sim, a minha família é a minha rede de apoio até hoje, né? Tudo que eu preciso, eu sei que eu posso estar contando com os meus pais, com a minha irmã. É... sem eles, eu acho que eu não conseguiria ter vivido tão bem essa fase da maternidade que eu vivi (J.P7.T1).</i>	Rede de apoio

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

As Participantes B, C, E, F, I e J, durante o período de curso, vivenciaram a experiência da maternidade pela primeira vez. Leite *et al.* (2014) afirmam que a descoberta da gravidez é um período marcado por uma diversidade de sentimentos, que podem incluir alegria, arrependimento, culpa, medo, preocupação, satisfação, surpresa, além de sensações de negação e de ambivalência, como a combinação de felicidade e tristeza ou de felicidade e angústia. Esses sentimentos, para as autoras, podem se modificar ao longo da gestação, mas, de modo geral, o medo e a insegurança estão frequentemente presentes, logo o apoio do companheiro e da família é fundamental nesse momento, proporcionando suporte emocional e segurança para a gestante.

As Participantes E e F precisaram adotar algum tipo de repouso durante a gestação. As Participantes A, E e I enfrentaram intercorrências ou vivenciaram situações complexas durante o parto. Além disso, a Participante H, na entrevista, comentou que teve sua filha internada para acompanhamento cardíaco pediátrico. Nesse sentido, é possível afirmar que diversas circunstâncias imprevisíveis podem ocorrer ao longo da gestação, durante e após o nascimento do bebê. Essas situações influenciam a saúde mental das mães e podem interferir no período em que elas necessitarão se afastar de suas atividades escolares. Strapasson e Nedel (2010) mencionam que complicações na gestação podem afetar a autoestima da mulher, levando-a a se sentir incapaz e exigindo uma reorganização emocional. As autoras complementam que os riscos intensificam a ansiedade, especialmente diante de situações que fogem do esperado, tornando o processo ainda mais desafiador.

Somente uma participante planejou a gravidez durante o curso (Participante E). Para Leite *et al.* (2014) elementos como o planejamento pessoal e, sobretudo, o desejo da mulher em ser mãe influenciam a predominância de sentimentos positivos nesse momento. Nos relatos obtidos, percebeu-se que as dificuldades enfrentadas durante o período da maternidade pelas educandas participantes das entrevistas foram diversas, destacando-se a necessidade de adaptação a uma nova rotina e a reestruturação de planos, a mudança de cidade, além de desafios para conciliar as demandas profissionais, acadêmicas e maternas.

Majoritariamente, as participantes da pesquisa exprimiram que tiveram pessoas com quem pudessem contar durante o período da gestação e do nascimento dos bebês, recebendo apoio de figuras, como mãe, pai, irmã, sobrinha, sogra, sogro, amigos e babá. Segundo Rapoport e Piccinini (2006), o nascimento de um filho

provoca transformações na dinâmica familiar e, nesse contexto, a rede de apoio social, especialmente do pai e dos avós, desempenha um papel fundamental; o suporte - durante a gestação e nos primeiros meses após o parto - contribui significativamente para o bem-estar emocional da mulher.

Diante do exposto, é cabível explicitar que a experiência da maternidade é uma fase na vida da mulher dinâmica e atravessada por múltiplas questões, quais sejam: emocionais, sociais, econômicas/financeiras, biológicas, educacionais. Por esse período ser complexo e multifatorial, é primordial que as estudantes gestantes sejam acolhidas e acompanhadas não somente pelo IFMG, mas também pelos familiares e pelos serviços de saúde. Por meio disso, essas alunas poderão vivenciar o momento da gestação com mais qualidade de vida (bem-estar), tendo suporte para permanecerem nos cursos e terem acesso a uma formação digna.

4.5 Experiência da maternidade no IFMG - Campus Congonhas

Na categoria “Experiência da maternidade no IFMG - *Campus Congonhas*” (C5), objetivou-se compreender os desafios enfrentados pelas estudantes ao conciliarem a maternidade e vida acadêmica. Para aquelas que já eram mães antes de ingressarem na instituição, incentivou-se um diálogo comparativo entre a maternidade vivenciada anteriormente, sem a condição de estudante. Ademais, buscou-se identificar se as participantes sentiram-se acolhidas e apoiadas por parte dos professores e colegas de turma durante o período gestacional.

Quadro 8 - Subcategorias (C5)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Ser mãe, você não consegue se doar 100% não. Até mesmo porque, muitas vezes, você está estudando, 20% está dentro da sala de aula, e os outros 80%, não, porque às vezes você deixa o seu filho passando mal, outro dia você tem que levar no médico ou você já está cansada. Tem aquele cansaço mesmo de ter arrumado a casa, de ter lavado roupa, que te demanda muito... os afazeres domésticos. Então, eu acho que o rendimento, principalmente, ele não é o mesmo. Você tem que se esforçar muito mais (A.P8.T1).</i>	Experiência de ser aluna e mãe simultaneamente

B	<p><i>Gente, eu falo, estudar e trabalhar e ser mãe, nossa é muito difícil, é muito difícil. É difícil, é desafiador, é doloroso, tá? Porque às vezes você, né... você tem que fazer um trabalho, você não consegue, aquilo ali te frustra (B.P8.T1).</i></p> <p><i>Éh... eu me instruí muito nessa questão, aí de cuidado com crianças e tal, então eu, eu. Eu sou muito firme em questão de alimentação, sabe? Para diminuir também estes casos de doenças, viroses, para mim poder ter mais tempo. Eu sou muito ansiosa, né? E eu viro essa minha ansiedade para buscar informação, então eu instrui tudo (B.P8.T2).</i></p> <p><i>Eu nunca me senti sozinha não. Em nenhum momento. Inclusive eu tenho até um professor, que eu tenho muito carinho por ele, ele é até meu orientador, ele sempre me incentivou, sabe? Eu falo que toda vez que eu pensava em desistir eu lembrava dos conselhos que ele me dava, aí eu dizia, vou continuar. Os professores têm o poder de transformar a vida dos alunos (B.P9.T1).</i></p>	<p>Experiência de ser aluna e mãe simultaneamente</p> <p>Experiência de ser aluna e mãe simultaneamente</p> <p>Acolhimento de colegas de sala e de professores durante a gestação</p>
C	<p><i>É difícil, essa é a parte mais difícil, a gente aliar a maternidade, as funções, né? Tanto de estudante quanto de profissionais, tanto que até hoje eu não consegui retomar, né? (C.P8.T1).</i></p>	<p>Experiência de ser aluna e mãe simultaneamente</p>
D	<p><i>[...] a gente fica mais cansada, por acordar de madrugada, por, ah, ser mãe cansa! Não é um trabalho fácil. É como se fosse um outro trabalho (D.P8.T1).</i></p>	<p>Experiência de ser aluna e mãe simultaneamente</p>
E	<p><i>Por parte dos professores, sim, eles se preocupavam e tudo... agora a turma era mais cada um por si mesmo. Não tinha muito aquela amizade assim com eles... era mais o pessoal que eu fazia às vezes grupo de trabalho (E.P9.T1).</i></p>	<p>Acolhimento de colegas de sala e de professores durante a gestação</p>
F	<p><i>Sim, eles fizeram para mim chá de fralda na faculdade, meus colegas. Eu não lembro se junto com os professores, mas o povo da sala fez e sempre todos me trataram muito bem. Nunca tive nenhuma questão por estar grávida. Fui muito bem acolhida tanto pelos colegas, quanto pelos professores. Eu não me lembro de muita coisa mas acho que os professores eram bem flexíveis, tipo, depois você pode repetir a prova, qualquer coisa...mas é.. foi bem tranquilo em relação a isso (F.P9.T1).</i></p>	<p>Acolhimento de colegas de sala e de professores durante a gestação</p>

G	<i>Eu me sentia até um pouco culpada nessa época de achar que eu não estava fazendo nada bem feito, nem trabalhando bem, nem estudando bem e nem sendo uma boa mãe. Mas eu tentava, em alguns momentos, largava tudo para dedicar a eles, se tinha que levar ao médico, se tinha uma febre, algum problema de saúde, eles eram prioridade. Ai tanto que eu não fazia todas as matérias, eu diminuí bastante para dar conta de tudo (G.P8.T1).</i>	Experiência de ser aluna e mãe simultaneamente
H	<i>Sim, todo mundo. Ah, eu era mimada, né? Assim, a barriga ia crescendo. Ai todo mundo ficava elogiando éh... é muito bom, sabe? Os professores sempre perguntavam quando que ia nascer, como é que eu estava me sentindo éh... sempre preocupados éh... foi muito bom, foi uma experiência boa (H. P9. T1).</i>	Acolhimento de colegas de sala e de professores durante a gestação
I	<i>Alguns colegas, sim. Os mais próximos mesmo, sabe? questão de... éh... atividade ajudando, me explicando matéria e falando de trabalho. Agora por parte do professor, sem citar nomes, poderia ter sido melhor. Teve uma professora que ela me foi bem bacana comigo. Eu achei a postura dela bem bacana. O resto, assim, eu acho que fez mais cumprindo tabela, sabe? Cumprindo o procedimento, poderiam ter... eu acho que, ainda mais depois de ter passado tudo que eu passei, não me vitimizando, mas não foi fácil (I. P9. T1).</i>	Acolhimento de colegas de sala e de professores durante a gestação
J	<i>Olha [...] você falando eu, eu não me recordo. Eu estive estudando em período remoto (J. P9. T1).</i>	Acolhimento de colegas de sala e de professores durante a gestação

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

A experiência de ser aluna e mãe, concomitantemente, para as participantes do estudo foi marcada por um conjunto diverso de sensações/percepções. As estudantes pontuaram que tiveram dificuldades no que se refere ao alinhamento entre as vidas acadêmica, pessoal e profissional, devido ao acúmulo de funções, o que resultou na diminuição do tempo para essas educandas dedicarem-se aos estudos e aos seus filhos, desencadeando e/ou amplificando sentimentos, como culpa, frustração, sensação de incapacidade. Acerca disso, Carneiro *et al.* (2024) descreve que:

A mãe-estudante, pelo facto de assumir vários papéis, podem enfrentar dificuldades na capacidade de gerir as funções de forma eficaz: assumir vários papéis pode resultar em ambiguidade de papéis (falta de conhecimento sobre as expectativas de papel), conflito de papel (discrepância entre dois ou mais papéis) e sobrecarga de papéis (incompatibilidade entre o volume de

tarefas associadas aos papéis e o tempo disponível para a sua realização) (Carneiro *et al*, 2024, p. 124).

Apesar dos desafios enfrentados ao conciliar múltiplos papéis, o conflito e a sobrecarga de funções, devido às variadas demandas e ao tempo limitado, todas as mães relataram sentir-se realizadas com a maternidade e procuram formas de tornar essa experiência mais leve e equilibrada. Indagada sobre a experiência de ser mãe e aluna, ao mesmo tempo, a Participante B afirmou que esse foi um período no qual buscava informações relacionadas aos cuidados com uma criança recém-nascida, objetivando reduzir riscos e intercorrências com seu filho, por exemplo, casos de doença (víruses).

O relato da educanda não pressupõe eliminar questões relacionadas à saúde, mas atenuar a probabilidade de ocorrências desse tipo. O depoimento da estudante materializa a afirmação de Araújo e Scalon (2005), segundo a qual, na sociedade, o ato de cuidar está historicamente associado às mulheres, influenciando significativamente suas oportunidades e escolhas em diversos aspectos da vida. As participantes, no geral, indicaram que receberam apoio: algumas mais dos professores, por meio da flexibilidade na entrega de avaliações, de conselhos recebidos e de conversas motivadoras, outras mais de colegas de sala, sobretudo daqueles mais próximos, por meio de compartilhamento de conteúdos ensinados nas disciplinas, de explicação de trabalhos, de auxílio em determinadas atividades, até mesmo do recebimento de itens para o bebê (chá de fralda).

É preciso enfatizar que houve relatos sobre a necessidade de melhorias nesse aspecto (acolhimento docente e discente). A Participante J não se lembra de ter tido contato com professores e colegas de sala devido ao período remoto. De acordo com Carneiro *et al.* (2024), os fatores institucionais desempenham um papel significativo na possibilidade das mulheres de conciliarem a maternidade com os estudos. Para as autoras, as principais dificuldades incluem a ausência de auxílio financeiro, a falta de sensibilidade por parte dos docentes e a necessidade de garantir os cuidados adequados aos filhos.

Com base em tudo o que foi discutido, observa-se que equilibrar a maternidade com os estudos representa um grande desafio para as mulheres que desempenham essas duas funções simultaneamente. A sobrecarga de responsabilidades, a escassez de tempo e o impacto emocional, incluindo sentimento

de culpa e de frustração, evidenciam a importância de um suporte institucional mais humano. Embora algumas participantes tenham relatado apoio de professores e de colegas, ainda há necessidade de aprimoramento no acolhimento acadêmico às mães-estudantes para que elas possam se formar sem terem sua vivência materna prejudicada.

4.6 Acesso às informações sobre maternidade estudantil e atendimento institucional

A categoria “Acesso às informações sobre maternidade estudantil e atendimento institucional” (C6) visa a sintetizar dados que englobam a facilidade de acesso das estudantes gestantes do IFMG (Congonhas) às informações que perpassam a experiência da maternidade no ambiente educacional. Assim sendo, pretendeu-se entender se existiam orientações dessa natureza na página da Instituição (site oficial), em algum mural ou em outro espaço físico/digital e, além disso, se as participantes procuraram/encontraram algum setor da Instituição para tratar de assuntos ou de necessidades relacionadas à gestação, evidenciando-se se as expectativas delas foram atendidas.

Quadro 9 - Subcategorias (C6)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Em 2015, eu acho que eu entrei com o pedido de licença na secretaria. Depois que eu ganhei o meu filho, eu tive que ficar de repouso absoluto por mais de 30 dias (A.P11.T1).</i>	Acesso aos setores/profissionais da instituição
B	<i>Não vi nada divulgado. Fui procurar saber como funcionava, e era só isso, falaram comigo que eu deveria solicitar a licença e depois poderia trancar. Nenhuma instrução, nada. Nunca vi nada (B.P10.T1).</i> <i>Somente para saber a questão da licença, mas foi muito raso, só assim: você vai ficar de licença neste período e dia tal você tem que voltar. Na secretaria, apenas essa informação, ninguém me procurou, ninguém me orientou (B.P11.T1).</i>	Ausência/desconhecimento de informações institucionais no site da instituição ou em murais Acesso aos setores/profissionais da instituição

C	<p><i>Não cheguei a procurar na página, nem pensei. Eu perguntava para os professores, perguntava para uma servidora na secretaria (C.P10.T1).</i></p> <p><i>Procurei o Centro de Saúde da Instituição e a secretaria, e sempre fui bem atendida. Teve até um dia que eu precisei ir embora. Eu estava com a pressão um pouco alta, aí eu fui no Centro de Saúde, aferiram, né, a pressão... e já falaram que eu poderia ir para casa para descansar que tava um pouquinho alta, e assim eu fiz, mas não, não teve outro setor, não (C.P11.T1).</i></p>	<p>Ausência/desconhecimento de informações institucionais no site da instituição ou em murais</p> <p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>
D	<p><i>Não, nunca vi nada falando a respeito. Tanto é que quando eu ganhei ela, eu não tive informação nenhuma, nenhuma... por não ter essa informação eu também não busquei [...] então, acredito que em termos de informação, eu acho que deixa muito a desejar (D.P10.T1).</i></p>	<p>Ausência/desconhecimento de informações institucionais no site da instituição ou em murais</p>
E	<p><i>Fui ao setor lá da secretaria para pedir a licença e tudo. Sempre fui muito bem atendida (E.P11.T1).</i></p>	<p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>
F	<p><i>Durante a gestação, não, mas, depois de já ter tido a filha, eu procurei o psicólogo no Centro de Saúde, fiz algumas sessões lá. Eu até cheguei a entregar o atestado e solicitar a licença, mas, assim que eu ganhei e tive condições de voltar, eu voltei (F.P11.T1).</i></p>	<p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>
G	<p><i>Não vi. Eu procurei saber como seria depois né? Se eu teria direito a uma licença ou não (G.P10.T1).</i></p> <p><i>Sim, fui na pedagogia e na secretaria, mas eu nem sempre tinha as informações exatas que eu precisava, não era muito bem esclarecido, aí foi uma professora que me instruiu mais em relação a isso. Agora, já teve um professor que eu conversei que me orientou que eu trancasse por um tempo, e eu não gostei, não era o que eu queria e nem o que eu queria ouvir dele (G.P11.T1).</i></p>	<p>Ausência/desconhecimento de informações institucionais no site da instituição ou em murais</p> <p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>

H	<p><i>Não, eu não procurei informações... assim, eu só éh... só fui acompanhando enquanto eu estava sentindo bem, aí no finalzinho que eu peguei um atestado que aí a barriga já estava pesada e subir escada... à noite, foi ficando mais difícil. Aí eu fui no finalzinho, eu pedi um atestado, mas assim... procurar mesmo informação até que não. Eu que fui até enquanto dava (H. P10.T1).</i></p> <p><i>Quando eu tinha algum atestado, eu ia na enfermaria, né? E deixava atestado para justificar. E só assim, mas eu não procurei não (H. P11.T1).</i></p>	<p>Ausência/desconhecimento de informações institucionais no site da instituição ou em murais</p> <p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>
I	<p><i>Eu fui só no psicólogo, eu passei lá só na primeira vez mas também final de período, estava na correria. Tentando não perder mais matérias. Aí acabou que foi um descuido meu de não ir lá ir lá mais vezes, porque ele foi super super atencioso. Minha expectativa foi atendida (I. P11.T1).</i></p>	<p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>
J	<p><i>Eu lembro de ter protocolado por orientação da secretaria só a minha licença maternidade, só que, quando eu fui realizar isso, já estava na questão remota (J.P11.T1).</i></p>	<p>Acesso aos setores/profissionais da instituição</p>

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

As participantes elencadas concordam ao dizer que não encontraram informações relacionadas à maternidade na página (site) ou em murais no IFMG - *Campus* Congonhas. Essa constatação evidencia a necessidade de que a Instituição desenvolva e/ou aprimore materiais informativos, a fim de que informações sejam mais acessíveis, uma vez que a falta delas pode gerar insegurança nas e dificultar o acesso aos direitos das alunas gestantes. De acordo com Oliveira (2023), a informação é um elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática e transparente, pois possibilita ao indivíduo exercer seus direitos, compreender o contexto em que está inserido e tomar decisões de forma consciente.

Cabe destacar que, embora as participantes tenham afirmado não encontrar as informações necessárias na página oficial do *Campus*, na aba "Ensino" - "Controle e Registro Acadêmico", é possível acessar os regulamentos de ensino, os quais, contêm diretrizes sobre o Regime Excepcional de Estudos, que consiste no atendimento aos discentes que se encontram impossibilitados de comparecer às aulas, incluindo estudantes gestantes. O documento contém informações sobre direitos e

prazos, contudo é superficial, pois não delimita como ocorrerá a reposição dos conteúdos e atividades perdidos durante afastamento, por exemplo) o Regime Excepcional versa sobre o direito à licença das estudantes.

É pertinente questionar a razão pela qual essas discentes não encontraram nenhuma informação sobre o Regime Excepcional de Estudos, embora ele exista e esteja publicado: seria devido ao desconhecimento do termo "Regime Excepcional de Estudos"? À dificuldade em localizar o termo no Regulamento de Ensino? Ou à falta de divulgação e de conscientização por parte da Instituição? Oliveira (2023) ressalta que nem todos os cidadãos possuem plena compreensão das informações disponibilizadas em documentos oficiais, especialmente devido à complexidade da linguagem empregada nesses documentos, o que evidencia que o simples acesso à informação não garante seu entendimento adequado.

Os depoimentos presentes no Quadro 9 expõem os principais setores e profissionais do Instituto os quais as educandas gestantes buscaram, com o propósito de sanar dúvidas, principalmente aquelas relativas à solicitação do Regime Excepcional de Estudos (obtenção de licença maternidade). Foram eles: Secretaria, Centro de Saúde, Setor de Pedagogia e Professores. As educandas, como salientaram, puderam contar com o suporte do IFMG - *Campus* no que tange o atendimento para a saúde física (aferimento de pressão) e mental (apoio psicológico).

Durante o período gestacional, esse tipo de acolhimento revela-se essencial, uma vez que, conforme apontam Lombardi *et al.* (2023), é amplamente reconhecido que a mulher enfrenta desafios tanto físicos quanto emocionais ao longo da gestação, que podem variar em função de diversos fatores, tais como o suporte familiar, o planejamento da gestação e as condições socioeconômicas. Diante disso, torna-se imprescindível a promoção da saúde mental, bem como a oferta de suporte adequado à gestante, a fim de garantir seu bem-estar e do bebê.

Dado que a gestação é um período marcado por mudanças emocionais, é fundamental que essas informações sejam apresentadas às estudantes, de forma clara e objetiva, facilitando sua leitura e compreensão. Atualmente, as diretrizes sobre o Regime Excepcional de Estudos estão inseridas em um documento oficial extenso, o que dificulta sua identificação e assimilação. Como consequência, muitas estudantes relataram buscar informações sobre seus direitos apenas após o nascimento do bebê. Uma delas expressou frustração ao receber a sugestão de um professor para trancar o curso. Além disso, as participantes destacaram que, apesar

do atendimento atencioso por parte de docentes e demais servidores, as informações prestadas foram insuficientes. Diante disso, é essencial que toda a comunidade acadêmica, incluindo servidores de todos os setores, professores e coordenadores, tenha pleno conhecimento sobre os direitos das estudantes gestantes. Assim, será possível aprimorar e ampliar o suporte oferecido a essas alunas antes, durante e após a gestação, considerando os desafios físicos e emocionais que elas enfrentam neste período.

4.7 Acolhimento após o parto (instituição, discentes, docentes)

Na categoria “Acolhimento após o parto (instituição, discentes, docentes)” (C7), buscou-se compreender se as estudantes que se tornaram mães receberam algum tipo de acompanhamento ou contato por parte da instituição, do corpo docente e dos colegas após o nascimento do bebê. O objetivo foi identificar se há iniciativas de acolhimento e de suporte que contribuam para a reintegração das alunas em voga à rotina acadêmica no período pós-parto.

Quadro 10 - Subcategorias (C7)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>Recebi acolhimento de amigos, os mais próximos, que eram poucos também. A Física entrou com 40, formou 8 (A.P14.T1).</i>	Acolhimento de colegas de turma
B	<i>Não, nenhuma espécie de contato, nada. Eu voltei mesmo por teimosia (B.P12.T1).</i>	Ausência de acolhimento institucional
C	<i>Não, não recebi acolhimento após... Eu só enviei a licença, né, maternidade... estava no finalzinho do ano também, meu bebê nasceu em novembro. Mas assim, não, não tive nenhuma orientação depois disso, sabe? (C.P12.T1).</i>	Ausência de acolhimento institucional
D	<i>Não, acolhimento não, também não recebi nada (D.P12.T1).</i>	Ausência de acolhimento institucional
E	<i>Acolhimento por parte dos docentes sim, são pessoas muito boas. Com um carinho muito grande, sabe? Isso</i>	

	<i>foi muito positivo. De uma forma geral, acho que não somente com a gestante. Eu acho que eles são muito preocupados, competentes (E.P13.T1).</i>	Acolhimento docente
G	<i>Da maioria tive acolhimento sim, mas teve o que me aconselhou a trancar. Eu estava fazendo uma matéria com ele nesse período, ele não me enviava os materiais, mas aí quando eu voltei ele me entregou tudo, aí tive pouco tempo para entregar trabalho, fazer prova mas dos outros eu consegui fazer no meu tempo (G.P13.T1).</i>	Acolhimento docente
H	<i>Dos colegas tive acolhimento sim, tinha um grupo. Às vezes, a gente posta uma foto, alguém comenta. Então assim, tenho contato ainda. Tem umas pessoas que trabalha e estudou comigo, então assim eu ajudava muito no curso e tinha aquela troca de conhecimento, então a gente acaba que cria uma amizade (H.P14.T1).</i>	Acolhimento colegas
I	<i>De alguns mais, os outros era só pra cumprir um procedimento parece (I.P13.T1).</i>	Acolhimento docente
J	<i>Não, ninguém entrou em contato comigo, não. A gente só recebia mesmo os e-mails, digamos, automáticos para renovação de matrícula. Mesmo que tivesse afastado ou de atestado, a gente tinha que fazer esse procedimento e se tivesse afastado, não sei se tinha que explicar o motivo. Nessa questão mesmo, já não me recordo, mas enfim, a gente tinha que fazer os procedimentos de renovação de matrícula (J.P12.T1).</i> <i>Olha só, como eu mantive contato com uma aluna, ela nem era daqui da cidade de Congonhas, era de Lafaiete. Ela me ajudava muito no período que a gente fez o quarto, o quarto módulo, que foi o período remoto e ela assim que conversava comigo, me dava um gás, uma força, digamos, para eu poder... Ah, volta a estudar, falta tão pouco, só um módulo, você consegue recuperar... (J.P14.T1).</i>	Ausência de acolhimento institucional Acolhimento colega

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

Após o parto, todas as participantes relataram não terem recebido qualquer tipo de orientação ou contato por parte da Instituição. As poucas que tiveram algum retorno informaram que esse ocorreu exclusivamente por iniciativa própria, por meio de contato telefônico realizado pela própria estudante. Ao término de um período de afastamento, a estudante pode enfrentar desafios para retomar a rotina acadêmica,

sendo fundamental que receba orientações sobre a recuperação de conteúdos e as avaliações, bem como a adaptação da carga horária. A falta dessas orientações torna-se evidente, sobretudo, no trecho (B.P12.T1), no qual a estudante expressa ter retornado ao curso de graduação por "teimosia", sugerindo que sua permanência no curso foi resultado de sua própria determinação. Tal declaração evidencia a ausência de um suporte institucional adequado, que deveria ter incentivado e facilitado seu retorno às atividades acadêmicas após o término da licença.

Pode-se dizer que o apoio da comunidade acadêmica para as mães contribui para a superação de desafios impostos pela maternidade, pois - conforme Rapoport e Piccinini (2006) - a rede de apoio social é caracterizada pela presença de sistemas e de pessoas significativos que oferecem suporte e fortalecem as estratégias de enfrentamento do indivíduo diante dos desafios da vida. Como considera os mesmos autores, esse suporte pode ser fornecido por familiares, amigos, colegas de trabalho, membros da comunidade e por serviços de saúde, religiosos ou políticos, abrangendo tanto relações próximas quanto interações ocasionais.

As Participantes A, B, E, F, H e I relataram ter recebido apoio de, pelo menos, um docente após o retorno às aulas. Por outro lado, as Participantes D e J declararam não terem recebido qualquer suporte, enquanto a Participante G mencionou que, embora tenha sido acolhida pela maioria dos professores, um deles a aconselhou a trancar o curso. Com relação ao apoio dos colegas de turma, as Participantes A, B, D, F, G e I declararam ter recebido suporte, enquanto a Participante C indicou não ter recebido orientações institucionais nem apoio de professores ou colegas. As Participantes E e G destacaram outro desafio comum após a gestação e o período de licença: o distanciamento da turma de origem. Como retornaram ao curso com uma progressão acadêmica diferente da sua turma de ingresso,²⁰ as gestantes passaram a cursar disciplinas em novas turmas, em que não conheciam os colegas. Além disso, devido às demandas da maternidade, as participantes enfrentaram dificuldades para estabelecer novos vínculos, o que impactou a adaptação delas ao ambiente acadêmico.

²⁰ O termo "progressão acadêmica diferente da sua turma de ingresso" considera que as estudantes gestantes, por não concluírem as disciplinas dos cursos em período regular, ao retornar às aulas na Instituição apresentaram um descompasso em relação à própria matriz curricular, estendendo o tempo de conclusão dos estudos.

O apoio social é fundamental ao longo do desenvolvimento humano, tendo destaque durante períodos de transição e de mudanças, quando naturalmente são exigidas adaptações e o indivíduo passa por situações de estresse. O nascimento de um filho é uma destas situações em que a mulher tem que se adaptar à nova vida, que inclui, por exemplo, as demandas do bebê, uma interação conjugal que passa a envolver um terceiro membro e a vida profissional e social com a presença de um ser que depende dela. Enfim, são muitas as mudanças que a mãe e o pai têm que enfrentar com a chegada do bebê (Rapoport; Piccinini., 2006, p. 86).

Dessa maneira, percebe-se o quanto o apoio de docentes e de colegas de sala são importantes e o quanto os procedimentos adotados no IFMG *Campus* Congonhas quanto ao acolhimento das mães gestantes são limitados, uma vez que não há um acompanhamento institucional após o parto. A ausência de diretrizes para auxiliar as estudantes na conciliação da maternidade com a vida acadêmica evidencia a necessidade de ações mais eficazes para atender a essa demanda. Segundo Carneiro *et al.* (2024), é fundamental assegurar suporte institucional, como a disponibilização de creches, a flexibilização de horários e a oferta de auxílio financeiro. Reconhece-se que nem todas as medidas necessárias poderão ser adotadas pelo *locus* da pesquisa. Apesar disso, é mister oferecer orientações para que as gestantes possam se organizar e buscar apoio em outras instituições do município, tais como serviços de saúde e de assistência social. Tal ação representará uma forma de sensibilização e de inclusão, permitindo o acolhimento e a permanência das mães estudantes no ambiente acadêmico.

4.8 Tratamento distinto no IFMG Congonhas em relação aos homens

Na categoria “Tratamento distinto no IFMG Congonhas em relação aos homens” (C8), pretendeu-se investigar se as participantes já receberam ou notaram um tratamento diferenciado em relação aos homens nas dependências do IFMG *Campus* Congonhas, com a finalidade de se verificarem possíveis desigualdades de gênero no espaço educacional. Alguns retratos materializadores dessa realidade podem ser percebidos na própria forma como as estudantes se percebem e na relação que apresentam com professores.

Quadro 11 - Subcategorias (C8)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<p><i>Olha, a questão dos homens sempre é diferente, né? Eu acho que as mulheres, os professores acabam avaliando assim... o machismo sempre existe (A.P15.T1).</i></p> <p><i>E eu não sei. O homem [...] pensa melhor do que nós mulheres, pelo menos, o que eu percebo na Física. Não sei se eu estou enganada, mas eles conseguem ter um entendimento melhor (A.P15.T2).</i></p>	<p>Machismo nos espaços educativos</p> <p>Inferiorização da figura feminina</p>
B	<p><i>Já assisti uma palestra de uma aluna do Campus onde ela falou que se sentia oprimida, por causa do curso, que é mais homens que faz, mas eu nunca me senti assim não (B.P15.T1).</i></p> <p><i>Eu também acho que vai muito do conceito de cada um, o que que é, às vezes as pessoas ficam muito ligadas, assim, ah, eu sou a minoria aqui e qualquer comentário ou brincadeira, ela já leva para o lado machista. Eu não tenho isso não, eu sou bem resolvida e acho que a gente tem algumas diferenças sim, e elas existem, não adianta falar que não existe, porque existe e é saudável. E por que não ter? Mas assim, eu nunca me senti, mas acredito que você vai entrevistar pessoas que vão responder que sim (B.P15.T2).</i></p>	<p>Machismo nos espaços educativos</p> <p>Inferiorização da figura feminina</p>
F	<p><i>Olha que eu me lembro não. Eu não sei se eu dei entre aspas - sorte - mas eu sempre tive colegas que sempre foram... e professores também que nunca me desrespeitou, nunca vi desrespeito (F.P15.T1).</i></p>	<p>Inferiorização da figura feminina</p>

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

Todas as participantes declararam que não receberam ou perceberam tratamento distinto no IFMG Congonhas em relação aos homens. Algumas delas responderam a pergunta “Já recebeu ou mesmo percebeu tratamento distinto no IFMG Congonhas em relação a homens?” de maneira objetiva e categórica com expressões, como: “não” e “nunca”. Outras, por sua vez, apesar de terem expressado negação, empregaram palavras/estruturas linguísticas no discurso, tais como, “acho” e “que eu me lembro”, transparecendo, nas entrelinhas, certa dúvida, imprecisão, incerteza ou receio.

Nos relatos das Participantes A e B, percebe-se referência às situações em que elas mesmas vivenciaram os efeitos do machismo na sociedade ou ouviram relatos de outras mulheres da mesma instituição de ensino (estudantes) que se sentiram oprimidas em algum momento. Essas falas contrariam os ensinamentos de Paulo Freire, autor que enfatiza que o ato de ensinar requer a rejeição de qualquer forma de discriminação: “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (Freire, 2002, p. 19-20).

Nos relatos das Participantes A, B e F, pode-se inferir a presença de um discurso - ainda que manifestado de forma implícita - que normaliza a posição subalterna das mulheres no corpo social. Essa interpretação é sustentada a partir das falas das educandas que evidenciam a presença do machismo não somente na “estrutura de pensamento” e na “construção social” dos homens, mas também no ideário feminino, fato que precisa - consciente e reflexivamente - ser desconstruído com vistas à emancipação e ao protagonismo das mulheres na sociedade.

Não se objetiva com esse tipo de análise culpabilizar as mulheres pela própria existência de um fenômeno social que as violenta, concreta ou simbolicamente (o machismo), mas se destacar o caráter histórico e estrutural dele, sendo reproduzido involuntariamente pelas suas próprias vítimas. Para Bourdieu (2002, n. p.), “a dominação masculina se impõe, inclusive, com a cumplicidade dos próprios dominados, que, ao incorporarem as estruturas de dominação, tendem a reproduzir essa ordem simbólica, muitas vezes sem ter consciência dela”. Nesse aspecto, convém retomar Federici (2017), que expressa que na transição do feudalismo para o capitalismo, as mulheres enfrentaram uma degradação social, um processo essencial para a acumulação de capital, cujos efeitos se mantêm até os dias atuais.

Portanto, a análise dos relatos evidencia a necessidade de um árduo trabalho de conscientização sobre as desigualdades de gênero, que - ainda que de forma inconsciente e naturalizada - estão presentes na sociedade e nas instituições de ensino, sendo reproduzidas e reforçadas até mesmo pelas mulheres. Certamente, esse é um dos caminhos que precisa ser percorrido no IFMG *Campus* Congonhas, visando à emancipação feminina e à construção de um ambiente acadêmico equânime.

4.9 Rotina escolar antes, durante e após a gestação

Na categoria “Rotina escolar antes, durante e após a gestação” (C9), procurou-se compreender de que maneira a gestação influenciou a rotina escolar das participantes em diferentes contextos temporais. Para isso, foi solicitado às alunas entrevistadas que realizassem uma comparação entre o período que antecedeu a gestação, a rotina durante a gravidez e as mudanças ocorridas após o parto.

Quadro 12 - Subcategorias (C9)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<i>[...] depois do nascimento, tive que mudar a rotina, principalmente nos primeiros anos de vida, né? Que demanda levada ao médico, né? As noites mal dormidas, amamentação (A.P16.T1).</i>	Cuidados médicos e organização pessoal
B	<i>Quando eu fui mãe, foi muita loucura. Eu criei uma rotina, meus meninos têm horário de comer, horário de tomar café, de dormir, de almoçar, e eu criei essa rotina já também para me dar tempo de estudo (B.P16.T1).</i>	Cuidados médicos e organização pessoal
C	<i>Antes da gestação, assistia todas as aulas, eu nunca fui de pular aula, chegar atrasada ou de sair antes, então eu sempre conseguia assistir tudo direitinho. Os trabalhos também eram feitos todos no prazo. Éh... eu tinha muito prazer de ir pra aula, sabe? (C.P16.T1).</i>	Estudos em plano primário
	<i>Aí, depois eu engravidei, e começou uma rotina de ir mais no médico, então já faltava mais, coisa que antes eu não fazia. Chegava um pouquinho mais atrasada, mas por conta da demanda mesmo de ir pré-natal, preocupações, né? (C.P16.T2).</i>	Cuidados médicos e organização pessoal
	<i>Os trabalhos também eu comecei a precisar mais da ajuda dos colegas para poder entregar, porque a demanda é muito grande no IF, né? Antes da gestação, os estudos era a prioridade, né? Depois da gestação, eu tranquei o curso, e não sei se vou conseguir voltar (C.P16.T3).</i>	Estudos em plano secundário
D	<i>Quando eu entrei assim, eu estava muito entusiasmada, então, assim, eu tinha um ânimo diferente. Eu estava com os meus estudos ali, né? Em foco, né? Consegui me dedicar, estava tudo bem nas</i>	Estudos em plano primário

	<p><i>disciplinas (D.P16.T1).</i></p> <p><i>E aí, quando eu descobri, né, que eu estava grávida durante esse período, as coisas automaticamente vai mudando, porque o estudo deixou de ser minha prioridade. A gente muda a forma, né, de ver as coisas e aí realmente esfriou um pouco a questão do meu empenho com meus estudos, eu deixei ele um pouco de lado. Com isso eu resolvi trancar, porque eu vi que eu não estava conseguindo me dedicar (D.P16.T2).</i></p>	Estudos em plano secundário
E	<p><i>Oh, antes da gestação, eu era uma pessoa super ativa, né? Trabalhava, e aí eu dedicava a maior parte do meu tempo para estudar e para fazer o curso. Conseguia cumprir com o currículo, com as atividades, alcançava boas notas, porque eu tinha o tempo para dedicar (E.P16.T1).</i></p> <p><i>E aí, quando eu estava gestante, aí já tinha muitas consultas médicas, já tinha muitos outros compromissos que me ocupava esse tempo, então já não tinha um bom desempenho quanto lá atrás no início do curso (E.P16.T2).</i></p> <p><i>Aí, depois que a minha filha nasceu, eu coloquei tudo à frente... tudo que estava relacionado a ela, à frente de qualquer outra área da minha vida, tanto profissionalmente quanto academicamente, entendeu? E aí eu fui deixando muitas matérias para trás (E.P16.T3).</i></p>	<p>Estudos em plano primário</p> <p>Cuidados médicos e organização pessoal</p> <p>Estudos em plano secundário</p>
F	<p><i>Agora, estudar durante a gestação foi mais fácil, mas, depois que ela nasceu, eu tava muito cansada, e os estudos ficaram de lado mesmo (F.P16.T1).</i></p>	Estudos em plano secundário
G	<p><i>[...] quando eu descobri que eu tava grávida, aí tudo mudou. Minha empolgação diminuiu bastante, mas eu precisava me formar. Eu já tinha passado dez meses deixando o meu filho de seis anos em casa, e é um tempo que não volta... e eu falava para ele que eu tava indo porque eu ia formar, eu ia ter um emprego melhor, então eu não podia decepcionar também o meu filho. Então, eu ia da forma que dava, chegava lá às vezes morta, cansada (G.P16.T1).</i></p> <p><i>Eu tava na sala de aula quase todos os dias, a menos que o meu filho tivesse algum problema de saúde em casa, mas, mesmo lá, nem sempre eu conseguia concentrar e render o que eu rendia antes da gravidez (G.P16.T2).</i></p>	<p>Estudos em plano primário</p> <p>Cuidados médicos e organização pessoal</p>
H	<p><i>Assim... só tinha vez que a gestação deixava a gente assim, mais desanimada. Os mal-estar assim da van, mas só que eu ia mesmo com mal-estar... aí chegava na hora do intervalo, às vezes queria comer alguma</i></p>	Cuidados médicos e organização pessoal

	<i>coisa, aí não dava pra comer, aí levava uns lanchinhos, ficava na sala. Foi isso, uma adaptação, mas é mais pelos sintomas mesmo da gestação, né? (H.P16.T1).</i>	
I	<p><i>Então, antes eu usava sábados, domingos pra estudar. Às vezes, até alguns dias após a aula, eu já passei, já virei a noite fazendo trabalho (I.P16.T1).</i></p> <p><i>Depois... com o bebê, aí dificulta mais, né? Porque no sábado eu tenho que aproveitar a parte da manhã, por exemplo, que é a hora que ele está dormindo. Só que junto com essa parte da manhã que ele está dormindo, que eu tenho para estudar, eu tenho que fazer outras coisas, uma roupa, fazer comida e tudo mais... (I.P16.T2).</i></p>	<p>Estudos em plano primário</p> <p>Estudos em plano secundário</p>
J	<p><i>Olha, eu acho que antes da gestação eu não tinha que me preocupar com uma outra pessoa, né? Com um bebê... eu me preocupava só comigo, com os meus afazeres, tinha muito mais tempo para eu poder estudar, porque era algo que eu estava mais focada (J.P16.T1).</i></p> <p><i>Durante a gestação, o meu ensino foi remoto. Mas como a gente fica um pouco mais cansada durante a gestação, né? Com os outros afazeres... A gente tem médico, a gente tem o desgaste emocional (J.P16.T2).</i></p> <p><i>Logo após o nascimento da minha bebê, éh... eu quis curtir mais a minha maternidade. Eu quis ter essa experiência com ela. Então assim, de certa forma, eu deixei um pouco os estudos de lado, para ter experiência. E foi onde, digamos, o meu rendimento caiu totalmente, porque assim... as minhas preocupações já estavam voltadas mais para minha bebê (J.P16.T3).</i></p>	<p>Estudos em plano primário</p> <p>Cuidados médicos e organização pessoal</p> <p>Estudos em plano secundário</p>

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

Antes da gestação, as Participantes C, D, E, I e J afirmaram que priorizavam a vida acadêmica, valorizando às atividades curriculares e reservando tempo para momentos de estudo, além do horário regular de aula e, em alguns casos, estendendo essa dedicação para o período da madrugada e os finais de semana. Em seus relatos, as estudantes utilizaram termos/expressões como "foco", "entusiasmada", "dedicava", "ativa", "ânimo" e "prazer" para descreverem a fase acadêmica anterior à gestação.

Já a Participante G relatou que manteve os estudos como prioridade, mesmo após a descoberta da gestação, comparecendo às aulas, apesar do extremo cansaço. Para ela, a sua principal motivação para se manter no IFMG - *Campus Congonhas* nesse período estava centrada no compromisso assumido com o seu primeiro filho (6 anos), a quem explicava que saía para estudar, porque precisava concluir a sua formação. No discurso, nota-se que o fator que incentivava essa discente a continuar os estudos não era de natureza pessoal/individual, mas envolvia uma espécie de responsabilidade familiar/coletiva. Carneiro *et al.* (2024) comentam que, para as mães estudantes, conciliar os papéis de mãe e de estudante representa um grande desafio, o qual elas assumem com o objetivo de alcançar melhores condições de vida para si e para seus filhos.

As Participantes C, D, E, F, I e J, devido à maternidade, tiveram significativas mudanças em suas vidas acadêmicas, as quais podem ser percebidas no atraso de matérias, na queda do rendimento e, até mesmo, no trancamento de curso. Vale explicitar que as estudantes que permaneceram matriculadas, embora os desafios, necessitaram de apoio por parte dos colegas para a realização de trabalhos exigidos nas disciplinas que cursaram. Os estudos em plano secundário revelam, pois, mudanças de prioridade e de foco na vida das entrevistadas, que, no caso da Participante I, por exemplo, após o nascimento de seu bebê, precisou desempenhar múltiplas funções simultaneamente, dividindo o seu tempo entre cuidados com o filho (prioritariamente) e atividades do lar e rotina de estudos. Tal constatação dialoga com Dias e Soares (2019), que declaram que não é raro que mulheres- mães de filhos pequenos ou que engravidam durante o percurso acadêmico tranquem seus cursos por não conseguirem conciliar formação/cuidados com a prole e tarefas as domésticas.

As Participantes A, B, C, E, G, H e J tiveram suas rotinas influenciadas/moldadas por questões de cuidados médicos (consultas, pré-natal, exames, sintomas ocasionados pela gestação, tais como enjoo, mal-estar, cansaço, desgaste emocional, privação de sono) e de organização pessoal (gestão de tempo). Vê-se que essas demandas implicaram queda no desempenho acadêmico dessas educandas, além de faltas e atrasos nas aulas. Rapoport e Piccinini (2006) citam que uma das principais alterações para as mães nos primeiros meses de vida do bebê é a privação do sono e que, embora a maioria das mulheres gestantes saiba que isso irá ocorrer, é apenas após o nascimento do (a) filho (a) que elas experienciam essa

realidade. Segundo as autoras, a mãe modifica seu ritmo de vida para se adaptar ao do seu bebê, interferindo em atividades que eventualmente fazia, como, por exemplo, trabalhar, comer fora, sair com amigos.

Em suma, depreende-se que após o nascimento do bebê, todas as participantes priorizaram o (a) filho (a) em detrimento da dos estudos. Nesse sentido, argumenta-se que as noites mal dormidas, devido à amamentação, o cansaço e o impacto emocional da maternidade contribuíram para uma rotina exaustiva. Somado a isso, a já desafiadora jornada de conciliar as tarefas domésticas e as mudanças decorrentes da maternidade tornou-se ainda mais intensa, agravando a fadiga. Esses fatores levaram algumas mães a interromperem temporariamente os estudos, enquanto aquelas que permaneceram no curso enfrentaram uma queda no desempenho acadêmico.

4.10 Políticas institucionais e suporte à estudante gestante no IFMG

Na categoria “Políticas institucionais e suporte à estudante gestante no IFMG” (C10), buscou-se compreender se os servidores entrevistados haviam prestado atendimento às estudantes gestantes e quais experiências foram adquiridas a partir dessa vivência. Além disso, procurou-se verificar se eles tinham conhecimento de casos de estudantes que abandonaram os cursos em decorrência da gestação, bem como conhecer a opinião deles sobre o regulamento do IFMG no que se refere à maternidade estudantil. Por fim, objetivou-se identificar se a instituição dispõe de um fluxo bem estruturado, por meio de manual ou de cartilha de orientação para as estudantes gestantes.

Quadro 13 - Subcategorias (C10)

Participantes	Relatos	Subcategorias
X	<i>Já acompanhei de várias formas e já tive que ir nas casas, para poder ajudar... a aplicar prova. Já tivemos aqui dentro do setor alunas que vieram para fazer prova. Então, a gente acompanha, já tem um tempo (X.P3.T1).</i>	Experiência no atendimento a estudantes gestantes no IFMG

	<p><i>Há sim. Sim já. Éh... já tivemos casos que a aluna tentou fazer as coisas durante a licença-maternidade e aí conseguiu alguma coisa ou outra... mas no retorno tiveram dificuldade de com quem deixar, principalmente porque você não tem creche durante a noite [...] (X.P4.T1).</i></p> <p><i>Ele já vai ter que ser atualizado, né? E mesmo porque na LDB já mudou... Não sei se você viu lá a questão do regime especial para mãe lactante. Agora, a mãe, é... enquanto ela estiver amamentando, ela tem esse direito, amamentando... Que já aumenta o prazo dela de regime especial, que eu acho que é algo válido (X.P5.T1).</i></p> <p><i>Não. Não tem esse fluxo. Eu acho que tinha que ter. E igual a gente tava falando, não só para gestantes, não é? quando está de licença maternidade, mas quando ela também está amamentando (X.P6.T1).</i></p>	<p>Conhecimento de casos de evasão</p> <p>Avaliação do regulamento</p> <p>Mecanismos formais de orientação</p>
Y	<p><i>[...] eu falei com uma estudante gestante para ela não desistir, que era pra ela continuar, então... acabou que foi uma aluna que eu acompanhei um pouco mais de perto, porque ela fez muitas disciplinas comigo. Eu lembro dela levar o bebê para minha sala de aula, perguntar se podia. Eu falar: pode... (Y.P3.T1).</i></p> <p><i>[...] eu tive alunas no curso de Letras que engravidaram e imediatamente anunciaram que iam deixar o curso. Lembro de ter conversado com 2 delas, mas infelizmente elas não mudaram de ideia e realmente evadiram (Y.P4.T1).</i></p> <p><i>Acho que não existe, não é? Não existe... assim, a gente tem o regime excepcional de estudo. Mas ele é... na minha visão, problemático, porque ele não cria um fluxo muito claro do que é que tem que ser feito. O regulamento não nos ajuda, porque não tem nada lá que fala como proceder, que tipo de atividade, eu acho que a gente não tem políticas para discutir isso de uma forma concreta assim (Y.P5.T1).</i></p> <p><i>Não, não tem fluxo, não tem manual. Não tenho nada. Inclusive algumas estudantes nem sabem desse direito do regime excepcional de estudo (Y.P6.T1).</i></p>	<p>Experiência no atendimento a estudantes gestantes no IFMG</p> <p>Conhecimento de casos de evasão</p> <p>Avaliação do regulamento</p> <p>Mecanismos formais de orientação</p>

Z	<p><i>Eu já lecionei para aluna gestante e fiz “atendimentos nos bastidores”²¹ também, né? E... de modo geral, a gente consegue fazer as adaptações, não só porque é lei, mas por questão de humanidade também, tem que compreender que que é um momento complexo que tá passando e muitas vezes junta trabalho, porque boa parte dos nossos alunos tem esse perfil de trabalhar também, de não só estudar. E... em outros casos, têm... às vezes falta rede de apoio, então a gente tem várias situações que envolve a rotina que muda completamente, dessas mulheres (Z.P3.T1).</i></p> <p><i>Já teve um caso de eu ter que aplicar uma segunda chamada para uma aluna, e ela tava, já tinha terminado a licença maternidade, e ela veio com a filha recém nascida e com a outra filha dela, deixou a outra filha carregando a recém nascida para ela fazer a prova, aí chegou a hora que tinha que amamentar e tudo...(Z.P3.T2).</i></p> <p><i>Eu não lembro da pessoa ter abandonado o curso por causa da maternidade. Não sei se essa foi a causa principal de abandono. Eu sei de gente que teve dificuldades, que às vezes até trancou né e voltou um tempo depois, quando a criança estava um pouco maior... (Z.P4.T1).</i></p> <p><i>Eu acho que ele não tem nada demais, eu acho que ele segue o proformes e o que manda a lei. Não sei se... Eu acho que talvez tem coisas que poderia, éh... ir um pouco além. De forma geral, a gente não tem assim uma política de acompanhamento, de monitoramento. De fazer esse atendimento mais próximo, acho que talvez falta braço mesmo, falta gente, né? (Z.P5.T1).</i></p> <p><i>Não tem e faz falta, porque tudo que tem um fluxo facilita você a executar e a perceber o que precisa melhorar. Se você tem aquele fluxo definido com o tempo, você vai ajustando. Faz falta sim ter um documento que sistematize o processo (Z.P6.T1).</i></p>	<p>Experiência no atendimento a estudantes gestantes no IFMG</p> <p>Experiência no atendimento a estudantes gestantes no IFMG</p> <p>Conhecimento de casos de evasão</p> <p>Avaliação do regulamento</p> <p>Mecanismos formais de orientação</p>
---	--	--

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

Os relatos inseridos no quadro demonstram que os servidores do IFMG *Campus Congonhas* possuem experiência no atendimento às estudantes gestantes, adotando diferentes formas de suporte. A Participante X relatou que chegou a acolher alunas em seu local de trabalho e, em determinadas situações, a se deslocar até as residências dessas estudantes para a aplicação de provas. A Participante Y alegou

²¹ O participante se refere a “atendimento de bastidores” como sendo atendimento não formal às estudantes.

que incentivava alunas gestantes a continuarem os estudos e que já permitiu a presença de bebês em sala de aula para facilitar a permanência das mães na instituição. Conforme Rapoport e Piccinini (2006), o suporte social, por meio de informações, de orientações, de ajuda prática ou de palavras de afeto e de encorajamento, exerce um papel essencial no bem-estar dos indivíduos, revelando-se ainda mais significativo em situações de estresse, desde que corresponda às necessidades e às expectativas de quem o recebe.

Ademais, o Participante Z ressaltou a importância de adaptações acadêmicas não apenas como um meio de cumprimento de exigências legais, mas como expressão de empatia e de compreensão diante das dificuldades enfrentadas pelas estudantes, como a conciliação entre maternidade, trabalho e estudos, além de situações em que há ausência de rede de apoio. Rapoport e Piccinini (2006) descrevem que o apoio social torna-se fundamental em momentos estressantes, como quando a mãe precisa retomar o trabalho ou os estudos após a licença maternidade. Segundo esses mesmos autores, nesses momentos, devido à sobrecarga ou à necessidade de se ausentar de casa, surge a demanda por alternativas de cuidado para o bebê. Essa afirmação dialoga com um exemplo dado pelo Participante Z sobre o caso de uma aluna que precisou fazer uma segunda chamada de prova e compareceu na instituição com suas duas filhas, deixando a mais velha (ainda criança) responsável pelo bebê.

Ao serem questionados sobre casos de evasão no IFMG *Campus* Congonhas em decorrência da gestação, as Participantes X e Y declararam ter conhecimento de situações desse tipo. O Participante Z, por sua vez, relatou não saber se a gestação foi a causa principal, mas mencionou casos de estudantes que trancaram o curso temporariamente e posteriormente retornaram. Dentre os motivos apontados, destacam-se a dificuldade de conciliar os estudos com a maternidade e a ausência de creches noturnas na cidade. Dias e Soares (2019) apontam que o Brasil ainda carece de creches públicas; esses espaços são instrumentos fundamentais para a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero. Segundo as autoras, é essencial oferecer serviços públicos de qualidade, como creches em tempo integral e em todos os turnos, especialmente voltados às necessidades das mulheres das camadas populares.

Dias e Soares (2019) ressaltam que, nas universidades públicas, além da legislação, são imprescindíveis ações concretas por meio da assistência estudantil, como a criação e a avaliação de creches e de brinquedotecas, para combater

desigualdades sociais e assegurar a permanência de educandas gestantes no ensino superior. Um exemplo de ação inclusiva para a permanência de mães estudantes é o projeto de extensão "Tribo de Dandara", do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. Essa iniciativa atende estudantes dos cursos noturnos do *Campus* Santos Dumont, oferecendo aos filhos dessas alunas e, quando possível, aos filhos de servidoras, atividades educativas e recreativas durante o mesmo horário.

Ao comunicar sua opinião sobre o regulamento de ensino do IFMG *Campus* Congonhas, a Participante X pontuou que o documento precisa ser atualizado, especialmente devido às mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atualmente garantem regime especial para as mães lactantes durante todo o período de amamentação. Ela também afirmou que o documento não contempla ações voltadas para as estudantes gestantes e que, embora exista o regime excepcional de estudos, ele é considerado problemático por não apresentar um fluxo definido de procedimentos, de orientações para a reposição de conteúdo, de atividades, dentre outros. Já o Participante Z avaliou que o regulamento apenas cumpre o que está previsto na legislação, sem trazer avanços significativos e destacou a ausência de uma política de acompanhamento e de atendimento mais próximo às gestantes, atribuindo essa lacuna, em partes, à falta de pessoal disponível para executar essas ações.

Os servidores concordaram ao afirmar que não existe um fluxo definido ou uma cartilha que oriente o atendimento às estudantes gestantes e lactantes e que isso faz falta no instituto onde atuam profissionalmente. A Participante Y ressaltou que muitas alunas desconhecem seus direitos, como o regime excepcional de estudos. Para o Participante Z, a existência de um fluxo sistematizado facilitaria a execução das ações e permitiria ajustes contínuos ao longo do tempo. Para Oliveira (2023), o acesso à informação é essencial para que os cidadãos exerçam seus direitos, tomem decisões e pratiquem a cidadania, portanto a administração pública deve estar preparada para atender às demandas sociais, promovendo a transparência e garantindo a disponibilização adequada de informações.

Com base em tudo o que foi exposto, nota-se que os servidores do IFMG *Campus* Congonhas demonstram empatia e empenho no atendimento às estudantes gestantes, no entanto essas ações ocorrem sem o respaldo de um documento norteador completo e alinhado às reais necessidades delas, indicando a necessidade de criação de diretrizes e de fluxos específicos para acolher as alunas gestantes,

considerando os desafios enfrentados por elas, como a falta de rede de apoio, a ausência de creches noturnas e as dificuldades de conciliar maternidade e estudos. O regulamento atual é limitado e cumpre apenas o mínimo legal, revelando a urgência de políticas mais inclusivas que contribuam para a permanência e o sucesso acadêmico das estudantes.

4.11 Ações interventivas para o suporte institucional às estudantes gestantes

Na categoria “Ações interventivas para o suporte institucional às estudantes gestantes” (C11), foram coletadas sugestões de medidas que possam oferecer suporte às alunas que vivenciam a maternidade no ambiente do IFMG *Campus* Congonhas. Para isso, a questão foi direcionada tanto às educandas participantes quanto aos servidores entrevistados, com o objetivo de se reunir um amplo conjunto de informações a partir de diferentes perspectivas, abrangendo tanto a visão institucional quanto a perspectiva discente sobre o assunto.

Quadro 14 - Subcategorias (C11)

Participantes	Relatos	Subcategorias
A	<p><i>Eu acredito que a informação tem que ser clara e clara no sentido do corpo docente mesmo, clara para os professores e com os professores e com os alunos. E talvez até um acompanhamento mais de perto, não acompanhamento só no sentido, como que eu falo, de falar, né? Mas no sentido documental mesmo, né? (A.P17.T1).</i></p> <p><i>Às vezes, o auxílio também seria interessante, né? Hoje existe o auxílio de tudo, transporte, alimentação. Às vezes, um auxílio mesmo para crianças de zero até certa idade, eu acho que contribuiria bastante, né? (A.P17.T2).</i></p>	<p>Fluxo de atendimento e de acompanhamento</p> <p>Assistência financeira (bolsa estudantil)</p>
B	<p><i>Desenvolver uma forma de comunicar tudo antes, porque geralmente vamos procurar quando o bebê está quase nascendo, para que a gestante seja alertada sobre ações preventivas tanto com a mãe, quanto com a criança, a fim de evitar complicações, doenças... (B.P17.T1).</i></p>	<p>Fluxo de atendimento e de acompanhamento</p>

C	<p><i>Então, acredito que se depois de algum tempo, né do nascimento, se tivesse alguém para poder chamar de volta, né? Falar o que é que tem que fazer, de onde a gente continuaria, né? Para orientar, mesmo que realmente a gente fica perdido, né? (C.P17.T1).</i></p>	Fluxo de atendimento e de acompanhamento
D	<p><i>É primeiro, eu acho que seria informação...como eu disse para você, e aí eu acabei trancando. Então, segundo, fora a informação, eu acho que essa preocupação por parte da coordenação, né? Por que essa aluna está trancando? Como que a Instituição pode ajudar para que não tranque? Uma sugestão é, ao invés de você trancar, tenta fazer dois ou três disciplinas para você não ficar muito prejudicada (D.P17.T1).</i></p>	Fluxo de atendimento e de acompanhamento
E	<p><i>Sim, eu acho que monitoria de algumas matérias, principalmente do inglês, que eu tinha dificuldade (E.P17.T1).</i></p> <p><i>Quando o bebê nascer, acho que um tempo maior para entregar trabalhos. Seria interessante, não é? Talvez assim, numa condição especial, colocasse, né? A mãe que amamenta, maior de avaliação ou outras formas de avaliação, talvez diferenciada da turma, que tem algumas mães, têm mais dificuldade, né? (E.P17.T2).</i></p> <p><i>Questão das disciplinas, então não tem oferta todo o semestre acaba que prejudica, não é muito as alunas que se tornam mães, né? (E.P17.T3).</i></p>	<p>Acolhimento e suporte pedagógico</p> <p>Acolhimento e suporte pedagógico</p> <p>Acolhimento e suporte pedagógico</p>
F	<p><i>No meu ponto de vista, durante a licença maternidade, a melhor opção seria continuar passando todo conteúdo para a gestante mesmo ela estando em casa e ela tendo a oportunidade de ir pra faculdade apenas para fazer as provas (F.P17.T1).</i></p>	Acolhimento e suporte pedagógico
G	<p><i>Acho que um apoio psicológico seria muito importante. Principalmente para quem não tem filho ainda, né? Gera uma insegurança muito grande na cabeça da gente (G.P17.T1).</i></p> <p><i>Depois que nasce, eu acho que precisaria de alguma... não sei como funciona hoje, mas alguma forma do aluno estar recebendo semanalmente o que foi passado, porque daí é uma forma dele estar acompanhando melhor (G.P17.T2).</i></p>	<p>Acolhimento e suporte pedagógico</p> <p>Acolhimento e suporte pedagógico</p>
H	<p><i>Então, eu não sei se tem alguma informação em relação à questão de estágio, porque eu deixei de fazer um estágio por conta da gestação, né? Aí assim, se tivesse alguma informação ou se é proibido, às vezes é proibido, porque eu não consegui, às vezes assim seria</i></p>	Fluxo de atendimento e de acompanhamento

	<i>legal falar com as futuras aí mães aí (H.P17.T1).</i>	
I	<i>Bem aí, tipo, eu não sei se, éh... deve ser federal, ser três meses de licença, mas eu não acho que um período fixo sem saber a necessidade de cada gestante, o histórico do parto, e que fosse avaliado a necessidade de prorrogação do atestado de acordo com as condições da mãe, do bebê e que também fosse considerada a etapa do período que você está... (I.P17.T2).</i>	Fluxo de atendimento e de acompanhamento
J	<i>Olha é... Não é privilégio, porque assim? Só um minutinho tá? (emoção). Eu acho que a instituição poderia oferecer um prazo maior, diferenciado dos demais alunos. É...às vezes entrar em contato, saber das dificuldades da da da gestante, né? Da mãe da criança, é... se teve dificuldade ou se está precisando de alguma coisa, né? (J.P17.T1).</i>	Fluxo de atendimento e de acompanhamento
X	<i>Eu acho que, primeiro, é conversar, é o que a gente falou da informação. Tem que conversar bem com elas, ver o que estão pretendendo, dar a informação do que é previsto no próprio regulamento, então ter um direcionamento mesmo para elas, desde quando estão gestantes até depois... E esse fluxo que a gente fala que deveria ser normatizado. Eu acho que tem que ser normatizado o fluxo de atendimento com todas as previsões (X.P17.T1).</i> <i>Tem que ter esse olhar e são vários profissionais que devem ser envolvidos. Da saúde, assistente social, pedagógico, dos professores, da própria secretaria. E eu acho que tem que ter também talvez uma conscientização da própria escola (X.P17.T2).</i>	Fluxo de atendimento e de acompanhamento Acolhimento e suporte pedagógico
Y	<i>Acho que a gente tinha que ter... éh... algum tipo de acolhimento para aluna gestante, para ela entender os direitos que ela tem, acho que esse seria o primeiro passo (Y.P17.T1).</i> <i>A gente precisava de uma política do IFMG mesmo sobre o que é que é enviar essas tarefas... que tipo de material didático que a gente poderia ter para que isso seja um processo de ensino, aprendizagem real. Então talvez vídeos... talvez exercício usando tecnologia mesmo, uma coisa tipo um quiz (Y.P17.T2).</i> <i>E que no retorno dessa dessa estudante, ela poderia ser acolhida pela instituição, talvez conversando com psicólogos, pedagogos para ver como que é a adaptação, a gente saber o que é que essa estudante precisa (Y.P17.T3).</i>	Acolhimento e suporte pedagógico Acolhimento e suporte pedagógico Acolhimento e suporte pedagógico

	<i>Ela vai precisar trazer o bebê para sala de aula algum dia? [...] Ela está amamentando? Ela precisa tirar leite? A gente não tem lugar aqui para tirar leite, né?(Y.P17.T4).</i>	Acolhimento e suporte pedagógico
Z	<i>Que o regimento ampare situações nas quais seja preciso flexibilizar a data de entrega de atividades, dependendo do momento em que a estudante teve a licença ou deixar em aberto para o semestre seguinte, pelo menos no início, para terminar as coisas sem prejudicar o reinício na próxima etapa... porque normalmente são cursos semestrais.</i>	Acolhimento e suporte pedagógico
	<i>Por que não que se faça uma análise para ela receber uma bolsa na assistência estudantil?</i>	Assistência financeira (bolsa estudantil)

Fonte: Elaborado a partir da transcrição das entrevistas semiestruturadas (2024).

No que se refere às ações de suporte institucional, as Participantes E, F e G sugeriram a oferta de monitoria para as disciplinas consideradas por elas com maior grau de dificuldade, maior flexibilidade nos prazos de entrega de trabalhos para as gestantes e lactantes, além da adaptação nas formas de avaliação. O Participante Z também enfatizou a importância da flexibilização na entrega de atividades, externalizando a necessidade de que essa prática esteja formalmente regulamentada. Isso porque, em determinadas situações, pode ser crucial a extensão de prazos ou a possibilidade de conclusão de atividades no início do semestre seguinte, sendo fundamental garantir que essa adaptação não prejudique o reinício das atividades acadêmicas da estudante. Para Carneiro *et al.* (2024), promover a permanência e o êxito das mães estudantes constitui um desafio institucional que exige, por um lado, a sensibilização do corpo docente em relação à condição dessas alunas e, por outro, a adoção de medidas que assegurem flexibilidade nos horários e nas formas de avaliação.

A Participante E destacou que o fato de algumas disciplinas não serem ofertadas em todos os semestres é prejudicial. Segundo ela, caso uma aluna perca uma disciplina ofertada apenas no primeiro semestre do ano e essa disciplina seja pré-requisito para outra do segundo semestre, o prejuízo é duplo: a discente não conseguirá cursar a disciplina subsequente nem poderá cumprir a carga horária referente à disciplina reprovada, uma vez que essa só será novamente ofertada no

ano seguinte.

O estudo sobre pré-requisitos desenvolvido por Artigas e Gomes (2018) revela a existência de opiniões divergentes quanto à adoção dessa prática nas matrizes curriculares dos cursos; aqueles que defendem a presença de pré-requisitos argumentam que essa exigência acadêmica é necessária para reduzir as reprovações em disciplinas subsequentes. Todavia, os autores observaram que, ao impedir a matrícula dos estudantes em determinadas disciplinas, eles acabam tendo excluídas as chances de serem aprovados, o que pode agravar a situação acadêmica. Somado a isso, identificaram que, mesmo na ausência formal de pré-requisitos, alguns estudantes tendem a organizar sua trajetória acadêmica como se esses pré-requisitos existissem, o que denominaram de “pré-requisito espontâneo” (Artigas; Gomes, 2018).

As Participantes F e G sugeriram que, durante a licença maternidade, a melhor alternativa seria disponibilizar semanalmente todo o conteúdo à estudante gestante, mesmo que ela esteja em casa, permitindo que ela compareça à instituição apenas para a realização das avaliações. A Participante Y, além de concordar com a proposta, defende a criação de uma política institucional no âmbito do IFMG - *Campus Congonhas* voltada à elaboração de materiais didáticos e de avaliações, com o uso de tecnologias, como vídeos e questionários (quizzes), de modo a assegurar um processo de ensino e aprendizagem efetivo.

A Participante G recomendou que gestantes, especialmente as de primeira gestação, que geralmente se sentem inseguras diante do processo da maternidade, deveriam contar com acompanhamento psicológico no IFMG. A Participante X complementa essa ideia propondo ações de conscientização e de sensibilização no ambiente escolar, com o envolvimento de diversos profissionais, a saber, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, professores e membros da secretaria, considerando que cada um pode oferecer contribuições relevantes nesse momento.

Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (Freire, 1987, p. 39).

De maneira semelhante, a Participante Y destaca a importância do acolhimento tanto no início da gestação quanto no retorno às atividades acadêmicas, a fim de que a mãe estudante compreenda seus direitos e se sinta amparada pela instituição. Ela sugere, por exemplo, o diálogo com psicólogos e pedagogos para

orientar sobre a adaptação acadêmica, como a possibilidade de matrícula em um número reduzido de disciplinas, a partir das reais necessidades da aluna. A Participante Y também propõe a criação de um espaço de acolhimento para as mães e seus filhos, destinado à retirada de leite e à amamentação. Os Participantes A e Z mencionaram a demanda de avaliar a viabilidade da concessão de um auxílio financeiro (bolsa estudantil) destinado às mães estudantes como uma alternativa para colaborar com a permanência delas na instituição.

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) destina-se a estudantes matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. As ações do programa devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou de outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2024, p. 1-2).

As Participantes A, D, H e X salientaram a relevância de que as informações relativas aos regulamentos, direitos, deveres, prazos e procedimentos, especialmente no que diz respeito às estudantes gestantes, sejam claras e amplamente divulgadas em todo Instituto, desde o ingresso nos cursos, contemplando tanto os discentes quanto o corpo docente. A Participante A enfatizou a pertinência de um fluxo de procedimentos formalmente documentado. Por sua vez, a Participante D ressaltou a necessidade de um acompanhamento mais próximo e de orientações individualizadas, sobretudo nos casos em que a estudante opta pelo trancamento do curso, sugerindo que os profissionais da instituição busquem compreender as causas da decisão e apontem possíveis soluções que favoreçam a continuidade nos estudos.

Além da importância da informação em si, a Participante X destacou que o diálogo é uma ferramenta essencial para compreender os anseios e as aspirações das estudantes gestantes, possibilitando, assim, um direcionamento mais eficiente. Segundo ela, é fundamental manter uma comunicação aberta, entender o que as alunas estão planejando e orientá-las com base no que está previsto nos regulamentos institucionais. As Participantes C e J destacaram a importância do contato da instituição com a estudante após o nascimento do bebê, com o objetivo de oferecer orientações, compreender como ocorreu o parto e identificar possíveis dificuldades enfrentadas. A Participante I complementou, sugerindo que, além desse acompanhamento, seria relevante avaliar a possibilidade de prorrogação do período

da licença-maternidade, atualmente previsto em três meses. Tal prorrogação poderia ser considerada com base no histórico do parto, nas condições de saúde da mãe e do bebê, bem como na etapa do semestre letivo em que a estudante se encontra.

Os apoios mais pretendidos pelas mães-estudantes incluem a necessidade de empatia e apoio dos professores, dirigentes e demais representantes das suas instituições com a situação que atravessam (Carneiro *et al.*, 2024, p. 116).

A Estudante H relatou ter se sentido prejudicada por não ter tido a oportunidade de realizar estágio. De acordo com o seu relato, ao informar à empresa contratante sobre a sua gestação, ela não recebeu mais retorno por parte da organização. Na ocasião, por não saber se havia alguma restrição legal e por desconhecer os procedimentos institucionais, não buscou apoio junto ao IFMG. Diante dessa experiência, a discente sugere que informações claras e acessíveis sobre os direitos das estudantes gestantes estejam disponíveis, a fim de orientar e de amparar futuras mães nesse sentido.

Em síntese, as contribuições apresentadas pelos participantes evidenciam a complexidade dos desafios enfrentados por estudantes gestantes e mães no contexto acadêmico, e suas experiências apontam caminhos possíveis para a criação de políticas institucionais mais sensíveis, integradas e bem estruturadas, que contemplem desde o acolhimento e suporte pedagógico, passando pela flexibilização de prazos e metodologias, até o acompanhamento psicológico e social. A disponibilização de informações claras, a definição de fluxos de atendimento e o fortalecimento do diálogo mostram-se fundamentais para assegurar que essas estudantes tenham seus direitos respeitados, sejam apoiadas em suas especificidades e possam prosseguir na trajetória acadêmica. Além disso, considera-se pertinente que o debate sobre a oferta de disciplinas e os pré-requisitos seja promovido no IFMG *Campus* Congonhas, a fim de se refletir sobre os impactos dessa discussão na formação das estudantes gestantes.

5 ELABORAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

No presente capítulo, será apresentado o produto educacional (recurso exigido em mestrados profissionais), com base na pergunta-problema e nos objetivos delineados na pesquisa. É importante salientar que o processo de coleta e de análise de dados desempenhou um papel crucial na compreensão das reais necessidades das estudantes gestantes. Dessa maneira, busca-se evidenciar, na sequência, os conteúdos que foram abordados no produto, os objetivos, o público-alvo e os aspectos de linguagem e de estética.

Em mestrados profissionais, entende-se por produto educacional uma produção elaborada a partir da dissertação, destinado ao atendimento e ao cumprimento dos objetivos abordados em leis educacionais (Aguiar; Junger; Schimiguel, 2024). Ampliando essa definição, Freitas (2021) destaca que os produtos educacionais não devem ser encarados como meros objetos, mas sim como extensões de um estudo devidamente realizado, do ponto de vista científico, os quais devem levar em consideração tanto os espaços educacionais formais quanto os não formais.

Somado a isso, Pasquali, Vieira e Castaman (2018) argumentam que produtos educacionais são recursos de natureza didático-pedagógica que devem, a priori, ser elaborados a partir da própria prática profissional, a fim de contribuir para a otimização dos processos de ensino-aprendizagem. Segundo os autores, os produtos não podem ser interpretados como materiais estáticos, visto que eles devem ser aplicados em realidades educacionais (espaços e instituições de ensino) que estão em constante transformação. Assim sendo, entende-se que os produtos educacionais devem refletir a evolução das práticas pedagógicas, das legislações, das necessidades dos estudantes e das mudanças no ambiente educacional.

Em relação ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), percebe-se que o produto educacional culmina na aplicação dos conhecimentos adquiridos no processo de pesquisa para solucionar entraves e demandas educativas observados em diversas instituições de ensino, conforme estipulado no Artigo 3º da Portaria Normativa nº 7, de 2009.

[...] o trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (Brasil, 2009, p. 21).

O Mestrado ProfEPT exige que o estudante matriculado no curso, ao longo do trajeto acadêmico, desenvolva um produto educacional que possa ser empregado de maneira iminente, além da dissertação em si, a qual condensa informações sobre a construção da pesquisa e deve descrever as etapas de execução e de avaliação do recurso (Pasquali, Vieira e Castaman, 2018). Diante do exposto, neste estudo, criou-se um produto educacional, sob a forma de uma cartilha, para o IFMG *Campus* Congonhas, com o objetivo de auxiliar estudantes que se tornam mães durante o percurso acadêmico.

Por meio dessa cartilha, almejou-se propor diretrizes educativas para que ações institucionais possam ser criadas, padronizadas, divulgadas,²² garantindo que toda a comunidade acadêmica esteja ciente do processo para o atendimento eficiente de estudantes gestantes. Ao fornecer essas informações, elas estarão amparadas e preparadas para buscar seus direitos, o que tornará menos árduo o caminho até a conclusão bem-sucedida do curso. Na sequência, serão apresentadas as etapas para a elaboração do recurso mencionado (Figura 2).

²² Na instituição de ensino analisada nesta pesquisa, já existem orientações sobre o Regime Excepcional de Estudos no Regulamento de Ensino. Contudo, as orientações institucionais, muitas vezes, carecem de aplicabilidade efetiva, por isso a necessidade de serem especificadas, divulgadas, acompanhadas e, até mesmo, revisadas.

Figura 2 - Etapas para elaboração do produto educacional



Fonte: Autoria própria (2024).

Na Etapa de Planejamento, foi elaborado um protótipo do produto educacional. Nas palavras de Aguiar, Junger e Schimiguel (2024), o protótipo consiste em um versão teste do recurso educacional, ou seja, é uma prévia do produto, o qual necessita ser avaliado antes de ser disponibilizado ao seu público-alvo. Dessa forma, foi construído um esboço de cartilha, contemplando a temática de interesse “Maternidade estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: IFMG *Campus* Congonhas”, o qual pode ser observado na Figura 3.

Ao longo do protótipo de cartilha, foram tratados os seguintes assuntos: acolhimento, motivação, regulamento, onde buscar apoio dentro da instituição selecionada para análise (setores, contatos, informações), dicas para facilitar a organização da rotina. Esse protótipo foi exposto para avaliação de terceiros. Após isso, foram coletadas as impressões/percepções de dois servidores (denominados Participantes 1 e 2) e de uma estudante que vivenciou a gestação estando matriculada em um curso superior do *Campus* de interesse (denominada Participante 3). As apreciações deles foram registradas no Quadro 15.

Figura 3 - Capa do protótipo da cartilha



Fonte: Autoria própria (2024).

Quadro 15 - Apreciações

Participante	Relato
Participante 1	<i>O documento proposto - 'Cartilha maternidade estudantil' - se trata de um feito inédito e importante na vida acadêmica das estudantes que estão passando ou irão passar por esse momento mágico e desafiador, que é a maternidade na vida acadêmica. Infelizmente, nem todos os envolvidos no processo educacional estão suficientemente preparados para acolher e contribuir para que este momento seja vivido com a intensidade, cuidado e tranquilidade a que mãe e filho têm direito. As orientações que constam nos documentos oficiais, nos regulamentos do IFMG, são poucas e incipientes. Na prática, as estudantes ficam desamparadas e contando com o bom senso de quem está à frente dos procedimentos acadêmicos e pedagógicos.</i>
Participante 2	<i>Gostei da parte que vai além do burocrático... dos motivos para a mãe permanecer no curso. Precisamos falar isso sempre com elas. Penso que você poderia trazer o que pode ocorrer na prática: aulas assíncronas, provas on-line ou em casa; o que significa o trancamento de curso ou de disciplina caso seja uma opção da aluna.</i>

Participante 3	<i>Aqui, eu achei muitíssimo interessante... ele já existia? Acho que não, né? Esse produto é da sua autoria, né? Eu acho que facilitaria demais essas informações reunidas, ainda mais que é um período que a gente tá meio desconexa, né? Na minha opinião, seria válido direcionar a aluna para o psicólogo do Campus, assim que o IF fosse informado sobre a gestação, para que o psicólogo realizasse todas as orientações e passasse a ela todas as informações.</i>
-----------------------	--

Fonte: Autoria própria (2024).

Com base nas apreciações registradas, notou-se a relevância da proposta de recurso educacional sugerido. Em adição, é preciso salientar que um dos participantes relatou que, nas proximidades da data de avaliação de um curso superior do IFMG *Campus* Congonhas, os avaliadores questionaram-no sobre a existência de um guia que orientasse as ações referentes ao Regime Excepcional de Estudos, o qual é um direito concedido aos estudantes que se afastam por um período igual ou superior a quinze dias devido à licença médica, abrangendo também as estudantes grávidas, que têm direito a uma licença maternidade de noventa dias (Brasil, 1975). A resposta dada foi que a instituição não possuía tal documento.

Foi relatado, também, que algumas estudantes necessitam de apoio antes do início do Regime Excepcional de Estudos devido aos enjoos e aos desconfortos. Além disso, em alguns casos, alunas da instituição já foram reprovadas por não conseguirem cumprir uma disciplina de laboratório durante a gravidez. Nesse contexto, os participantes sugeriram que a cartilha pudesse abranger alternativas para essas situações. Foram sugeridas, ainda, ações com o intuito de ampliar alguns direitos, como o de trancamento não contabilizado²³ quando realizado durante o período gestacional. Um dos participantes enfatizou que a discussão proposta é tão importante que não deveria se limitar a uma ação local, mas sim ser ampliada para que fosse possível programar ações em todo o IFMG.

Dando seqüências às etapas de construção do produto, foi iniciado o Desenvolvimento. Com vistas a se produzir um recurso educacional de qualidade, foram levadas em considerações discussões/teorias propostas por Kaplún (2003). É fundamental salientar, neste momento, que o autor usa a denominação “material educativo” para tratar de “produtos educacionais” e, além disso, apresenta três eixos para análise e construção deles:

²³ O trancamento não contabilizado é aquele que não será considerado para efeito do limite estabelecido pelo regulamento de ensino (dois trancamentos permitidos durante o curso).

- a) Eixo conceitual: será necessário, após a leitura de autores sobre o tema, escolher ideias centrais que serão desdobradas em temas secundários (Kaplún, 2003).
- b) Eixo pedagógico: será preciso conduzir o público-alvo ao aprendizado dos conteúdos abordados no material educativo (Kaplún, 2003).
- c) Eixo comunicacional: será fundamental refletir em como a mensagem que se pretende comunicar, em termos de conteúdo, será compartilhada com o público-alvo (Kaplún, 2003).

Em se tratando do produto educacional resultante desta pesquisa, que é aplicada, o principal tema abordado nele foi “Maternidade Estudantil na EPT”. A experiência pedagógica com o produto foi pensada de forma que o público-alvo tenha acesso a informações claras e objetivas, a fim de que esse consiga uma experiência de aprendizagem motivadora que o estimule a refletir sobre os assuntos apresentados no recurso educacional. Complementarmente, a comunicação foi feita por meio de uma linguagem didática e acessível e do uso de imagens que sensibilizem educandos, educadores e instituições a se conscientizarem sobre questões sociais e educacionais relativas à maternidade estudantil.

O processo de elaboração do conteúdo da cartilha baseou-se nas dificuldades relatadas durante as entrevistas, bem como nas sugestões apresentadas pelas participantes. As contribuições foram organizadas por similaridade, com a aglutinação dos apontamentos recorrentes e a análise detalhada dos complementos. Em seguida, foi realizado um mapeamento institucional para identificar quais setores seriam responsáveis por atender cada uma das demandas levantadas e quais tipos de apoio eram atualmente ofertados.

Tendo como ponto de partida a percepção da pesquisadora, somada às proposições apresentadas pelas participantes, elaborou-se um *e-book* informativo contendo os dados considerados ausentes ou relevantes em cada setor mencionado. Após a elaboração inicial da cartilha, o material foi apresentado a um representante de cada setor (Centro de Atenção à Saúde (CAS), Pedagógico e de Assistência Estudantil, Controle e Registro Acadêmico, Biblioteca, Pesquisa e Extensão), que verificou a necessidade de incluir informações adicionais julgadas pertinentes à luz da prática profissional.

Figura 4 - Capa da cartilha



Fonte: Autoria própria (2025).

Todos os setores consultados sugeriram adequações ou acréscimos nos conteúdos tratados na cartilha referente às suas respectivas áreas de atuação. Tais contribuições foram incorporadas ao texto, resultando em um produto final construído de forma colaborativa, envolvendo as estudantes participantes, os servidores participantes, os representantes institucionais e a pesquisadora. Cabe destacar que, de forma geral, os servidores avaliaram o produto de maneira positiva. Um exemplo é o relato do representante institucional do setor de Extensão, no qual ele mencionou ter se dado conta de que em seu setor não existe orientação específica quanto à situação das gestantes nos estágios e que pretende apresentar à Reitoria essa necessidade.

É fundamental comunicar que essa e outras necessidades identificadas no processo da pesquisa que não puderam ser incluídas na cartilha em razão da inexistência de normativas institucionais ou da ausência de condições materiais e estruturais - como instalações físicas adequadas - serão devidamente encaminhadas

à gestão do Instituto. Para isso, elaborou-se uma carta formal, que apresenta propostas resultantes da pesquisa, as quais têm como objetivo contribuir para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas ao acolhimento, à permanência e ao bem-estar de estudantes gestantes e mães na instituição (Apêndice C).

Cabe pontuar que, durante as reuniões com os representantes, ficou acordado que o Centro de Atenção à Saúde (CAS) será o setor responsável por realizar a entrega da cartilha diretamente às estudantes gestantes/lactantes, também foi reforçada a corresponsabilidade de todos os servidores, que, ao estabelecerem contato com uma aluna gestante, deverão indicar a importância de essas alunas se dirigirem ao CAS para receber a cartilha e as primeiras orientações referentes à maternidade estudantil.

Na etapa de avaliação, a versão final da cartilha, já revisada e diagramada, foi submetida à apreciação do público-alvo. Assim sendo, o recurso educacional foi encaminhado às estudantes gestantes que foram entrevistadas, juntamente com um formulário google, em que constavam sete perguntas obrigatórias e um espaço aberto para comentário ou sugestão (opcional). O *Google Forms* foi escolhido por ser uma ferramenta gratuita, acessível a partir de diversos dispositivos (como computadores, celulares ou tablets), apresentar uma interface intuitiva e permitir agilidade na obtenção das respostas. Obtiveram-se dez respostas. Os critérios de validação são elencados a seguir: relevância dos conteúdos/temas tratados, qualidade do *design* do material, clareza da linguagem, organização das informações, utilidade.

Tabela 1 - Avaliação do produto educacional

Crítérios	Respostas
A linguagem utilizada na cartilha é clara, objetiva e acessível:	100% concordo totalmente
O conteúdo apresentado é relevante:	100% concordo totalmente
A organização das informações favorece/facilita a leitura do material:	100% concordo totalmente
A cartilha foi útil para esclarecer dúvidas sobre a maternidade estudantil no IFMG:	100% concordo totalmente
Visualmente, a cartilha é atrativa, com imagens, cores e quadros, esquemas que facilitam a leitura e a compreensão:	70% concordo totalmente 30% concordo parcialmente

De forma geral, como você avalia esta cartilha: 100% excelente

Você recomendaria esta cartilha para outras gestantes? 100% sim

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do *Google Forms* (2025).

Quadro 16 - Deixe um comentário ou sugestão

Nada acrescentar, apenas que é de utilidade pública essa cartilha!

Essa cartilha é fundamental para futuras mães que possam estar na instituição.

A cartilha possibilita que as alunas gestantes identifiquem os seus direitos e que a instituição crie protocolos para um melhor acompanhamento das alunas gestantes.

Excelente trabalho. Muito útil! Parabéns a criadora do conteúdo.

É um material muito necessário para orientação as gestantes na vida acadêmica. Existência dele facilitam o caminho nesta etapa tão diferente na vida acadêmica.

Parabéns pela cartilha, sempre ter informações é importante para saber e entender como proceder para solicitar o regulamento. Portanto relevante para as gestantes saber dos seus direitos nesse momento e como proceder para garantir esse direito.

Cartilha extremamente útil e necessária, com certeza ajudará muitas estudantes que por conta da maternidade, acabam ficando inseguras e com medo de não conseguir concluir o curso diante de tantos desafios que uma gravidez traz.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do *Google Forms* (2025).

Com base nos dados da Tabela 1 e do Quadro 16, é possível inferir que a cartilha elaborada é pertinente e poderá trazer contribuições práticas no IFMG *Campus Congonhas*, auxiliando as alunas gestantes durante a maternidade estudantil.

Em uma interpretação geral das impressões coletadas, entende-se que se alcançou a produção de um recurso educacional atrativo visualmente, informativo, didático. Diante disso, conclui-se que os eixos descritos por Kaplún (2003) – conceitual, pedagógico e comunicacional – foram devidamente contemplados.

A elaboração da cartilha informativa voltada às gestantes e lactantes do IFMG - *Campus* Congonhas representará um avanço na disseminação de informações e no fortalecimento das políticas de permanência e de cuidado com as gestantes/lactantes da instituição. Ao ser disponibilizada no Repositório Institucional do IFMG²⁴ e na plataforma Educapes,²⁵ ampliará seu alcance e potencial de impacto, possibilitando que o material seja consultado, adaptado e replicado por outras unidades da Rede Federal. Assim, espera-se que esse produto educacional sirva como modelo para que outros *campi* se inspirem e desenvolvam ações semelhantes, promovendo um ambiente acadêmico mais inclusivo, acolhedor e sensível às demandas das estudantes em situação de maternidade.

6 REFLEXÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu uma análise dos desafios educacionais e institucionais vivenciados pelas alunas gestantes matriculadas no IFMG *Campus* Congonhas. Nesse sentido, foram identificados múltiplos entraves que dificultaram a jornada acadêmica dessas educandas. De forma geral, puderam ser observados nos relatos das estudantes participantes do estudo: (i) indícios de conflitos na conciliação da experiência de ser mãe e discente concomitantemente, devido ao acúmulo de funções e às pressões advindas socialmente e culturalmente dessas atividades e (ii) ausência/desconhecimento de suporte institucional, devido à falta de divulgação de informações relacionadas à maternidade estudantil.

Apesar disso, as alunas participantes, em sua maioria, descreveram que - durante o período da gestação - puderam contar com o apoio de colegas de turma e de professores, além de mencionar que receberam suporte de diferentes setores do IFMG *Campus* Congonhas, quando elas mesmas buscaram auxílio. Isso evidencia que a maternidade estudantil é uma temática ampla e necessita, além da criação de mecanismos legais e formais de acompanhamento, da empatia/conscientização da

²⁴ Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.14387/2403>. Acesso em: 24 jul. 2025.

²⁵ Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1001080>. Acesso em: 24 jul. 2025.

comunidade acadêmica, ou seja, é preciso humanizar a pauta, já que, nas entrevistas, foi possível notar no discurso das estudantes que elas vivenciaram os efeitos ou presenciaram práticas lidas como machistas no âmbito educacional.

Vale dizer que algumas delas, inclusive, reproduziram falas e pensamentos que ratificam estruturas que sustentam a inferiorização da figura feminina. Por isso, é imprescindível um trabalho pedagógico de incentivo às discussões de gênero para garantir a todos os educandos um espaço seguro e acolhedor. Cabe destacar ainda que o apoio à permanência das estudantes mães ultrapassa os limites da escola e envolve também a participação de famílias, de comunidades e de políticas públicas locais, como o acesso às creches e aos serviços de saúde. O entrelaçamento dessas esferas é fundamental para que a maternidade e a formação acadêmica caminhem juntas, com dignidade e respeito.

Os servidores entrevistados demonstraram disposição para garantir às alunas gestantes meios para que elas permaneçam nos cursos, todavia pontuaram que, muitas vezes, enfrentam alguns obstáculos que os impedem de atender essas estudantes de forma adequada, por exemplo, a ausência de um fluxo de atendimento e de acompanhamento. Eles também afirmaram que é importante identificar as educandas em estágio inicial de gestação, conhecer os casos de evasão e os fatores que os motivam, avaliar o regulamento de ensino, desenvolver mecanismos e formas de orientação a esse grupo e garantir apoio financeiro e pedagógico.

No estudo, observou-se que as estudantes gestantes (participantes da pesquisa) procuraram apoio junto aos setores da instituição apenas após o nascimento de seus bebês, o que pode comprometer o percurso formativo e, em alguns casos, levar à desistência antes mesmo da solicitação do Regime Excepcional de Estudos. Essa lacuna na comunicação e na orientação institucional evidencia a importância de ações preventivas, com informações claras e acessíveis desde os primeiros sinais da gravidez, a fim de garantir que essas alunas se sintam amparadas e seguras para continuar os estudos.

A escuta atenta possibilitada pela metodologia de estudo de caso e pela aplicação de entrevistas semiestruturadas proporcionou momentos de acolhimento e de reconhecimento das participantes que vivenciaram a gestação no IFMG *Campus* Congonhas. O vínculo estabelecido pela pesquisadora com as estudantes durante as entrevistas permitiu que as participantes compartilhassem suas vivências com emoção, sentindo-se ouvidas e valorizadas. Um exemplo significativo dessa

experiência pode ser ilustrado pelo depoimento da Participante J:

Eu quero te agradecer muito também pela oportunidade, né? De falar... por você ter me procurado, né, por causa desse trabalho... É... porque assim, é um período que muita gente olha para a gente como mãe, como gestante, mas no final das contas, às vezes, faltam olhares que talvez sejam mais necessários. E também queria te agradecer por esse trabalho que você está fazendo no Instituto, né, porque assim... não, não sei da minha vez, mas para que as novas mulheres que entrem no IF né... e que aconteça delas ficarem gestantes, que elas tenham uma oportunidade diferente, né? Um sentimento diferente que eu acabei sentindo. E que tudo ocorra da melhor maneira, assim, como elas desejam... (Participante J).

Durante o processo de pesquisa, foi possível, inclusive, fornecer informações importantes para que a Participante J pudesse retomar os estudos ao conhecer as possibilidades de cursar disciplinas remanescentes no turno da tarde (quando sua filha está na creche), vislumbrando um novo caminho para sua formação acadêmica. Esse exemplo reforça a pertinência de um acompanhamento humanizado e constante capaz de identificar demandas específicas, de fornecer apoio personalizado e de contribuir para que as estudantes se mantenham em seus cursos e alcancem sucesso em sua trajetória acadêmica.

A partir das escutas realizadas, foi elaborado um produto educacional no formato de cartilha informativa, pensado como uma ferramenta acessível de orientação para as estudantes que vivenciam a maternidade ao longo de sua trajetória acadêmica. Além dela, foi elaborada uma carta que será formalmente apresentada à gestão institucional do IFMG Congonhas, criada com base nas sugestões de ações institucionais alinhadas aos princípios da equidade, da inclusão e do direito à educação coletadas nas entrevistas. Tais medidas visam a transformar não apenas os fluxos informativos, mas também documentais, os espaços físicos e o cotidiano das estudantes-mães no *Campus*.

Ressalta-se que esta pesquisa teve como local de estudo o IFMG *Campus* Congonhas. As propostas desenvolvidas e as vivências relatadas estão ancoradas nas condições sociais, acadêmicas e estruturais específicas desse contexto. Ainda assim, acredita-se que as reflexões aqui construídas podem contribuir para o fortalecimento de políticas mais amplas voltadas à maternidade estudantil em diferentes instituições educacionais. O presente estudo tem duas limitações centrais: (i) não abordou o fenômeno de investigação a partir de uma perspectiva interseccional, isso se deve pois as perguntas das entrevistas semiestruturadas apresentavam um

caráter amplo, impossibilitando a construção de análises mais aprofundadas acerca da relação raça-classe-gênero; (ii) não alcançou as mães estudantes que desistiram do curso em fase inicial da gestação, já que elas não solicitaram regime excepcional de estudos e, por esse motivo, não puderam ser identificadas e, a posteriori, contactadas.

Nesse contexto, pesquisas futuras podem ampliar o escopo desta investigação contemplando as vozes das alunas gestantes/lactantes do IFMG *Campus* Congonhas a partir de um viés interseccional. Ademais, podem alcançar outros *campi* do IFMG e diferentes Instituições de Ensino, bem como relatar as vivências e as trajetórias de mães estudantes que, por motivos diversos, desistiram antes mesmo de acessar qualquer apoio institucional. Conhecer essas trajetórias interrompidas é essencial para que se possam desenvolver estratégias mais eficazes de acolhimento e de permanência.

Para mim, como mulher, educadora, mãe, estudante e profissional, esta pesquisa representou muito mais do que um trabalho acadêmico: um compromisso com a escuta, com o cuidado e com a luta por um espaço educacional mais justo e sensível. A minha atuação nesta pesquisa possibilitou-me uma profunda reflexão sobre minha trajetória como mãe e estudante, especialmente ao relembrar o período em que vivenciei a maternidade durante o terceiro período do curso de Engenharia de Produção no IFMG *Campus* Congonhas. Na época, enfrentei sentimentos de insegurança, sobrecarga e medo de não conseguir conciliar as responsabilidades acadêmicas e pessoais. Embora isso, com o apoio da família e de colegas, consegui concluir o curso.

A escuta atenta às histórias das participantes aprofundou a minha compreensão sobre os desafios enfrentados por mulheres que vivenciam a maternidade no ambiente acadêmico, evidenciando as desigualdades de gênero presentes nesse contexto. O contato com outras estudantes mães, por meio das entrevistas realizadas, foi marcante e me permitiu ressignificar experiências. Hoje, com maior amadurecimento e à luz das bases teóricas apresentadas ao longo da pesquisa, revisitei muitos momentos da minha própria vivência sob uma nova perspectiva. Esse processo, apesar de enriquecedor, foi também doloroso, pois me permitiu reconhecer com mais clareza as marcas deixadas por situações de exclusão que atravessaram a minha formação que, na época, foram silenciadas ou naturalizadas.

A experiência de pesquisar, de dialogar e de construir conhecimento coletivamente foi uma forma de envolver a comunidade acadêmica e de propor um produto final (cartilha) que se apresenta junto com um convite à continuidade: não pretende ser um documento estático, mas sim uma ferramenta em constante construção, passível de atualizações, conforme surgirem novas demandas e possibilidades. Percebi, como resultado desse processo, o despertar do interesse de outros servidores em localizar e apontar oportunidades de melhoria, o que reforça a importância do engajamento de toda comunidade acadêmica na construção de soluções eficazes.

Assim, acredita-se que, por meio de uma escuta ativa, da disseminação de informações e do fortalecimento das redes de apoio, seja possível contribuir para que as mulheres concluam a própria formação, acessem o mundo do trabalho e desenvolvam criticamente a própria autonomia. Afinal, o conhecimento adquirido não pode ser tirado: ele permanece, transforma e empodera, abrindo caminhos para um futuro mais justo e igualitário para todos - para as mães e também para seus filhos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Samara Gomes; PAES, Valquiria Normanha; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. Mulher, mãe, dona de casa e esposa: dificuldades e superações para ingressar e permanecer na universidade pública. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 4935-4951, maio, 2019.
- AGUIAR, Vera Encarnação Jordan de; JUNGER, Alex Paubel; SCHIMIGUEL, Juliano. Método de elaboração e possíveis desafios enfrentados na criação do produto educacional. **South American Development Society Journal**, v. 10, n. 28, p. 70, 2024.
- ALÉSSIO, Simone Cristina; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Fatores determinantes na escolha por uma Instituição de Ensino Superior do Sul do Brasil**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Resende. Anais [...]. Resende: SEGeT, 2010.
- ALFINITO, Solange; GRANEMANN, Sérgio Ronaldo. **Escolha de uma IES em função da utilidade do usuário potencial: o estudante**. In: ROCHA, Carlos H.; GRANEMANN, Sérgio R. (org.). Gestão de instituições privadas de ensino superior. São Paulo: Atlas, 2003. p. 93-103.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Clara Maria De Oliveira; SCALON, Maria Celi Ramos Da Cruz. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304 p.
- ARTIGAS, Laila Valduga; GOMES, Júlio. Avaliação da ausência de pré-requisitos na retenção em disciplinas do curso de Engenharia Civil da UFPR. **Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 39, 2018.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2010.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Priscilla Bezerra. Prefácio. In: BINS, G. N. et al. (Orgs.). **Maternidades e docências**: a vida desde a pandemia. Porto Alegre: Edição do Autor, 2023. 119 p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan.; ULYSSEA, Gabriel. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livrocompleto3.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet.

4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BORIM, Maria Luiza Costa. et al. Ausência de atividades práticas durante a pandemia: impacto na formação de acadêmicos. **Revista de Educação, Ciência e Cultura (RECC)**, Canoas, v. 26, n. 2, p. 1-10, jun. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. Tradução de Maria Helena Kühner.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 41-42.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 23 set. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-566472-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. **Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm. Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 19 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Resolução nº 19, de 3 de maio de 2019. **Dispõe sobre a aprovação da Regulamentação da Política de Acompanhamento de Egressos do IFMG**. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/2019/resolucao-no-19-2019-aprovacao-da-regulamentacao-da-politica-de-acompanhamento-de-egressos-do-ifmg/view>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Guia Lilás: orientações para prevenção e tratamento ao assédio moral e sexual e à discriminação no Governo Federal**. Brasília, DF: CGU, 2023. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/cgulanca-guia-para-contr-assedio-moral-e-sexual-no-governo-federal>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-

2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASILEIRO, Adla Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira**: da colônia ao PNE 2014-2024. Petrópolis: Vozes, 2016.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa Bolsa Família. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 11, n. 2, p. 258-272, ago./dez. 2012.

CARNEIRO, Teresa et al. A experiência da maternidade e ser estudante: scoping review. **Revista Lusófona de Educação**, v. 62, n. 62, 2024.

CIAVATTA, Maria. Emancipação: a historicidade do conceito e a polêmica no processo real da existência humana. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 12, n. 18, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8593/6156>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos? The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 15 jan. 2025.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, 2007.

DELLA FONTE, Sandra Soares. A formação humana em debate. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 379-395, 2014.

DIAS, Marly de Jesus Sá; SOARES, Brenda Vanessa Pereira. **Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes**, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/11481/6520>. Acesso em: 06 abr. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Civilização Brasileira S.A., 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. 464 p. ISBN 978-85-93115-03-5.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022. 320 p.

FEIJÓ, Janaína Rodrigues; FRANÇA, João Mário Santos de; NETO, Valdemar Rodrigues de Pinho. **Desempenho dos estudantes ao final do ensino médio: mensurando a influência direta e indireta da educação dos pais**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/Zx6b9fvJmbPGry7c89WZtQg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, 2021. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

GOMES, Eliane Segre. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, n. 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 214 p.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – IFMG. Resolução nº 046 e 047/2018, de 17 de dezembro de 2018. **Dispõe sobre Regulamento de Ensino dos Cursos técnicos e de Graduação do IFMG**. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/2018?b_start:int=40. Acesso em: 12 out. 2023.

KAPLÚN, Gabriel. **Material educativo: a experiência de aprendizado**. Comunicação e Educação, São Paulo, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, Mirlane Gondim et al. Sentimentos advindos da maternidade: revelações de um grupo de gestantes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 115-124, jan./mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NYr55pvwCyswPWh9Xh8NNWS/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. **Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, p. 847–856, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1405/1362>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Brasília: Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil; Documento de trabalho n. 3). ISBN 9789228237504.

LOMBARDI, Welington et al. Importância da assistência pré-natal na saúde mental das gestantes. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 2857–28573, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n6-158. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/64933>. Acesso em: 25 mar. 2025.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MONTEIRO, Kimberly Farias; GRUBBA, Leilane Serratine. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

OLIVEIRA, Juliana de Fátima Calixto de. **A maternidade como desafio para mães servidoras e alunas no IFRJ Campus Volta Redonda**: reflexões feministas à luz da EPT. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Volta Redonda, 2023.

OLIVEIRA, Pablo Menezes de. Tão antiga, tão nova: breves notas para uma história da Educação Profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, A. et al. (Org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: da história à teoria, da teoria à práxis. Curitiba: CRV, 2020. v. 1, p. 45-66.

OLIVEIRA, Sulamita Lima de. **Informação como um direito do cidadão: o acesso à informação sob a ótica da linguagem simples**. 2023. 104 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PASCHOAL, Tatiane. **Bem-estar no trabalho: relações com suporte organizacional, prioridades axiológicas, e oportunidades de alcance de valores pessoais no trabalho**. 2008. 180 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Curso de Psicologia Social do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7beba6ba6e205ce0999858c796b9120f. Acesso em: 08 jun. 2023.

PASQUALLI, Roberta; VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. *Revista Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, v. 4, n. 7, p. 106–120, jun. 2018.

PEREIRA, Niedja de Freitas. **Convidadas a sair? “Sentidos e desafios da participação feminina no contexto da Educação Profissional”**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/jspui/handle/177683/1008>. Acesso em: 01 set. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). ISBN 978-85-8299-031-5.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2016.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSINKE, João Germano. et al. A participação dos Institutos Federais na interiorização da educação superior presencial no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 1, e06911570, 2020. ISSN 2525-3409. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1570>. Acesso em: 01 fev. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz;

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.

Revista Brasileira de Educação [online], v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

SILVA, Paula Rafaela da. **Ladies no batente**: a representação do trabalho feminino na Revista Lady: a companheira da mulher (1956-1959), 2010. Disponível em:

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3832>. Acesso em: 27 set. 2023.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Revista Thesis Juris – RTJ**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

<http://doi.org/10.5585/rjt.v9i1.14977>.

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: SORJ, Bila (org.).

Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 79-88.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicologia escolar e educacional em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de**

Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), v. 13, n. 1, p. 179-182, jan./jun. 2009.

STRAPASSON, Márcia Rejane; NEDEL, Maria Noemia Birck. Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre (RS), v. 31, n. 3, p. 521-528, set. 2010.

TAVARES, Denis. et al. **Educação profissional e tecnológica: memórias e conhecimento histórico** [recurso eletrônico]. In: VIANNA, Marcelo; MARTIARENA, Maria Augusta Martiarena; RHODEN, Amanda Silveira (orgs.). Cachoeirinha: Fi, 2024.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM AS ESTUDANTES

Iniciar com cumprimento e agradecimento pela oportunidade e disponibilidade da entrevista.

Esta entrevista é confidencial, e as informações fornecidas serão tratadas de forma ética para fins de pesquisa acadêmica, contribuindo para a elaboração da dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT). O tema do trabalho é “Maternidade e experiência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: vivências de alunas gestantes no IFMG *Campus Congonhas*”.

Sabendo-se da importância da valorização e do apoio às estudantes gestantes no contexto educacional, esta entrevista tem como objetivo conhecer o perfil das estudantes gestantes na Instituição buscando identificar fatores que influenciam a permanência e êxito dessas estudantes.

Então, vou colocar para gravar, mas sua imagem e sua identidade serão preservadas.

Roteiro de entrevista:

Fulana, vamos iniciar com informações mais gerais para fins de comparação.

Idade:

Estado civil:

Curso:

Além de estudar aqui no IFMG Congonhas, você está trabalhando? Se sim, qual a área?

Perguntas Quebra-Gelo:

Como está sendo/foi a sua experiência no IFMG?

Por que você escolheu o IFMG? Sente que a escolha foi assertiva?

Perguntas sobre a experiência com a maternidade:

Bom, como te falei antes, esta pesquisa é sobre alunas gestantes no IFMG Congonhas. Primeiramente, como foi a experiência de ser mãe?

Foi seu primeiro filho?

Como foi o parto? Teve alguma complicação?

A gravidez foi planejada? Como foi a descoberta e a gestação? Tranquila? Teve que adotar repouso ou alguma medida específica?

E sua família? Eles moram perto de você? Em caso de necessidade, você consegue auxílio?

Existem pessoas próximas que podem te ajudar neste processo de maternidade além dos familiares (amigos, vizinhos..)?

Seria auxílio nos cuidados para com filho(s), auxílio financeiro se necessário, ambos...

Perguntas sobre a experiência de maternidade estudantil no IFMG Congonhas:

Agora, quero te perguntar mais especificamente sobre a experiência de ser aluna e ser mãe. Como é ser aluna e ser mãe ao mesmo tempo (se não foi o primeiro o filho, pedir uma comparação com a maternidade anterior sem a condição de estudante)?

Recebeu acolhimento por parte dos colegas de sala e professores, apoio durante a gestação? Poderia relatar como foi, como se sentiu?

Procurou e/ou encontrou alguma informação/orientação para estudantes gestantes na página da Instituição ou em algum mural, etc?

Procurou atendimento de algum setor da Instituição para tratar de assuntos ou necessidades relacionadas à gestação? Se sim, qual (ais) e a expectativa foi atendida?

E depois do parto?

Recebeu orientações por parte da Instituição?

Recebeu acolhimento por parte dos docentes para prosseguir os estudos?

E acolhimento por parte dos colegas de sala?

Já recebeu ou mesmo percebeu tratamento distinto aqui no IFMG Congonhas em relação a homens?

Por fim, agora queria te pedir um esforço mais formal para fins de comparação na minha pesquisa, tudo bem?

Conte um pouco sobre sua rotina escolar antes, durante a gestação e após o nascimento do bebê.

Você possui sugestões de ações institucionais para dar maior apoio às estudantes durante a gestação e após o nascimento do bebê.

Muito obrigada por contribuir com a pesquisa. Mais uma vez, ressalto que as informações são sigilosas, sua identidade estará preservada. Desejo muito sucesso com os estudos, com seu futuro profissional e, especialmente, com o seu bebê!

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM DIREÇÃO GERAL/ENSINO E REPRESENTANDO DO SETOR SOCIOPEDAGÓGICO

Iniciar com cumprimento e agradecimento pela oportunidade e disponibilidade da entrevista.

Esta entrevista é confidencial, e as informações fornecidas serão tratadas de forma ética para fins de pesquisa acadêmica, contribuindo para a elaboração da dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (ProfEPT). O tema do trabalho é “Maternidade e experiência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: vivências de alunas gestantes no IFMG Campus Congonhas”.

Sabendo-se da importância da valorização e do apoio às estudantes gestantes no contexto educacional, esta entrevista tem como objetivo conhecer o perfil das estudantes gestantes na Instituição buscando identificar fatores que influenciam a permanência e êxito dessas estudantes.

Então, vou colocar para gravar, mas sua imagem e sua identidade serão preservadas.

Roteiro de entrevista:

Qual a sua formação acadêmica?

Há quanto tempo atua no IFMG *Campus* Congonhas? E na direção / setor sociopedagógico (segundo cada caso)?

Conte-me um pouco sobre sua experiência no atendimento a estudantes gestantes no IFMG?

Você tem conhecimento sobre casos de evasão em razão do nascimento do filho(a) de alguma estudante?

Qual sua visão em relação ao regulamento do IFMG no que se refere à maternidade estudantil?

Existe um fluxo bem definido ou manual de orientações para as estudantes gestantes no IFMG *Campus* Congonhas?

Na sua opinião, quais ações poderiam ser desenvolvidas a fim de auxiliar as estudantes gestantes do IFMG *Campus* Congonhas durante o percurso formativo?

APÊNDICE C - CARTA À DIREÇÃO DO IFMG CAMPUS CONGONHAS

À Direção Geral do IFMG – *Campus Congonhas*

Prezado,

Por meio desta carta, apresento propostas resultantes da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), as quais têm como objetivo contribuir para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas ao acolhimento, à permanência e ao bem-estar de estudantes gestantes e mães em nossa instituição.

Reconhecemos os múltiplos desafios vivenciados por essas alunas e compreendemos que a implementação de ações institucionais efetivas pode colaborar significativamente para a consolidação de um ambiente educacional mais equitativo, acolhedor e inclusivo.

Dentre as sugestões, destacamos:

1. Inserir orientações sobre a maternidade estudantil nas atividades de recepção dos calouros, com o objetivo de informar e sensibilizar os novos estudantes desde o início de sua trajetória acadêmica.
2. Promover ações que incentivem o apoio emocional e pedagógico por parte da comunidade acadêmica às estudantes gestantes e mães, fomentando uma cultura institucional pautada na empatia e na solidariedade.
3. Fornecer, nas reuniões de abertura dos semestres letivos, informações claras sobre os direitos das gestantes e mães estudantes, apresentando, inclusive, a cartilha informativa aos docentes e discentes.
4. Criar uma comissão responsável por organizar os procedimentos relativos ao envio de conteúdos e avaliações às estudantes gestantes e lactantes, assegurando o direito à continuidade dos estudos com equidade.
5. Disponibilizar auxílios ou bolsas específicas, por meio da política de assistência estudantil, com a finalidade de apoiar financeiramente as estudantes durante o período gestacional e pós-parto.
6. Constituir uma comissão institucional voltada às questões de gênero e à maternidade estudantil, com a finalidade de fortalecer o debate e consolidar políticas de apoio permanentes.
7. Implantar uma sala de acolhimento para mães e seus filhos, devidamente equipada para amamentação e cuidados com bebês, assegurando dignidade e conforto no ambiente acadêmico.
8. Criar uma brinquedoteca/ludoteca nas dependências do campus, com o objetivo de acolher os filhos de estudantes (e eventualmente de servidores), contribuindo para a permanência acadêmica.
9. Desenvolver projetos institucionais com a participação de bolsistas para o cuidado de bebês e crianças durante os horários de aula das estudantes mães.
10. Aprimorar os canais de comunicação institucional, como o WhatsApp e outras plataformas, de modo a garantir que as estudantes gestantes e lactantes tenham amplo acesso às informações sobre bolsas, auxílios e demais oportunidades.
11. Apresentar, junto à Pró-Reitoria de Ensino, a necessidade de

aperfeiçoamento do Regime Excepcional de Estudos, incluindo a formalização documental que assegure às alunas sob esse regime, nos casos em que ultrapassem o semestre letivo, o direito à adequação das avaliações e notas, respeitando o calendário acadêmico vigente, demandas relacionadas à estágio de alunas gestantes/lactantes, dentre outras.

Acreditamos que tais medidas estão em consonância com os princípios da equidade, da inclusão e do direito à educação, e representam um passo importante rumo a uma instituição cada vez mais humana e acolhedora.

Na certeza de podermos contar com a atenção e o compromisso dessa gestão, agradecemos e nos colocamos à disposição para colaborar na construção dessas iniciativas.

Atenciosamente,

Patrícia Regina Santos.

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - ENTREVISTA

Você está sendo convidado (a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “Maternidade e experiência estudantil na Educação Profissional e Tecnológica: vivências de alunas gestantes no IFMG *Campus* Congonhas”. Essa pesquisa se justifica pelo fato de investigações na área de maternidade estudantil, com ênfase na Educação Profissional e Tecnológica, serem necessárias devido à falta de estudos nesse campo, bem como a ausência de um protocolo padronizado no IFMG selecionado para atender estudantes durante a gestação, no regime excepcional de estudos e no período de retorno às atividades escolares nos primeiros meses após o nascimento do bebê.

O objetivo geral desse projeto é analisar os fatores que influenciam a permanência de alunas gestantes no IFMG Campus Congonhas. Os procedimentos de coleta de dados serão: entrevistas semiestruturadas com as estudantes que solicitaram Regime Excepcional de Estudos por motivo de licença maternidade, com o Diretor Geral, com a Diretora de Ensino e com um representante do setor sociopedagógico do Campus selecionado, buscando-se conhecer a realidade das gestantes entrevistadas, o olhar da gestão e de alguns servidores da instituição para o tema proposto.

Cabe destacar que as entrevistas com os servidores da instituição supracitados serão agendadas e realizadas presencialmente (aproximadamente 1 hora). Com as gestantes, serão realizadas individualmente na plataforma Google Meet (aproximadamente 1 hora), com a câmera desativada (visando à preservação da imagem dos participantes). Todas as entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas pela pesquisadora (Patrícia Regina Costa Santos) para análises. Elas estão previstas para ocorrerem em Novembro de 2024.

É necessário apontar que todos os dados coletados serão interpretados por meio das fases da Análise de Conteúdo: pré-análise (etapa de organização do material e de identificação de dados de interesse), exploração do material (na qual serão realizadas as etapas de codificação, de enumeração e de categorização, conforme critérios estabelecidos) e, por fim, tratamento dos resultados obtidos e interpretação por meio de inferência.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO, ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS e RISCOS: Na entrevista virtual - que será realizada com as estudantes gestantes que solicitaram Regime Excepcional de Estudos no IFMG Campus Congonhas entre os anos 2015 e 2023 - os principais riscos associados a este estudo incluem dificuldades técnicas para as participantes acessarem a plataforma escolhida (Google Meet), exposição de dados pessoais, possíveis interrupções (como quedas de energia ou problemas de conexão com a internet), desencadeamento de emoções (medo/vergonha/estresse) e, além disso, desgaste físico/psicológico durante a entrevista.

Na entrevista presencial - que será realizada com os servidores (Diretor Geral, Diretora de Ensino e um representante do setor sociopedagógico) do IFMG Campus Congonhas - os principais riscos associados são exposição de dados, geração de desconforto (medo/vergonha/estresse) e desgaste físico/psicológico.

Para minimizar os riscos na entrevista virtual, será oferecido suporte técnico aos participantes para facilitar o acesso à plataforma digital mencionada (Google Meet). Além disso, as entrevistas poderão ser remarcadas, se necessário, a fim de evitar o desgaste físico e psicológico das entrevistadas. A colaboração no processo de coleta de dados será realizada somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual será informado que as entrevistas serão gravadas sem o uso da imagem e armazenadas em um HD externo para preservar e proteger os dados fornecidos. O documento em questão deverá, preferencialmente, ser assinado, de forma virtual, por meio do “SouGov”. Caso não seja possível, o participante poderá imprimir, assinar e escanear o Termo para envio à pesquisadora.

As participantes serão identificadas nos documentos de transcrição por meio de códigos ou nomes fictícios. Por fim, se necessário, será garantida assistência psicológica, sendo responsável por ela a psicóloga Christiane Guimarães de Aquino (CRP 04/19181).

Para minimizar os riscos na entrevista presencial, serão garantidos aos servidores: sigilo em relação às respostas dadas - as quais serão tidas confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos -, acesso a um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, possibilidade de interrupção quando o participante desejar (sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio), identificação dos participantes nos documentos de transcrição por meio de códigos ou nomes fictícios, prestação (se necessário), de assistência psicológica, sendo responsável por ela a psicóloga Christiane Guimarães de Aquino (CRP 04/19181).

É preciso salientar também que existirá um cuidado em relação ao momento pré-entrevista. Dessa maneira, os convites para as entrevistas (virtuais e presenciais) serão encaminhados para o e-mail individual de cada

participante sem a utilização de cópias, evitando-se o compartilhamento de informações pessoais entre os próprios participantes.

Os benefícios deste estudo são indiretos e incluem a realização de uma pesquisa e de um produto educacional (Manual de orientações para o IFMG) que poderão direcionar estratégias pedagógicas e institucionais, as quais servirão de diretrizes para que servidores do IFMG Campus Congonhas auxiliem estudantes que se tornam mães no percurso acadêmico e que, portanto, elas tenham suporte, acolhimento e acompanhamento educacional, emocional e psicológico adequados e consigam permanecer estudando, desde a descoberta da gravidez até a conclusão bem-sucedida do curso.

Você terá assistência psicológica (se necessário), sendo responsável por ela a psicóloga Christiane Guimarães de Aquino (CRP 04/19181). A pesquisadora Patrícia Regina Costa Santos irá se responsabilizar pelo atendimento às complicações e danos decorrentes direta ou indiretamente do estudo, bem como por atendimento de cunho emergencial. Sendo assim, haverá o direito à assistência INTEGRAL gratuita, devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios, PELO TEMPO QUE FOR NECESSÁRIO, ao participante da pesquisa.

ARMAZENAMENTO DE DADOS: As entrevistas serão transcritas manualmente pela pesquisadora e armazenadas em HD externo, somente terão acesso a elas a

pesquisadora (Patrícia Regina Costa Santos) e seu orientador (Matheus Faleiros Silva), mantidas em um banco de dados de pesquisa, de acesso restrito, sob a responsabilidade de Patrícia Regina Costa Santos. Após cinco anos, os dados serão permanentemente excluídos.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será

esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com os pesquisadores e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação

no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Eu, fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora Patrícia Regina Costa Santos certifica-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: patricia.santos@ifmg.edu.br; telefone (31)98780-8743. Ou o CEP/IFMG no endereço: Av. Professor Mário Werneck, 2590, 8º andar, sala 805, Belo Horizonte, MG. Telefone: (31) 2513-5249, E-mail: cepe@ifmg.edu.br. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante: .

Assinatura do pesquisador: .

Congonhas, 29 de janeiro de 2024.

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.